



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 109

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 09 de julho de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 17 minutos.

A Reunião teve início com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido apresentados os seguintes votos:

- [Voto de Congratulação pelos 25 anos do Lions Club de Vila Franca do Campo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pela Deputada Cecília Pavão, usou, seguidamente, da palavra o Deputado José Andrade (*PSD*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 25 anos da Delegação de São Miguel da Associação Portuguesa de Deficientes](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pela Deputada Cecília Pavão, usou, seguidamente, da palavra o Deputado Luís Maurício (*PSD*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Deputada Judite Parreira, interveio no debate o Deputado Nuno Meneses (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à Atleta Joana Flores pelos êxitos alcançados na presente época desportiva](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Deputado Nuno Meneses, participou no debate o Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação à Associação de Atletismo de São Miguel](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto foi lido pelo Deputado Cláudio Almeida, tendo, depois, participado no debate o Deputado Pedro Moura (*PS*).

O voto supra mencionado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação pela Passagem dos 175 anos do nascimento de Manuel de Arriaga](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Deputado Lúcio Rodrigues, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação pelos 500 anos de Vila de Água de Pau](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado José Andrade, interveio no debate o Deputado José San-Bento (*PS*).

O voto supra mencionado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Protesto à 2.ª fase da variante à cidade da Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado Luís Garcia, participaram no debate a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e o Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

O voto supra mencionado foi rejeitado.

- [Voto de Protesto Contra a Portaria n.º 52/2014, de 30 de julho](#), apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Lido o voto pela Deputada Zuraida Soares, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido rejeitado.

Proferiram declarações de voto a Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Deputados José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Ainda referente à apresentação deste voto, apresentaram um protesto e um contraprotesto, respetivamente, o Deputado Berto Messias (*PS*) e o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguidamente, entrou-se na Agenda da Reunião, tendo sido discutidos os seguintes pontos:

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/X – “Elimina as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde – Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Deputado Aníbal Pires, usaram, seguidamente, da palavra o Deputado Domingos Cunha (*PS*), as Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*), os Deputados Luís Maurício (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Luís Rendeiro (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Submetido à votação, o projeto de DLR foi rejeitado.

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 128/X – “Redução da incidência de defeitos de qualidade nas carcaças de animais abatidos na Região”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Justificada a urgência pela Deputada Graça Silveira, usaram da palavra os Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 129/X – “Revogação dos Despachos 378/2015 e 1057/2015”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pela Deputada Zuraída Soares, a mesma foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 129/X – “Revogação dos Despachos 378/2015 e 1057/2015”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação da iniciativa pela Deputada Zuraída Soares, participaram no debate o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*) e a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*), bem como o Deputado Luís Rendeiro (*PSD*) e as Deputadas Bárbara Chaves (*PS*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

O diploma, após votação, foi rejeitado.

- **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de julho de 2015**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**
Paula Alexandra Pires Silveira **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia** **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar com os votos, como é habitual.

O primeiro é um voto de congratulação, referente aos 25 anos do Lions Club de Vila Franca do Campo, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 ANOS DO LIONS CLUBE DE VILA FRANCA DO CAMPO

Completaram-se, no passado dia 26 de junho, os 25 anos da fundação oficial do Lions Clube de Vila Franca do Campo.

Inserido na filosofia da grande organização de clubes de serviço do mundo – Lions Clubes Internacional – criada pelo norte-americano Melvin Jones, desenvolve a sua ação segundo os propósitos: Organizar, Coordenar, Criar, Incentivar, Interessar-se, Unir, Promover e Incentivar.

Ancorado no princípio do serviço voluntário em favor da sua comunidade, o Lions Clube de Vila Franca do Campo, sediado na freguesia de Água d'Alto e dirigido atualmente por Paula Vieira, Gil Mendes e Adelaide Santos, está inserido no Distrito 115 Centro Sul. As metas a atingir pelo Distrito, entre elas a ampliação da prestação de serviços, o desafio do incentivo à leitura e ao sucesso escolar, a valorização da participação da mulher e a otimização do trabalho com os Jovens, são visíveis na ação deste Clube.

Em boa verdade, o Lions Clube de Vila Franca do Campo, com apenas trinta membros, desdobra-se em atividades que vão para além das metas do Distrito, isto é adequa-se às necessidades específicas e às características singulares da comunidade vilafranquense, trabalhando como força viva e atenta à realidade social, económica e cultural da primeira capital de São Miguel.

Exemplo disso mesmo foi o Rastreio de Acuidade Visual, levado a cabo em janeiro deste ano a todos os alunos do primeiro ciclo do concelho – cerca de 550 crianças, entre os 6 e os 11 anos de idade.

Desenvolve ainda, ao longo do ano, relevantes ações em parceria com as Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, Escolas, Agrupamentos de Escoteiros, Centro de Saúde e Instituições Particulares de Solidariedade Social. Salientamos as ações do Dia do Doente, de recolha de sangue e vacinação, entrega de cadeiras de rodas e empréstimo de camas articuladas, entrega de livros escolares e apoios a estudantes dos vários graus de ensino e inserção nas festividades religiosas e populares, como a Festa das Vindimas. Pontualmente, o Clube colabora também com a entrega de cabazes alimentares e compra de senhas para a alimentação escolar de alunos mais carenciados.

Realçamos ainda que a presença feminina neste Lions Clube é valorizada. As mulheres são agora eleitas, ganharam o estatuto de Companheiras Leoas, sendo amplamente reconhecido que a qualidade da organização melhorou com isso.

Os Lions Clube de Vila Franca do Campo e Lagoa foram justamente distinguidos pela Associação Internacional de Lions Clubes com o Prémio de Excelência em relação à atividade leonística desenvolvida no período 2012-2013.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a aprovação, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de um Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário do Lions Clube de Vila Franca do Campo.

Propõe-se também que do mesmo seja dado conhecimento ao aniversariante Lions Clube de Vila Franca do Campo e ao Distrito 115 Centro Sul.

Horta, Sala das Sessões, 9 de julho de 2015

Os Deputados: *Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Cecília Pavão, Francisco César, Marta Couto, Catarina Moniz Furtado e Nuno Meneses*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apenas para recordar que o Grupo Parlamentar do PSD-Açores apresentou, igualmente, um voto de congratulação de semelhante teor no Plenário passado, no mês de junho, e, portanto, na sequência imediata da respetiva comemoração, e, nessa medida, só podemos agora congratularmo-nos e associar-nos também a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PS.

E, portanto, mais uma vez, deixamos aqui o nosso apreço, a nossa congratulação pelos 25 anos de existência e, sobretudo, de serviço público desenvolvido, neste caso, pelo Lions Club de Vila Franca do Campo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é também apresentado pelo Partido Socialista e refere-se aos 25 anos da Delegação de São Miguel da Associação Portuguesa de Deficientes.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 ANOS da delegação de São Miguel da Associação Portuguesa de Deficientes

A delegação de São Miguel da Associação Portuguesa de Deficientes comemorou 25 anos de existência no passado dia 25 de junho.

Constituída em 1972, a Associação Portuguesa de Deficientes, organização sem fins lucrativos, é formada e dirigida maioritariamente por pessoas com deficiência, seja física, mental, intelectual ou sensorial e rege-se pelos princípios fundamentais da não discriminação, da igualdade de oportunidades, da participação e da plena inclusão.

Tem por objeto a representação, promoção e defesa dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência, promovendo a solidariedade entre estes cidadãos, pugnando pela abolição de barreiras e aperfeiçoamento da legislação nesta área, ou ainda, e não menos importante, sensibilizando, esclarecendo e mobilizando a opinião pública para a amplitude e imperatividade da resolução das diferenças sociais engendradas pela deficiência, nomeadamente no acesso ao emprego e na capacitação para empreender.

Fundando a sua ação no princípio de que as pessoas com deficiência são os melhores peritos em matéria de deficiência, que conhecem melhor os seus problemas e as soluções para os contornar, a Associação Portuguesa de Deficientes não se limita à denúncia do que está mal. Emite pareceres, analisa e apresenta soluções por forma a influenciar as políticas nesta área.

Por outro lado, e porque a plena participação não se efetiva unicamente no plano normativo, a associação pretende sensibilizar e envolver toda a sociedade portuguesa através da diversificação e consolidação de contactos institucionais. É membro fundador da DPI - Disabled Peoples' International, da CNOD - Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes e da FDLP - Federação das Associações de Deficientes de Língua Portuguesa. Está ainda filiada na Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio e na ANDDEMOT - Associação Nacional de Desporto para Deficientes Motores.

A Direção da Delegação local de São Miguel - Açores é constituída por sete elementos, seis deles pessoas com deficiência, presididos por Helier Jaime Reis. Além das contribuições dos seus quinhentos sócios, conta com a colaboração do Governo Regional dos Açores, mediante Acordo de Cooperação.

Ao longo dos seus vinte e cinco anos de atividade, a Delegação desenvolveu um trabalho louvável de informação e encaminhamento dos cidadãos com deficiência.

Direção e sócios congratulam-se com o progresso já alcançado, nomeadamente no domínio das acessibilidades urbanas e sobretudo na forma como as famílias e a sociedade açoriana em geral encara hoje a problemática da deficiência: com um olhar mais solidário e inclusivo, com uma atitude mais aberta e menos discriminatória, com a tendência para o desaparecimento dos sentimentos de vergonha ou de culpa.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário da Delegação de São Miguel da Associação Portuguesa de Deficientes.

Solicita-se que do mesmo seja dado conhecimento à referida Delegação bem como à Associação Portuguesa de Deficientes.

Horta, Sala das Sessões, 9 de julho de 2015

Os Deputados: *Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Cecília Pavão, Francisco César, Marta Couto, Catarina Moniz Furtado e Arlinda Nunes*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

O PSD, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação pelos 25 anos da Delegação de São Miguel da Associação Portuguesa de Deficientes, reconhecendo nesta associação um trabalho meritório na proteção e no trabalho íntimo com os deficientes, neste caso, na ilha de São Miguel, e que em muito tem privilegiado.

É preciso realçar, aliás, como este voto de congratulação o fazia, o caráter voluntário dos seus dirigentes, totalmente voluntário, neste caso em particular, sendo a maior parte deles também eles, e passo o pleonasma, deficientes.

E, portanto, é de inteira justiça que nos associemos, com vigor e com alegria, aos 25 anos de uma associação que muito tem contribuído para a proteção das pessoas ditas não normais, na sociedade micaelense, neste caso em particular.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD e refere-se ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pela sua brilhante época realizada em ténis de mesa. É apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pela brilhante época realizada em Ténis de Mesa

Situada na periferia da cidade da Praia da Vitória, a pequena localidade do Juncal tem sido frequentemente noticiada nos Órgãos de Comunicação Social, e pelos melhores motivos!

Há cerca de doze anos, dando aproveitamento às condições existentes no seu Centro Social e tentando encontrar formas de proporcionar a prática desportiva às crianças e jovens da localidade, a fim de lhes garantir um futuro melhor, promovendo a inclusão social, prevenindo possíveis riscos e contribuindo para a sua formação global, a direção do Centro Social apostou na modalidade do Ténis de Mesa.

Nesta escassa dúzia de anos, fruto de uma clara aposta nos escalões de formação e de um trabalho sério e rigoroso, dirigentes e treinadores do Ténis de Mesa do Juncal foram fabricando campeões.

Porém a atual época foi, indubitavelmente, o corolário do trabalho desenvolvido ao longo dos tempos pela direção e pelos treinadores Luís Sousa, Afonso Vilela, Hugo Sousa e Fábio Toledo.

Assim, Patrícia Maciel conquistou o primeiro lugar ao serviço da seleção nacional de juniores, venceu o Open de Portugal de Jovens, foi campeã nacional individual em juniores femininos, e sagrou-se campeã nacional de pares seniores femininos fazendo equipa com a sua colega Raquel Andrade, com quem foi também tri campeã de pares juniores femininos. Conquistou o segundo lugar pela equipa de Portugal A na competição de juniores femininos, foi vice campeã nacional em pares mistos seniores, vice campeã nacional de equipas de juniores femininos com as colegas Raquel Andrade e Vitória Santos e ficou em segundo lugar integrando a equipa mista de Portugal/Brasil no Open de Espanha de Jovens. Conquistou, ainda, a medalha de bronze na competição de pares do Open de Jovens da República Checa.

Por seu lado Raquel Andrade conquistou ainda o primeiro lugar pela equipa de Portugal B em juniores femininos e o segundo lugar por equipas ao serviço da seleção nacional de juniores.

Ana Rita Costa, Xénia Bettencourt Mafalda Andrade e Vitória Santos conquistaram o título de vice campeãs nacionais de equipas de cadetes femininos.

Vitória Santos conquistou, também, o título de vice campeã nacional de pares mistos em cadetes

Luís Miguel Maciel sagrou-se campeão nacional de pares iniciados masculinos e campeão nacional de equipas de iniciados masculinos com os seus colegas Cristiano Charamba e Márcio Moniz. Tendo Cristiano Charamba conquistado o terceiro lugar individual no campeonato nacional de iniciados masculinos.

Por seu lado a equipa B masculina do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, constituída apenas por atletas formados no clube, garantiu a subida ao Campeonato Nacional da segunda Divisão, o que constitui mais um feito histórico.

Estes atletas foram, ainda, diversas vezes convidados a participar em estágios e a integrar a seleção do respetivo escalão, em Portugal e no estrangeiro.

Os resultados conseguidos enchem de satisfação e indisfarçável orgulho a todos os amantes da modalidade, do desporto, e a todos os açorianos de um modo geral.

Roberto Andrade, Luís Maciel e José Carlos Costa têm sido os homens do leme desta embarcação que não perde o seu objetivo e, contra ventos e marés, têm sabido conduzir os destinos da coletividade rumo à glória e ao prestígio. Porque os grandes feitos estão associados ao nome de grandes homens, o percurso efetuado e os êxitos alcançados pelo Ténis de Mesa do Juncal ficarão para sempre associados aos seus nomes.

“É a vontade que faz o homem grande ou pequeno” disse um dia Schiller, e a vontade dos homens e mulheres do Juncal fê-los grandes.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores deseja que essa vontade permaneça, que os jovens do Juncal continuem a dinamizar o desporto e a trilhar o caminho do sucesso, a bem do Ténis de Mesa, da Terceira e dos Açores!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de congratulação pela brilhante prestação do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, ao longo da época, em Ténis de Mesa e que do mesmo seja dado conhecimento formal ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Associação de Ténis de Mesa da Ilha Terceira e à Federação de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 09 de julho de 2015

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia e Judite Parreira*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Nuno Meneses, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que, no Plenário do mês de junho, o Partido Socialista teve a oportunidade de apresentar um voto de teor semelhante e, dessa forma, associar-nos-emos também a este voto de congratulação apresentado pelo PSD. Congratulamo-nos, naturalmente, com os excelentes resultados desportivos obtidos pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, mas também pelo trabalho de âmbito social e educativo desenvolvido em prol da comunidade onde se insere, em particular dos jovens do Juncal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação à atleta Joana Flores pelos êxitos desportivos alcançados durante a presente época desportiva, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

Deputado Nuno Meneses (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

à atleta Joana Flores pelos êxitos desportivos alcançados durante a presente época desportiva

Joana Amaral Flores tornou-se nesta época desportiva a primeira Açoriana a conquistar o Campeonato Nacional de Futebol Feminino e a Taça de Portugal também em futebol feminino, ao serviço do Clube Futebol Benfica, fazendo aquilo a que se chama na gíria do futebol, a dobradinha.

Natural da Ilha Terceira, freguesia de São Sebastião, Concelho de Angra do Heroísmo e nascida a 8 de outubro de 1989, Joana Flores despertou para o futebol federado só perto da maioridade, onde durante seis anos praticou a modalidade de Futsal na Ilha Terceira, passando por clubes como os Marítimos de São Mateus Sport Club e o Clube Desportivo do Centro Social do Posto Santo. Quando uma das jogadoras da atual equipa que representa a convidou para ir treinar ao seu atual clube, prontamente aceitou o desafio, pois um dos

seus objetivos pessoais era jogar futebol de onze, sonho esse que se concretizou a 11 de novembro de 2012.

A jogadora não pensa tornar-se profissional ou até mesmo fazer carreira no estrangeiro, pois encara o futebol como um entretenimento, embora se dedique a essa modalidade de uma forma muito séria, conseguindo no entanto conciliar a sua profissão de agente da PSP com a prática desportiva ao mais alto nível, que à terceira época se traduziu na conquista de dois títulos, por sinal os mais importantes ao nível do futebol feminino nacional.

Foi portanto a 06 junho deste ano no Estádio Nacional, onde aconteceu a final da Taça de Portugal de futebol feminino, que viu finalmente o seu trabalho e empenho dar frutos, neste caso dar Flores, pois foi Joana Flores a autora do golo solitário que definiu o encontro.

Num jogo movimentado e em que ambas as equipas assumiram uma postura ofensiva, os 90 minutos foram preenchidos com um número de oportunidades equivalente para ambas as formações, tendo sido insuficientes para se apurar a equipa vencedora.

Depois do nulo no tempo regulamentar, o prolongamento manteve-se exatamente no mesmo registo de equilíbrio quase até final, quando Joana Flores aos 115 minutos acabou por marcar o golo da vitória do Futebol Benfica numa jogada rápida, em que se antecipa à guarda-redes do Clube Albergaria, oferecendo à sua equipa a "dobradinha" esta temporada, já que o clube que representa já se havia sagrado também Campeão Nacional de Futebol Feminino no mês anterior, com 37 pontos, mais 8 do que o segundo classificado.

Este desempenho desportivo por parte de uma atleta açoriana naturalmente que nos orgulha, para além de ter contribuído para elevar e divulgar o nome da região através da imprensa desportiva nacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores, aprove um voto de congratulação à atleta Joana Flores pelos êxitos desportivos alcançados durante a presente época desportiva. Do presente voto deve ser dado conhecimento à própria, ao Marítimos de São Mateus Sport Club, ao Clube Desportivo do Centro Social do Posto Santo e ao Clube de Futebol Benfica.

Horta, Sala das Sessões, 09 de julho de 2015

Os Deputados: *Berto Messias, Nuno Meneses, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César, António Parreira, Francisco Coelho, Cláudia Cardoso e Arlinda Nunes*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com natural alegria que o PSD se associa a este voto, fazendo, no entanto, uma pequena correção. É que antes da Joana Amaral Flores já houve, nos Açores, uma outra atleta que conseguiu os mesmo títulos, exatamente fazendo a mesma dobradinha, e que foi a atleta Mariana Cabral, jogadora do 1.º de Dezembro, da ilha de São Miguel, tendo chegado mesmo a atuar na Liga dos Campeões.

No entanto, acho que devemos analisar aquilo que têm sido os votos e aquilo que tem sido a congratulação dos deputados desta Assembleia perante os feitos desportivos dos nossos atletas. Este é mais um caso. Há pouco vimos aqui os feitos do Juncal e, Sessão Plenária após Sessão Plenária, temos vindo a festejar, e bem, aquilo que têm sido os muitos sucessos dos mais variados atletas açorianos de outras tantas modalidades desportivas.

No entanto, há algo que se destaca desses sucessos: eles estão a acontecer em modalidades que são baratas para a região e, se calhar, chegou o tempo de, para além de nos congratularmos com quem trabalha e com o sucesso desportivo dos

nossos atletas, e aqueles que aqui estão presentes que terão praticado um desporto com competição e com resultados sabem o que é que custa fazer um campeão, sabem o que é que custa lá chegar, devemos também refletir acerca de como é que a região apoia esses atletas que têm resultados e para onde é que, às vezes, vai dinheiro que faz falta para quem trabalha e para quem quer e consegue ter esses resultados e não tem, indo para outros sítios onde os resultados não vêm.

Feito esta reflexão, volto a repetir, de facto, a alegria e a associação do PSD perante os resultados desportivos e o empenho da Joana Amaral Flores e de todos os atletas açorianos que se destacam e que dão o seu melhor e que honram a bandeira dos Açores e as nossas nove ilhas nas modalidades que praticam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação à Associação de Atletismo de São Miguel. É apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, pelo PSD.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD):

VOTO DE SUDAÇÃO

Associação de Atletismo de São Miguel

Nos dias 4 e 5 de Julho realizou-se as provas do Campeonato Nacional de Pista ao Ar Livre de Juniores, em Braga.

Os Atletas açorianos, da Associação de Atletismo de São Miguel, voltaram a conseguir ter um bom desempenho nas competições nacionais, ao conquistar 12 medalhas, 6 de ouro, 4 de prata e 2 de bronze.

Sérgio Silva, da Juventude Ilha Verde, conquistou a medalha de ouro nos 400 metros barreiras, com a marca de 55,80 segundos e nos 400 metros planos com a marca de 48,33 segundos.

Para além do ouro de Sérgio Silva, Maria Matos, corredora do Clube Escolar e Desportivo dos Arrifes, conseguiu o terceiro lugar na final dos 100 metros barreiras, com o tempo 16,85 segundos e Reinaldo Moniz, nos 110 metros barreiras, com o tempo 15,14 segundos.

O Clube Juventude Ilha Verde conseguiu arrecadar a vitória em coletivo na competição de 4x100 metros, segunda série, com os atletas Rodrigo Toste, Reinaldo Moniz, Tiago Jesus e Sérgio Silva. Nos 4x400 metros, o coletivo formado por Rodrigo Toste, André Rodrigues, Reinaldo Moniz e Sérgio Silva conseguiram o segundo lugar na segunda série.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe a aprovação de um voto de congratulação aos atletas açorianos galardoados com medalhas no campeonato nacional de juniores em Pista ao Ar Livres que decorreu nos dias 4 e 5 de Julho em Braga. Do teor deste voto deve ser dado conhecimento à Associação de Atletismo da Ilha de São Miguel, aos Atletas galardoados e respetivos clubes e à Federação Portuguesa de Atletismo

Horta, Sala das Sessões, 09 de Julho de 2015

Os Deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Almeida*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria associar-se a este voto de saudação do PSD.

Já foram aqui enumeradas as classificações e os feitos dos atletas pelo Deputado Cláudio Almeida, penso que, na nossa opinião, seria também importante salientar que se tratou da participação no campeonato de juniores, portanto, de um escalão de formação, e aqui é de referir a aposta que tem sido feita no desporto nos escalões de formação e no incentivo, dentro das limitações existentes e dentro do possível, à participação dos atletas dos Açores em competições a nível nacional, porque só através da competição e da presença frequente em provas em escalões nacionais e internacionais é que podemos continuar a apoiar o desenvolvimento do desporto açoriano.

Obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação pela passagem dos 175 anos do nascimento de Manuel de Arriga, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pela passagem dos 175 anos do nascimento de Manuel de Arriaga

A 8 de julho de 1840 nasceu na cidade da Horta Manuel José de Arriaga Brum da Silveira que veio a ser o primeiro Presidente da República Portuguesa.

Passados 175 anos desta data, exige-se uma referência a este acontecimento pela importância que este faialense e açoriano teve num período conturbado da história portuguesa mas decisivo para que hoje em dia continuemos a viver numa República e em Democracia.

Manuel de Arriaga, filho de Sebastião de Arriaga e D. Maria Antónia Pardal Ramos Caldeira de Arriaga, deixou a ilha do Faial em busca do conhecimento e a par da formação académica embrenhou-se pelas ruas de Coimbra e pelas ideias republicanas, o que lhe custou um conflito insanável com o Pai.

Num dos seus trabalhos sobre o pensamento e o ideário do republicano açoriano, Joana Gaspar de Freitas sintetiza de forma feliz o sentido da vida singular deste faialense:

"Manuel de Arriaga, poeta, republicano convicto, professor de Inglês no Liceu Central de Lisboa, advogado das camadas populares, deputado do povo, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, procurador-geral da República, reitor da Universidade de Coimbra, Presidente da I República Portuguesa e, no fim do seu mandato, "criminoso político", apodado de ditador e traidor da pátria, foi figura singular e de relevo no seu tempo, não só pelos altos cargos para os quais foi escolhido pelos seus pares, mas sobretudo pela simpatia alcançada entre os simples, pela probidade reconhecida por amigos e adversários, pelo exemplo de rectidão moral e dedicação partidária que deixou às gerações republicanas que se lhe seguiram."

Em boa hora, a memória deste Açoriano ficou preservada com a recuperação de

um edifício em ruínas na zona nobre da cidade que agora se apresenta como um núcleo museológico que celebra o primeiro Presidente da República, tendo recebido nos últimos anos já mais de seis mil visitantes.

A cidade em que nos encontramos assume-se como berço deste republicano que esteve na linha da frente, oferecendo a quem nos visita o roteiro “Horta no Tempo de Manuel de Arriaga” que leva as pessoas a percorrerem os pontos por onde esta figura de importância nacional circulava na sua vivência na cidade da Horta.

Hoje em dia, além de recordar esses passos, é imperioso evocar os princípios e os valores defendidos pois essa é a maior herança que Manuel de Arriaga nos deixou e que devemos recordar com a passagem desta data.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pela passagem dos 175 anos do nascimento de Manuel de Arriaga.

Que deste Voto seja dado conhecimento à Presidência da República, ao Museu da Horta, à Câmara Municipal da Horta e à família de Manuel de Arriaga.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 9 de Julho de 2015

Os Deputados: *Lúcio Rodrigues, Berto Messias, Arlinda Nunes e Miguel Costa*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de saudação desta manhã refere-se aos 500 anos da vila de Água de Pau, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD):

Voto de Saudação

Pelos 500 anos da Vila de Água de Pau

Nasceu e cresceu entre dois vulcões – o da Serra de Água de Pau e o do Pico da Figueira.

Com a erupção do Pico da Figueira, hoje Monte Santo, espalhou-se até Vale de Cabaços, hoje Caloura.

Era terra de recursos hídricos e terrenos férteis.

Tinha gente de muito labor e nobres virtudes.

Foi por isso elevada à categoria de Vila, por El-Rei Dom Manuel I, a 28 de julho de 1515.

Portanto, Água de Pau completa este mês 500 anos de Vila.

Ganhou esse estatuto ainda antes da Lagoa em 1522, mas perdeu o concelho que partilhava com a Ribeira Chã – e integrou o da Lagoa – em 1853.

Contudo, manteve sempre, em cinco séculos, a honra de Vila, que até lhe foi reforçada por Decreto Legislativo Regional de 2003.

Esta terra foi a primeira morada da Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, no convento das freiras da fajã da Caloura.

Esta terra foi o berço do fundador e primeiro reitor do Liceu de Ponta Delgada, o padre-mestre João José do Amaral.

Esta é a terra dos fontenários públicos e dos núcleos museológicos, da Festa de Nossa Senhora dos Anjos, da Filarmónica Fraternidade Rural, do Santiago Futebol Clube.

Esta é uma terra de cultura, ambiente e turismo. Desde o mar até à serra.

Fica na costa sul da ilha de São Miguel, a 17 quilómetros de Ponta Delgada e a 7 da cidade da Lagoa.

Conta 3.000 habitantes em 17 quilómetros quadrados.

É uma das mais antigas vilas açorianas.

Completa agora meio milénio de Vila e merece, por isso, a saudação especial do Parlamento dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Saudação a Água de Pau, pelos 500 anos da sua Vila**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Junta e Assembleia de Freguesia de Água de Pau e à Câmara e Assembleia Municipal da Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 9 de julho de 2015

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Maurício, Luís Garcia e Bruno Belo*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu queria começar por referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista iria, e vai, apresentar, em setembro, um voto de teor semelhante. O PSD entendeu antecipar a apresentação do voto, está no seu direito, muito bem.

Eu queria, Sr. Deputado José Andrade, se me permite, apenas dar três contributos para a descrição feliz e meritória que o senhor faz da vila de Água de Pau.

Em primeiro lugar, destacar o facto de ser uma vila com gente muito laboriosa e muito orgulhosa, pessoas com uma tradição que remonta ao início da vila em termos da pecuária e das pescas. Aliás, o porto da Caloura ainda hoje, em termos de valor de descarregado, é um porto muito relevante na nossa economia do mar.

Em segundo lugar, também referir que Água de Pau conta, apesar de isso acontecer com muitas regiões do nosso arquipélago, de facto, com uma diáspora particularmente dinâmica e particularmente influente, nos Estados Unidos, em muitas zonas dos Estados Unidos, sobretudo na Nova Inglaterra, também em várias províncias do Canadá e também nas Bermudas, onde os trabalhadores de Água de Pau têm uma cotação elevadíssima e são, aliás, muito prezados e muito valorizados, e ainda bem, porque é de inteira justiça.

Um terceiro aspeto também ao nível do seu microclima famoso, pelo menos de uma das regiões de Água de Pau, a zona da Caloura, que faz, de facto, desta zona, a zona mais a sul da ilha de São Miguel, um dos paraísos na terra. Felizmente, os Açores têm muitos paraísos na terra, mas a zona da Caloura é, seguramente, um destes paraísos.

Aliás, o próprio historiador Gaspar Frutuoso faz referências ao Vale de Cabaços que, é portanto, no fundo, Água de Pau, e particularmente essa zona da Caloura. E, portanto, não há dúvida nenhuma que Água de Pau tem um passado digno e, de certa forma, exemplar. Tem muito por onde se orgulhar desse passado, mas Água de Pau é, sobretudo, uma terra de futuro e, nesta visão de uma terra de futuro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar e felicitar, sobretudo, todos os autarcas que desempenharam funções, obviamente depois do 25 de Abril, quer ao nível da

freguesia de Água de Pau, de vários partidos, quer ao nível da Câmara Municipal da Lagoa, porque, de facto, os autarcas, quer de freguesia, quer ao nível municipal, tiveram (não é só no caso da Lagoa, mas nós estamos aqui a falar de Água de Pau, que é uma freguesia do Concelho da Lagoa), de facto, um papel muito importante e uma influência determinante em preparar o território de Água de Pau para o futuro. E, hoje, de facto, quem conhece aquela freguesia percebe, ao nível de equipamentos públicos, ao nível de investimentos privados, há um conjunto, uma dotação infraestrutural e houve uma própria valorização do território que projeta Água de Pau para o futuro e que confere àquela freguesia do sul da ilha de São Miguel uma capacidade muito importante e um grande dinamismo, que, certamente, será prosseguido no futuro com as novas gerações, porque isso também faz parte do desenvolvimento e do progresso.

E nesta homenagem aos autarcas, permitam-me que eu destaque aquele que foi um homem de princípios, um empresário de sucesso e um autarca de referência: eu refiro-me ao Sr. Eng.º Luís Alberto Martins Mota, Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, entre 1989 e 2005,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que é, de facto, uma referência, não só para o Partido Socialista, mas, acreditamos nós, para todos os democratas nos Açores.

Muito obrigado.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de protesto e é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

2ª FASE DA VARIANTE À CIDADE DA HORTA

A construção de uma Variante à cidade da Horta foi sempre entendida como uma obra estratégica e essencial para o desenvolvimento do Faial, cumprindo dois objetivos fundamentais. Por um lado, permitia criar uma alternativa à estrada da Lajinha na ligação ao Aeroporto, uma vez que esta apresenta graves problemas com as furnas criadas pela penetração subterrânea do mar; e, por outro lado, a Variante permitiria ligar o norte e o sul da Ilha do Faial sem se ter de passar pelo centro da cidade da Horta, libertando esta de muitos dos problemas de trânsito com que se depara atualmente.

Daqui facilmente se conclui que a Variante à cidade da Horta só cumprirá eficazmente os seus propósitos quando estiver completa e, desse modo, poder assumir na sua plenitude todos os objetivos para que foi concebida.

A construção de uma variante à cidade da Horta tem sido uma promessa incluída em todos os manifestos eleitorais em todas as eleições regionais desde 1996.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor devia apresentar esse voto era na Assembleia da República!

O Orador: Já o longínquo plano regional de 1997 previa a construção desta variante.

Infelizmente, como quase todas as obras públicas no Faial, a construção da Variante também foi dividida em fases e prolongada no tempo. Em 2001, o

Governo lançou a concurso a 1ª fase, cuja obra, na extensão de 2,5 kms, se realizou em 2006 e 2007 e que ainda não está concluída.

Em Fevereiro de 2007, o Governo Regional garantiu que a 2ª fase só seria construída na legislatura de 2008 a 2012.

Em Novembro de 2009, o Secretário Regional da tutela afirmou que “a Variante à cidade da Horta está em condições de avançar em 2010” mas o mesmo responsável governativo em Maio de 2010, já dizia que a obra seria para a próxima legislatura (2012-2016).

Para a segunda fase da construção da Variante à cidade da Horta, no plano de 2009, para estudos e projetos estavam inscritos 25 mil euros. Em 2010 para a “execução do projeto e expropriações” o plano contava com 100 mil euros. E nos planos de 2011 e de 2012, ainda para a “elaboração do projeto de execução” as verbas inscritas foram 48.660 euros e 48.500 euros respetivamente. Em 2013, o plano do governo contemplava uma verba ridícula de 16.100 euros para a “conclusão do projeto e aquisição de terrenos”.

Deputado Berto Messias (PS): E a rede viária que devia estar no Quadro Comunitário?

O Orador: Nos planos de 2014 e de 2015 não há qualquer referência à construção da variante.

Porém, o membro do Governo com a tutela desta matéria referiu nesta Assembleia, em Novembro de 2014, que “quanto à circular interna da Madalena reiterou o compromisso em cumprir esse objetivo nesta legislatura e o mesmo para a 2ª fase da variante à cidade da Horta”.

Por outro lado, na primeira versão da Carta Regional das Obras Públicas 2013-2016, cuja publicação ocorreu em junho de 2013, o início da construção da segunda fase da variante à cidade da Horta estava previsto para o primeiro semestre de 2015.

No passado mês de Abril o Governo Regional atualizou a “Carta Regional das Obras Públicas 2020” e nessa nova versão, daquele documento dito orientador das obras públicas, não consta a 2ª fase desta variante, nem nas obras a iniciar em 2015 nem na listagem de obras a iniciar em 2016-2020.

Esta decisão do Governo Regional é inaceitável e de consequências perniciosas dadas as óbvias implicações que tem noutros investimentos públicos, tais como o reordenamento da Frente Mar da cidade da Horta, a construção do novo Quartel dos Bombeiros e o reordenamento do trânsito na cidade.

É igualmente condenável que o Governo Regional e o PS continuem sem dar qualquer explicação para este desaparecimento. Os deputados do PSD eleitos pelo Faial aguardam há quase cinco meses (quando o prazo legal é 60 dias) pela resposta a um requerimento exatamente sobre este investimento. E aguardam há mais de nove meses pela resposta de outro requerimento sobre o cumprimento da CROP no Faial.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de protesto pelo desaparecimento,...

Deputado André Bradford (PS): Um voto de congratulação sobre a Escola do Mar!

O Orador: ... na nova versão da Carta Regional das Obras Públicas 2020, da construção da segunda fase da Variante à cidade da Horta.

Igualmente se protesta pela inexplicável e censurável falta de respostas aos deputados sobre este investimento por parte do Governo Regional.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento ao Governo Regional dos Açores, à Câmara e à Assembleia Municipal da Horta e ao Conselho de Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Julho de 2015

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Jorge Costa Pereira*

Deputado Jorge Macedo e Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Agradeço que se inscrevam, por favor.

(Pausa)

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Realmente, a variante à cidade da Horta é uma daquelas obras que se tornam promessas eleitorais crónicas. Não sei se haverá tantas com uma tão longa longevidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Procure bem que há!

A Oradora: É provável que haja.

O Governo poderia ter usado de sinceridade e deixar de criar expetativas nos faialenses e ter dito: a primeira fase será feita, porque, de facto, onde se circulava preferencialmente, que era sempre na Lajinha, começou a ter uma situação de perigos graves, e, portanto, era mesmo necessário arranjar uma alternativa à circulação para entrar na cidade da Horta, mas que aquela ilusão de que os faialenses poderiam passar do norte ao sul sem ter que entrar na cidade da Horta, era completamente desnecessário. Todos nós sabemos que aquilo que a primeira fase da circular fez foi introduzir o trânsito mais depressa e mais

concentrado à entrada da cidade da Horta. Todos nós sabemos que vimos todos desembocar ao pé do hospital e que todo o trânsito tem que descer à baixa da cidade, passar na baixa da cidade, se as pessoas se quiserem deslocar ao outro lado da cidade.

Portanto, se há muitas obras e muitas promessas do Governo que são meramente promessas eleitorais, esta é, de facto, uma promessa que deveria ter sido concretizada pela necessidade que as pessoas que vivem na Horta têm de a ver concretizada.

O Sr. Deputado Luís ficou muito admirado de ter visto aquela obra desaparecer da Carta Regional das Obras Públicas, mas já desapareceram tantas! Aliás, a Carta Regional das Obras Públicas foi uma manobra de diversão desta legislatura de dizer às pessoas que não havia dinheiro.

Primeiro, era porque havia pouco dinheiro, tínhamos que nos organizar, a Carta das Obras Públicas ia permitir aos empreiteiros se organizarem para saberem quando é que queriam ter as obras, para que os pequeninos se pudessem agregar para poder concorrer a obras maiores. A verdade é que os empreiteiros organizaram-se, os empreiteiros agregaram-se e as obras públicas não aparecem.

Deputado André Bradford (PS): Não aparecem?!

A Oradora: E não aparecem e nem há dinheiro para pagar a que já foram feitas, porque o Quadro Comunitário de Apoio, onde se poderiam pagar obras públicas, ainda nem sequer foi aprovado. O único que foi aprovado foi o PRORURAL.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso é mentira!

A Oradora: Como?! É verdade!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso é mentira!

A Oradora: É mentira? Então, quantos quadros comunitários de apoio...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Se a senhora quer discutir esse assunto, permita que o Governo possa responder e o Governo não pode agora!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não responde aos requerimentos!

A Oradora: Com certeza!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Já estão respondidos!

A Oradora: As empresas de obras continuam por não receber.

Se as vias públicas já não podem ser pagas por dinheiros europeus, isso também não é uma novidade, até as nossas Câmaras Municipais, todas elas se prepararam devidamente para isso, porque já não poderiam usar dinheiros e verbas e fundos europeus para a construção de estradas.

Portanto, não é novidade para ninguém e uma obra que está prometida desde 96, que não é feita porque agora, afinal, já não há verbas comunitárias, quer dizer, é uma desculpa muito fraca. Mas, na realidade, os únicos que vão ser prejudicados com isto, e uma vez mais, vão ser os faialenses, que não ter a possibilidade de ter uma variante completa, que lhes permita passar de um lado da cidade ao outro sem ter que baixar à Baixa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Deputado André Bradford (*PS*): Baixar à Alta é que era difícil!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Presidente do Governo, pede a palavra para?

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Ao abrigo do artigo 86, eu interpelo a Mesa, não para responder ao voto de protesto, uma vez que isto não é permitido, mas apenas para trazer à Câmara e a este Plenário aquilo que, sendo seguido como orientação dos trabalhos e que, aliás, não é uma decisão da Mesa, é uma orientação que tem sido seguida, em prejuízo do esclarecimento de questões que o Governo reputa importantes, como esta, que foi trazida aqui pela mão do Sr. Deputado Luís Garcia, não permite o esclarecimento da Câmara e não permite o esclarecimento dos açorianos.

Obviamente que não está em causa o direito que o Sr. Deputado Luís Garcia e o PSD têm de utilizar a figura regimental de voto de protesto. A única coisa que me parece importante, sinceramente importante, é refletir se, não havendo proibição expressa no nosso Regimento quanto à possibilidade do Governo intervir nesses votos, não seria benéfico para esclarecimento desses assuntos permitir que o Governo realmente interviesse e pudesse esclarecer quando é censurado por esta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Altere-se ao regimento!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): O senhor esteve na elaboração do regimento!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Passam-se meses e anos sem responder! Responda aos requerimentos! É disparar e fugir!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não está no Regimento a proibição do Governo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado André Bradford (*PS*): É de maioria de dois terços, a alteração do Regimento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Joaquim Machado, pede a palavra para?

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para fazer uma interpelação à Sra. Presidente. Saber qual o seu entendimento sobre esta interpelação que fez o Sr. Presidente, que nos parece ser uma interpretação diversa daquela que tem sido o seguimento do nosso Regimento, e saber se o Governo Regional tem ou não tem oportunidade de fazer os esclarecimentos que são necessários sobre estas matérias. Porque o nosso Regimento dispõe que o Governo Regional não tem o direito, tem a obrigação de responder aos requerimentos feitos pelas Sras. e Srs. Deputados em 60 dias, e conforme foi comprovado pelo Grupo Parlamentar do PSD, na Sessão Legislativa de maio, há mais de três dezenas de requerimentos feitos ao Governo Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isto o que é?

Presidente: Interpelação!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, uma interpelação, mas isto não é uma interpelação!

O Orador: ... alguns dos quais com mais de dois anos sem que o Governo Regional, durante todo esse tempo, tenha produzida as respostas ou facultado os documentos que ali foram pedidos.

Deputado Berto Messias (PS): Isto não é uma interpelação, é uma intervenção!

O Orador: E, portanto, se o Sr. Presidente do Governo Regional entende que o nosso Regimento pode facultar a intervenção do Governo Regional nestes

debates que se seguem à apresentação dos votos de protesto, também tem que ficar registado que o Governo Regional tem mais do que o direito,...

Deputado Francisco César (PS): Eu só quero saber se o senhor acha que o Governo deve responder ou não!

O Orador: ... tem a obrigação de responder aos nossos requerimentos, não o fez, não o faz, mas, mais do que isso. No mês passado, o Governo Regional abriu um precedente, e eu termino já, Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... que deve ser seguido. O Sr. Secretário Regional da Agricultura,...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é interpelação nenhuma!

O Orador: ... não podendo intervir num voto de protesto sobre uma matéria respeitante à tutela da sua Secretaria, tomou a iniciativa de pedir à Comissão correspondente...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para ser ouvido.

Portanto, Sr. Presidente, se nesta matéria o senhor entende que o Governo Regional pode e deve responder,...

(Apartes inaudíveis de vários Deputados do PS)

O Orador: ... mande o Secretário Regional das Obras Públicas...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... pedir à Comissão correspondente para ali produzir os esclarecimentos.

Presidente: A Mesa...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Eu fiz uma sugestão!

Deputado André Bradford (*PS*): Ao ponto que isto chegou! Os senhores até aplaudem as interpelações!

Deputado Berto Messias (*PS*): Os senhores estão incomodados com a possibilidade do Governo esclarecer os açorianos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Deputado André Bradford (*PS*): “Óme”! Isto foi mesmo baixar à Baixa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós, neste momento, estamos no PTAP, estamos na fase do debate de um voto de protesto. Naturalmente, as matérias regimentais não serão hoje, aqui, debatidas e, portanto, a questão da não intervenção do Governo na altura da apresentação dos votos é, de facto, impedida pelo Regimento, não obstante o Governo poder esclarecer sempre que assim tiver que o fazer.

A verdade é que a interpretação das Mesas, ao longo destes anos, não entende que na fase de discussão de votos haja lugar a esclarecimentos e é nessa interpretação que o Sr. Presidente do Governo, naturalmente, baseou a sua interpelação.

Nós não vamos debater o Regimento agora, vamos continuar, sim, o debate sobre este voto de protesto.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não, não! É que há interpelações que são intervenções!

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado interpelou a Mesa na questão do atraso na resposta aos requerimentos. Ficou registada a interpelação.

Pergunto se há mais inscrições para o debate do voto.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que é do conhecimento dos Srs. Deputados do PSD-Açores que o Quadro Comunitário de 2014 a 2020 considera o investimento em estradas como prioridade negativa,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... em resultado das opções e negociações lideradas pelo vosso Governo,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... o Governo do PSD...

Deputado Bruno Belo (PSD): As obras já acabaram, não há obras para fazer!

O Orador: ... CDS-PP,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é para rir!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Os faialenses agradecem essa intervenção!

O Orador: ... que, mesmo assim, minimizou-se...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é para rir! Estava prometida há 15 anos e agora a culpa é nossa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande lata!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues possa fazer a sua intervenção.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

... por uma intervenção do Governo Regional, que conseguiu uma verba que ronda os 19 milhões de euros,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Deputado, têm aprovado tantas estradas por essas ilhas fora!

O Orador: ... quando o investimento necessário para todas as estradas dos Açores rondava os 90 milhões de euros.

Eu pergunto aos Srs. Deputados do PSD, mas também, e depois da intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira, vou incluí-la nesta pergunta, onde é que os senhores estavam? Se fizeram diligências junto dos vossos companheiros a nível nacional para que tivessem em conta as nossas especificidades e a nossa insularidade?

Sra. Deputada Graça Silveira, ouça. Ouvir é uma virtude!

Se acautelaram os municípios dos Açores para esta mesma problemática (porque ao contrário do que a Sra. Deputada Graça Silveira disse nesta Casa, os municípios dos Açores também estão com este problema) junto dos vossos companheiros da República,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, sim! Agora a República é que tem culpa!

O Orador: ... na negociação de todo esse envelope financeiro (pouco ou nada conseguem fazer e isto não se passa só com estradas), para que estes percebam, efetivamente, que temos especificidades regionais e com um constante ataque àquilo que é o poder democrático autonómico?

E depois, não se conseguem aguentar e vêm logo a correr dizer aos açorianos que têm que assumir as despesas daquilo que V. Ex.^{as} compactuaram a retirar, e vou mais longe.

Os senhores falam nas novas estradas, mas devem também incluir as que já existem,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor é que tem que prestar contas aos faialenses das promessas que fizeram e não cumprirem!

O Orador: ... pois aquilo que os senhores consideram como prioridade negativa para seis anos inclui também a beneficiação das estradas que já existem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Este voto, como os senhores sabem, e que fique bem esclarecido nesta Casa, é oportunista, porque sabem perfeitamente que o Governo não pode responder, e mesmo quando o Governo se disponibiliza a responder, os senhores não querem que o Governo esclareça as açorianas e açorianos.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas a gente quer!

O Orador: Mas os senhores sabem-no!

Mas, efetivamente,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O melhor que podem fazer é retirar-se quando se apresentam os votos!

O Orador: ... os senhores estão no direito e têm o direito de apresentar aqui este voto, mas também tinham o direito e, acima de tudo, o dever de ter apresentado um voto com este mesmo teor a quem considerou que as estradas dos Açores eram prioridade negativa na negociação dos fundos comunitários.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde estava o Governo Regional nessa altura?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Governo ficou tão satisfeito com os fundos comunitários!

O Orador: Os senhores sabem quantos quilómetros fizeram enquanto eram Governo? Penso que rondará os 200 quilómetros. Este Governo fez 1200 quilómetros!

Os senhores sabem perfeitamente,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... Srs. Deputados, que o envelope financeiro foi negociado por V. Ex.^{as}, as situações que estamos, neste momento, a discutir estão diretamente

relacionadas com aquilo que V. Ex.^{as} negociaram e agora, nesta atitude de oportunismo lamentável, vêm a esta Casa inculpar responsabilidades ao Governo dos Açores...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Prometeram e não cumpriram desde 96!

O Orador: ... quando sabem perfeitamente que tiveram oportunidade de fazer parte da decisão.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se é verdade que a praxis parlamentar...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é a praxis, é o Regimento!

O Orador: ... impede o Governo de intervir nos votos,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor também não quer que o Governo fale?

O Orador: Quero, sim, senhor!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então, muda-se o Regimento!

O Orador: ... se é verdade que isso acontece, também é verdade que, relativamente a esta matéria,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor!

O Orador: Não me incomoda!

... o Governo Regional tem, já teve imensas, inúmeras oportunidades de esclarecer este assunto e não o fez. Na resposta a requerimentos ou quando aqui

tem sido proposto pela Representação Parlamentar do PCP, em sede de Plano Anual, e temo-lo vindo a fazer ao longo dos últimos anos. Ao longo dos últimos anos, a Representação Parlamentar do PCP tem vindo a propor, em Plano Anual, a construção da segunda fase da variante à Horta e, portanto, espaços para que o Governo esclareça por que é que não aprova as propostas, designadamente da Representação Parlamentar do PCP, ou por que é que não faz a obra, espaços não faltam, embora eu considere que, se isso for objeto de discussão em local próprio, por parte da Representação Parlamentar do PCP não há nenhum problema para que o Governo possa intervir nos votos de protesto, saudação, congratulação, pesar, etc.. Por parte da Representação Parlamentar do PCP não há nenhum problema relativamente a isso.

Há aqui uma outra questão que me parece fundamental e que tem a ver, de facto, com algumas opções e com as prioridades, e tem sempre a ver com isso, que o Governo Regional faz. E relativamente à ilha do Faial, o Governo Regional tem prometido muita coisa, tem feito alguma,...

Deputado Francisco César (PS): Ah!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual foi?

O Orador: ... mas tem prometido imensas obras...

Deputado André Bradford (PS): Nomeadamente a primeira fase da variante!

O Orador: ... e que não tem cumprido e todos nós percebemos da necessidade da conclusão da variante à Horta (todos nós percebemos da necessidade da conclusão da variante à Horta!) pela melhoria que traria relativamente ao fluxo de tráfego dentro da malha urbana da cidade.

Aliás, este assunto é, de facto, um assunto muito incómodo para os deputados do Partido Socialista...

Deputado Francisco César (PS): E do PSD!

O Orador: ... do Faial. Aliás, viu-se a forma pouco efusiva com que normalmente o Deputado Lúcio Rodrigues intervém sobre as questões da sua

ilha e, hoje, o Deputado Lúcio Rodrigues digamos que estava um pouco incomodado com a defesa que teve de fazer da posição da bancada. É que, Sr. Deputado, se é verdade que o seu argumento justifica o presente e que podem ser assacadas responsabilidades ao Governo da República, portanto, ao PSD e ao CDS-PP, relativamente a este Quadro Comunitário de Apoio, a verdade é que esse argumento, Sr. Deputado, não justifica o passado e, como sabe, esta história é longa, muito longa, da promessa eleitoral de 1997, que começou a partir de 1997, até à garantia dada pelo Governo Regional que concluiria entre 2008 e 2012, a verdade é que isto é uma história muito antiga.

E, portanto, o seu argumento justifica o presente, mas não justifica o passado e a verdade é que, por opção do Governo Regional do Partido Socialista, aquela obra não foi feita em tempo útil. É necessário que ela seja feita, mas já devia estar feita há muito tempo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, nós não estamos aqui a falar de uma estrada enorme, nós estamos a falar de uma pequena estrada com menos de 2 quilómetros, que é essencial para o desenvolvimento do Faial e para resolver alguns constrangimentos ao desenvolvimento desta cidade e é um investimento que é prometido pelo Governo Regional e pelo PS desde 1996,...

Deputado José Contente (PS): Vá ver o Diário das Sessões! Se calhar é antes!

O Orador: ... há 19 anos.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor disse três datas! Que confusão!

O Orador: Oh, Sr. Deputado José Contente, o senhor não fale neste debate, porque eu tenho aqui uma listagem de quatro páginas de promessas suas sobre esta variante.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Quatro páginas!

Deputado José Contente (PS): E eu tenho uma resma de papel!

O Orador: E, portanto, fez parte do manifesto de 96. Fez parte do manifesto de 2000. Fez parte do manifesto de 2004. Fez parte do manifesto de 2008. Fez parte do manifesto de 2012.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a culpa é da República!

O Orador: E agora, passados 19 anos, os senhores vêm dizer: “Não, nós não fazemos! Nós prometemos, mas não fazemos,...

Deputado José Contente (PS): Faziam parte do vosso Governo!

O Orador: ... mas a culpa não é nossa, é da República!”.

Deputado Francisco César (PS): Por acaso até é!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É só por acaso!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Oh, senhores, tenham vergonha! Assumam as vossas responsabilidades!

Vozes dos Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: É, como alguém escrevia há dias, o Governo do “passa culpas”. A culpa é da República, a culpa é de Bruxelas, a culpa é da oposição, a culpa é dos parceiros sociais, a culpa é sempre de todos os outros, nunca é vossa!

Oh, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, vire-se para aquela bancada que ali estão os culpados pela não realização da variante à cidade da Horta.

Vozes dos Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É ali que estão, não é aqui, não é na República, Sr. Deputado. É ali! E, portanto, sejam sérios uma vez, assumam as vossas responsabilidades e digam aos faialenses que isto é uma questão de opção. Não fazem não é por não terem dinheiro, é uma questão de opção, porque se os senhores têm dinheiro para fazer casas da autonomia,...

Deputado André Bradford (PS): É um elogio à cultura!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O problema é o preço!

O Orador: ... se os senhores têm dinheiro para fazer centros de artes contemporâneas e não têm dinheiro para fazer uma estrada aos faialenses,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas que cambada de incultos!

Deputado André Bradford (PS): Estão com alergia à cultura!

O Orador: ... tão essencial ao nosso desenvolvimento, de 1,7 quilómetros (1,7 quilómetros!).

E, portanto, sejam sérios, assumam as vossas responsabilidades e a responsabilidade por esta variante não estar feita e não ser feita é única e exclusivamente do Partido Socialista e do Governo Regional.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer neste debate que eu não percebo esta reação...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mesmo não é para perceber!

O Orador: ... do Partido Socialista, porque este voto de protesto é uma sequência, vem dar eco a um conjunto de manifestações de protesto que um conjunto de instituições desta terra já tomou. O Conselho de Ilha da ilha do Faial sempre tem reivindicado este investimento; a Câmara Municipal da Horta, de maioria socialista, aprovou, há dias, um voto de protesto apresentado por nós por unanimidade. A Assembleia Municipal, da qual o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues faz parte, e eu queria perguntar-lhe se foi oportunista a Assembleia Municipal, aprovou, a 30 de abril, um voto de protesto, por unanimidade...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... pela não realização da variante. E eu não acredito que, perante esta sequência de manifestações unânimes de protesto das principais instituições do Faial, sejam agora os deputados do Partido Socialista, eleitos por esta terra, a quebrar este ciclo de unanimidade que nos une à volta deste investimento. Não acredito nisto!

Eu não esperava, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, que os senhores viessem aqui apresentar um voto de protesto, não esperava, mas esperava que os senhores juntassem a sua voz ao nosso protesto,...

Deputado Berto Messias (PS): Oh! Oh! Violinos!

O Orador: ... porque era justo,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque é justo para os faialenses, e era isso, como os senhores fizeram na Assembleia Municipal, como os senhores fizeram na Câmara, e é justo, mas não.

Infelizmente, é sempre assim: os senhores entre defender o Faial e defender o PS e o Governo, os senhores optam sempre, na presença do chefe, aqui pertinho

do chefe, optam sempre por defender o partido e o Governo em detrimento do Faial. Pobre terra esta!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, pede a palavra para?

(* **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, só para que fique registado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que figura está a utilizar?

O Orador: ... em Diário de Sessões que aquilo que o Sr. Deputado Luís Garcia disse, que eu, como Presidente de Junta de Freguesia da Praia do Almocharife, que faço efetivamente parte da Assembleia Municipal, não estava presente...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas que figura é que se está a utilizar? Uma interpelação?

(Burburinho geral)

O Orador: ... nessa situação e o Sr. Deputado,...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... e para que fique esclarecido, a Assembleia Municipal...

Oh, Srs. Deputados, se querem que eu esclareça, eu tenho o maior prazer em esclarecer.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: E que no dia que decorreu a Assembleia Municipal onde se passou essa situação, eu tive que me ausentar, porque nesse dia...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já ouvi essa história de um deputado do Corvo em tempos idos!

O Orador: ... comemorava-se o dia da freguesia da Praia do Almocharife e eu tive que me deslocar para a minha freguesia para resolver questões para a realização da respetiva sessão solene.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Ficará registado no Diário.

Sr. Deputado Luís Garcia, julgo que para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, para lhe fazer chegar à Mesa e para distribuir ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues a ata da sessão ordinária de 30 de abril onde diz que o Sr. Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor sabe que isso não foi verdade!

O Orador: ... esteve presente, onde,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor sabe que isso não foi verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... na discussão e na aprovação do voto, diz que o voto foi aprovado por unanimidade, sem qualquer declaração de voto...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor sabe que eu não estava presente, Sr. Deputado! O senhor estava lá e sabe que eu não estava presente!

Deputado Berto Messias (PS): É desonesto!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A ata é que é desonesta!

O Orador: ... e se está na ata que o Sr. Deputado esteve presente, se o Sr. Deputado diz que não estava presente,...

Presidente: Srs. Deputados!

Deputado Berto Messias (PS): É desonesto!

O Orador: ... eu não quero...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor sabe que eu não estava presente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor estava lá e sabe que eu não estava presente!

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia, faça o favor de concluir a interpelação.

O Orador: Portanto, Sra. Presidente, para lhe fazer chegar essa ata com as referências que fiz e diz o Sr. Deputado que teve que se ausentar e que teve que sair da sala e, portanto, eu não quero, nesta interpelação, nem comentar, nem classificar essa atitude.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Julgo...

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, pede a palavra para?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Para uma interpelação!

Presidente: Sr. Deputado, nós não vamos continuar a debater esta questão particular.

O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, fica registado no Diário das Sessões que não estava presente porque teve que se ausentar,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Diz que não estava!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor sabe que eu não estava presente!

Deputado Luís Garcia (PSD): Corrigiste a ata? Fizeste alguma retificação à ata?

Presidente: ... e o Sr. Deputado Luís Garcia...

Srs. Deputados!

... fará entregar à Mesa...

(Burburinho geral)

Presidente: Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Eu agradeço que, pelo menos, respeitem a Mesa...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Peço desculpa, Sra. Presidente!

Presidente: ... e a Presidente.

Portanto, vamos passar à votação do voto, uma vez que não há mais inscrições sobre esta matéria.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora também podias ter saído da sala!

(Burburinho geral)

Presidente: Estamos a votar, Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a votar!

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 19 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia e um quarto.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 34 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos, então, continuar com a apresentação de votos. O próximo é um voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me uma nota prévia.

Sem discutir, neste momento, legitimidades e oportunismos, quero declarar que o Bloco de Esquerda não se opõe a que o Sr. Secretário Regional da Saúde participe no debate sobre o conteúdo deste voto de protesto e preste os esclarecimentos que muito bem entender.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não pode! O Regimento não permite!

Voto de Protesto

As mulheres afetadas pelo cancro da mama sofrem da angústia associada à gravidade da doença, que coloca em risco a sua vida, assim como das consequências do tratamento que afeta a sua saúde (fisiológica e psíquica), tão mais grave quando o recurso à mastectomia prove ser um procedimento obrigatório.

As mulheres mastectomizadas lutaram e lutam pela vida e contra o cancro, pelo que o seu sofrimento não deve - em circunstância alguma - ser desconsiderado, desprezado ou desvalorizado.

São mulheres que lidam, corajosamente, com uma alteração muito significativa do seu corpo e, conseqüentemente, da sua imagem, com efeitos para a auto-

estima que deverão ser atenuados (quando possível), através da reconstrução mamária ou, em alternativa, pela utilização de próteses e os respetivos soutiens adaptados.

Cada pessoa é única e irrepetível, tal como cada corpo.

Em consideração por tal facto é incontornável que alertemos para os resultados desumanizadores do racionamento de custos - disfarçado de racionalização -, evidentes, na troca do modelo de comparticipação das ajudas técnicas, pela disponibilização dessas mesmas ajudas (mas uniformizadas), pelos serviços hospitalares às mulheres mastectomizadas, as quais, dessa forma, se veem forçadas a formatar os seus corpos, sedentos de uma individualização que lhes restitua uma auto-imagem promotora de auto-estima.

Não se trata de um luxo, nem de uma necessidade exclusiva das mulheres jovens, como se o corpo fosse uma máquina que perde peças e funções com a idade.

Trata-se do direito à dignidade e à individualidade que não pode ser revogado por despacho ou portaria, tal como foi feito pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, responsáveis pela Portaria n.º 52/2014, de 30 de julho.

Desta Portaria resultou uma uniformização forçada, para quem não dispõe de condições financeiras, vendo-se, assim, obrigada a conformar o seu corpo a um molde único daquilo que é, por natureza, diferente.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste Voto de Protesto, contra a Portaria n.º 52/2014, de 30 de julho, que impõe uma uniformização absurda, desumana e insensível às mulheres vítimas de mastectomização, imposição esta da responsabilidade, conjunta, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e da Secretaria Regional da Saúde.

Deste voto será dado conhecimento ao Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda: *Zuraida Soares*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos, então, passar à votação do voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto anunciado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 19 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente:

Apenas para dizer o seguinte.

Não há dúvida nenhuma que quem cala consente e, portanto, a denúncia que o Bloco de Esquerda fez através deste voto de protesto não teve nenhum tipo de negação, nem mesmo após nós declararmos, daquela tribuna, que o Sr. Secretário Regional, por nós, não estava impedido de o fazer.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é assim!

A Oradora: E, portanto, tomar primeiro nota deste ponto.

Em segundo lugar, dizer também que todas as discussões tidas até agora e todas as declarações de escândalo do Partido Socialista e dos Membros do Governo Regional relativamente à figura do voto de protesto quando acusam qualquer partido da oposição que a utiliza de oportunismo, esquecendo a legitimidade do mesmo, esse tipo de queixas acabou neste momento.

Deputado Berto Messias (PS): Mas mais nenhum partido se inscreveu!

A Oradora: Porque o Sr. Secretário Regional da Saúde poderia ter intervindo, porque não dependia do Bloco de Esquerda essa recusa, pelo contrário, foi-lhe dada essa oportunidade.

Legitimidades e oportunismos, Sras. e Srs. Deputados, tenham um bocadinho, só um bocadinho...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si!

A Oradora: ... de bom senso e de vergonha.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): Vergonha tenha a senhora!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Para uma interpelação.

Presidente: O Sr. Secretário pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Naturalmente que terei que dar a palavra.

Sr. Secretário, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para pedir um esclarecimento à Sra. Presidente da Assembleia, para saber se, efetivamente, o Secretário Regional da Saúde poderia intervir, de alguma forma, neste debate.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, perante esta interpelação...

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi o Sr. Presidente do Governo que o disse há pouco!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é um número de circo feito pelo Governo!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Feito pelo Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Oh, Sr. Deputado...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, vamo-nos acalmar. Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Se me permitirem falar, naturalmente que ficarão todos esclarecidos.

Eu não intervim no seguimento da declaração de voto da Sra. Deputada Zuraída Soares, naturalmente não queria interferir com aquilo que a Sra. Deputada diz, mas, perante a interpelação que o Sr. Secretário Regional faz à Mesa, terei que fazer aqui um esclarecimento mais lato, até porque penso que é importante até para quem nos acompanha.

O artigo 73 do nosso Regimento diz que, concluída a apresentação do voto, cada Grupo Parlamentar tem direito a usar da palavra, assim como as Representações Parlamentares. Também é certo que o artigo 79 do nosso Regimento, que é o uso da palavra pelos membros do Governo Regional, prevê, no número 1 da alínea g), pedir ou dar explicações ou esclarecimentos, e esta alínea pode ser utilizada no âmbito do PTAP.

Tem sido interpretação desta Mesa e das outras nas últimas legislaturas que, apesar desta referência no Regimento, na altura do debate dos votos, o Governo não pode intervir. É uma interpretação da Mesa que eu mantenho, tal como as Mesas que me antecederam e, como tal, Sr. Secretário, apesar da Sra. Deputada Zuraída Soares ter dado esta abertura da parte do Bloco de Esquerda,

naturalmente a Mesa não poderia autorizar a sua intervenção, como também não o fez no passado a outros membros do Governo que também pediram a palavra no âmbito da discussão de votos.

Como disse, poderá haver um debate mais alargado sobre o Regimento, nessa altura falaremos sobre esta e outras matérias.

Sr. Deputado José San-Bento, agora, sim, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista inviabilizou este voto e nós temos plena consciência de que estamos perante um assunto muito sensível e da maior delicadeza.

Já aqui foi, várias vezes, referido que, reconhecendo total legitimidade, como é óbvio, a qualquer partido para apresentar votos, o voto em si não é, de facto, uma figura...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga isso ao Ferro Rodrigues!

O Orador: ... que permita e suscite grandes debates e na justificação que eu queria apresentar por este nosso voto numa matéria que nós temos plena consciência que é da maior delicadeza, de pessoas que são vítimas de patologias graves, muitas vezes ficam num verdadeiro abismo emocional com eventual risco de vida, essas matérias são por nós tratadas com o maior cuidado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aonde?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Veja-se a portaria!

O Orador: ... e a maior atenção.

A portaria tem quase um ano e, portanto, de certa forma, surpreendeu-nos esta apresentação do voto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é uma declaração de voto?

O Orador: É, sim. Estou justificando o voto.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não é Presidente da Mesa!

O Orador: E eu queria aqui deixar claro, na justificação de voto que estou a proceder, totalmente de acordo com o espírito da declaração de voto, que eu quero deixar aqui claro, é que a alteração do regime que foi efetuada,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Peço desculpa! Isto não é uma declaração de voto!

O Orador: ... e repito, que já tem cerca de um ano, é uma alteração que permitiu...

Presidente: Srs. Deputados! A Mesa está aqui para intervir no funcionamento dos trabalhos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas isto não é uma declaração de voto!

Presidente: É uma declaração de voto.

Sr. Deputado José San-Bento...

O Orador: É uma declaração de voto, ao contrário do que o senhor faz habitualmente aqui, nesta Casa!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, respeite os outros para ser respeitado.

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

O Orador: E, portanto, o que acontece, Sra. Presidente, é que o regime anterior era um regime que previa reembolsos para, quer no caso da prótese, quer no caso do suporte da prótese, do soutien, e isso implicava a necessidade do próprio utente assumir despesas que variavam entre os 55 e os 65 euros. Este era o regime antigo.

Deputada Zuraida Soares (BE): E?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é uma declaração de voto?

O Orador: Já lá chego, Sra. Deputada.

Este era o regime antigo.

O reembolso do soutien era de 10 euros e o da prótese de 40 euros. O regime atual,...

Deputado Joaquim Machado (PS): Não quiseram discutir na altura própria, e agora aproveitam para intervir!

O Orador: ... e é por isso que nós inviabilizamos a sua proposta, confere, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional 14/2012/A, ao Serviço Regional de Saúde, às unidades hospitalares, portanto, que procedem aos cuidados diferenciados e que tratam estes casos, o fornecimento dessa ajuda técnica em que se inclui as próteses e o próprio suporte.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nem isso é verdade!

O Orador: E, portanto, é por nós acharmos que isso representa uma solução...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a mama padronizada!

O Orador: ... vantajosa, uma solução que desonera ao utente em total montante, ele não assume nada essa despesa com essa ajuda técnica, nós achamos que temos um Sistema Regional de Saúde que melhorou e que se humanizou através deste apoio, que é, repito, totalmente assumido pelo erário público.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP votou favoravelmente o voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda, porque considera que é de inteira justiça que se atenda a situações como as que estão explicitadas no voto e queria acrescentar ainda o seguinte.

Eu acho lamentável que o Partido Socialista não tivesse, durante a discussão do voto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... feito uma intervenção exatamente...

Deputado Francisco César (PS): O senhor também não!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor também não se inscreveu!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu só me inscrevo se o senhor se inscrever, senão não vou dizer nada!

O Orador: ... até com o teor que o Deputado José San-Bento agora acabou por fazer na declaração de voto, porque as justificações que o Partido Socialista veio dar na declaração de voto deviam, em meu entender, é claro, ter sido dadas durante a discussão do voto.

Deputado José San-Bento (PS): E isso é uma declaração de voto o que o senhor está a fazer?

O Orador: Mas o Partido Socialista não o fez, o que é lamentável.

E aquilo que era expectável por parte do PCP em relação ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista é que tivesse discutido e, sobretudo, que tivesse dado um sinal a esta Câmara, mesmo reprovando o voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, que eu percebo perfeitamente, mas que tivesse dado um sinal a esta Câmara de que ia corrigir uma situação que é injusta e que não atende à individualidade de cada mulher.

E, portanto, isso era o que era expectável por parte da Representação Parlamentar do PCP. Sim, senhor. Ninguém estava à espera que o Partido Socialista votasse favoravelmente um voto de protesto,...

Deputado José San-Bento (PS): E isso o que é?

O Orador: ... mas estava à espera que o Partido Socialista pudesse dizer aqui e dar aqui um sinal de que iam corrigir uma situação de profunda injustiça.

O Partido Socialista não fez nem uma coisa, nem outra. É lamentável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): O que é que o senhor fez? Explique-me!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu quero pedir desculpa à Sra. Deputada Zuraida Soares, porque tinha pedido a palavra para uma interpelação....

(Burburinho geral)

Presidente: Srs. Deputados! Habituem-se a ouvir mais e a falar menos!

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas pedi a palavra para, no seguimento da declaração de voto feita pelo Sr. Deputado José San-Bento, acrescentar o seguinte.

Deputado José San-Bento (PS): Acrescentar o seguinte! Mas o que é isto?

A Oradora: Mulheres que passaram...

É o mesmo que o senhor fez, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É a mesma coisa que o senhor fez!

Deputado José San-Bento (PS): Eu justifiquei o voto!

A Oradora: Acrescentar o seguinte. Acrescentar o seguinte.

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Obrigada mulheres que passaram anos da sua vida...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares!

A Oradora: Sra. Presidente, estou a fazer uma interpelação, conforme...

Presidente: Mas a Sra. Deputada tem que fazer uma interpelação à Mesa!

A Oradora: ... o Sr. Deputado acabou de fazer uma declaração de voto, que foi um início de debate.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi, não senhora!

A Oradora: E eu quero apenas terminá-lo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Foi isso que o Sr. Deputado fez! Peço desculpa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Peço desculpa!

Presidente: A forma como...

A Oradora: Foi uma declaração de voto, Sra. Presidente?

Presidente: Isso é uma interpelação à Mesa.

Eu entendi que aquilo que o Sr. Deputado José San-Bento fez foi uma justificação do voto do PS, usando a argumentação que entendeu.

A Oradora: Não! Mas não foi, Sra. Presidente! Não foi!

Deputado André Bradford (PS): Mas não foi o quê?

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem decide é a Mesa!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma coisa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é! E começou de manhã com o Sr. Presidente do Governo!

A Oradora: Foi um início de debate e eu só preciso de um minuto para o terminar.

Presidente: Sra. Deputada! Sra. Deputada, Sras. e Srs. Deputados! A forma como as Sras. e os Srs. Deputados utilizam as figuras regimentais é da responsabilidade de cada um. À Mesa cabe perceber se estão dentro da figura regimental. O Sr. Deputado José San-Bento justificou o motivo pelo qual a bancada do Partido Socialista votou contra. Se deveria ter feito intervenção ou não, essa é uma responsabilidade do Partido Socialista. Não cabe à Mesa definir isso.

Uma interpelação à Mesa, a Sra. Deputada tem que interpelar a Mesa, naturalmente com uma latitude que é habitual a Mesa dar, mas não para responder diretamente ao Sr. Deputado José San-Bento, nem para interpelar a bancada do PS, até porque mesmo no debate dos votos isso não poderia ter

acontecido, como sabem. Cada bancada intervém uma única vez. Portanto, nunca poderia ter havido debate sobre o voto, porque não há debate nos votos.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito bem, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, agradeço-lhe o esclarecimento, vou tentar responder-lhe à sua solicitação e à sua interpretação, mas deixe-me só dizer-lhe uma coisa: o Sr. Deputado José San-Bento entrou em diálogo comigo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: ... dirigiu-se diretamente a mim, interpelou-me...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e isso não é uma declaração de voto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, desculpe-me, mas não é.

Relativamente à interpelação, Sra. Presidente, dizer então à Mesa o seguinte.

É lamentável que o Partido Socialista confunda generosidade com profunda injustiça e é lamentável que o Partido Socialista não perceba que mulheres que passaram anos da sua vida a entrar dentro de um hospital não têm que voltar a ele para receber soutiens iguais para todas, como na Coreia do Norte se tem apenas um penteado.

Muito obrigado.

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Essa foi para ti, oh, Aníbal!

Presidente: Vamos continuar com as declarações de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

O PSD votou favoravelmente este voto em coerência com aquilo que tem sido a sua atitude desde que, em final de julho de 2014, para entrar em vigor a 1 de outubro de 2014, foi publicada a nova portaria que regulamenta os reembolsos. E somos coerentes porque não esperamos um ano para apresentar um voto de protesto, como o Sr. Deputado José San-Bento referiu. Nós, em maio de 2014, discutimos aqui, nesta Casa, uma proposta de resolução que visava precisamente a revogação da portaria de reembolsos e discutimo-lo aqui apenas e só sete meses depois, porque os mecanismos regimentais não permitiram que o tivéssemos discutido em tempo certo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é absolutamente lamentável, como já tivemos oportunidade de referir em outras circunstâncias, que esta Portaria, a 52/2014, tenha constituído um corte brutal para os utentes do Serviço Regional de Saúde. Ela não só reduziu o número de vezes em que os utentes...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): A sua declaração de voto é sobre o voto ou sobre a portaria?

O Orador: ... tinham necessidade de reembolso, como aboliu um conjunto de matérias relativamente às quais os doentes tinham direito a reembolso. E precisamente uma das matérias relativamente às quais os doentes tinham direito a reembolso dizia precisamente respeito às ajudas técnicas, que é isso que este voto trata, trata precisamente da abolição de um reembolso de uma ajuda técnica.

Deputado Berto Messias (*PS*): O Sr. Paulo Estêvão agora não protesta?

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Oiça, oiça!

O Orador: Uma ajuda técnica muito sensível, é certo, sobre mulheres mastectomizadas que, até dia 1 de outubro de 2014, tinham direito a um reembolso digno e que os senhores tiveram a coragem de cortar e de as deixar e agravar uma situação de inferioridade já por si adquirida pela própria doença.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (PSD): É verdade!

O Orador: Isso é que é a verdade.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vozes dos Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E não foi apenas esta ajuda técnica aqui mencionada no voto de protesto do Bloco de Esquerda e da Sra. Deputada Zuraida Soares relativamente às próteses mamárias que foram abolidas do sistema de reembolsos. Foram abolidas as cadeiras de rodas, foram abolidos os reembolsos das canadianas, foram abolidos os apoios à...

Deputado Berto Messias (PS): Isto vale tudo!

O Orador: Tudo isso foi insensivelmente abolido, entre as quais as próteses mamárias que a Sra. Deputada acabou aqui de referir no seu voto de protesto. E os prejudicados de tudo isso são os açorianos e, neste caso, as açorianas, que veem acentuar o seu sofrimento por uma insensibilidade absolutamente condenável por parte do Governo Regional dos Açores.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou referenciar, por respeito aos trabalhos da Mesa, qualquer incidente regimental, quer apenas dizer, e vou dizê-lo com muita consciência, porque estas coisas têm que ser ditas quando nós consideramos que é, de facto, assim e corresponde à realidade, esta portaria e as condições que aqui coloca às mulheres, esta violência que coloca às mulheres que estão nesta situação é autenticamente algo que só conseguimos ver e descortinar em legislação de Estados fascistas e nazis.

Deputado André Bradford (PS): Eu por muito menos fui quase posto fora da Assembleia!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, um protesto a?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, um protesto tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado Paulo Estevão relativamente...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, aliás, permita-me referir-me também àquilo que tem acontecido ao longo da manhã.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comece pelo Sr. Presidente do Governo!

O Orador: Nós, naturalmente, estamos aqui sujeitos às regras do nosso Parlamento. É legítimo que qualquer partido traga aqui, da forma como muito bem entender, as figuras regimentais que muito bem entender para afirmar, aqui, aquilo em que acredita, aquilo que defende e as propostas que tem para apresentar.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Mas não é correto, não é sequer democraticamente leal que o faça numa perspetiva de vale tudo,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... passando permanentemente por cima das regras e usando termos e afirmações, como acabou de fazer o Sr. Deputado Paulo Estêvão, profundamente ofensivas para o Partido Socialista, para o Governo dos Açores e, devo dizer também, para todas as açorianas e todos os açorianos. Aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acaba de fazer e as afirmações que acaba de fazer não são próprias de um deputado do Parlamento dos Açores,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... eleito pelos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É possível um protesto no âmbito de uma declaração de voto? A questão que eu lhe coloco é essa.

Deputado André Bradford (PS): Era para isso?

O Orador: Agora, o que eu quero dizer é o seguinte.

Deputado Domingos Cunha (PS): Então, peça desculpa!

O Orador: Reafirmo em absoluto as expressões que utilizei.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, isto é uma vergonha!

O Orador: Esta legislação, esta portaria, com a discriminação e a violência que significa sobre as mulheres, é uma legislação que só é comparável à legislação que foi aprovada por regimes nazis...

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... e por regimes fascistas.

Reitero inteiramente aquilo que disse e digo o seguinte.

O que em nenhuma circunstância é permitido é que alguém cale...

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor é um ignorante total!

O Orador: ... a liberdade de expressão e quando nós consideramos que a liberdade e a violência que estão aqui...

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é uma ignorância!

O Orador: ... nesta portaria, que estabelece esta violência sobre as mulheres, eu considero que nem o senhor, nem ninguém cala as expressões que eu tenho a liberdade de dizer e com a coragem que sempre tive neste Parlamento.

Reafirmo, reafirmo que esta legislação, esta portaria, esta violência que é cometida sobre as mulheres é uma legislação fascista e nazi.

Presidente: Oh, Sr. Deputado!

Deputado André Bradford (PS): Isto não é possível, Sra. Presidente! É uma vergonha!

Presidente: Sr. Deputado, Paulo Estêvão!

Deputado Domingos Cunha (PS): O que é isto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Domingos Cunha (PS): Isto é uma vergonha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Eu peço a vossa calma, até porque a elevação dos ânimos fez, inclusivamente, que a Mesa, e eu em particular, cometesse um erro na interpretação do Regimento, dando a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias para um protesto quando, de facto, o Regimento não permite protestos a declarações de voto.

No entanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão,...

Deputado André Bradford (PS): E a decência não permite chamar nomes aqui dentro!

Presidente: ... terei de adverti-lo, aliás, como faço também a todas as Sras. e Srs. Deputados, que o calor do debate e a emoção dos ânimos não nos podem levar a proferir expressões menos dignas do nosso Parlamento.

A Sra. Secretária Regional tinha pedido a palavra para?

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Para defesa da honra do Governo. O Governo tem a sua honra ofendida pelas expressões proferidas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Sra. Secretária, eu vou dar-lhe a palavra, porque é possível fazer a defesa da honra em relação às expressões, agora, apelo novamente a todos, a bem de acabarmos o nosso debate com a dignidade que o nosso Parlamento merece...

Deputado André Bradford (*PS*): Mas essa dignidade já foi violada duas vezes!

Presidente: ... e exige...

Srs. Deputados!

Deputado André Bradford (*PS*): Qual é a dignidade em chamar nazis e fascistas?

Presidente: Srs. Deputados! A Mesa está aqui para conduzir os trabalhos. A Mesa... A Mesa...

(Apartes inaudíveis entre vários Deputados da Câmara)

Presidente: Vamos interromper os trabalhos! Vamos interromper os trabalhos! Os trabalhos estão interrompidos!

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos. Agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 21 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da reunião e no nosso ponto 9: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/X – “Elimina as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde – Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.](#)

Os tempos utilizados são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum e para a apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo,

A criação de um Serviço Regional de Saúde universal, gratuito, descentralizado e de qualidade foi um dos grandes progressos que a conquista da Democracia e da Autonomia trouxeram aos Açores e permitiu um enorme avanço civilizacional, traduzido em ganhos para a qualidade de vida, esperança de vida e condições de saúde das nossas populações.

Na génese do Serviço Regional de Saúde estava o objectivo de permitir a qualquer açoriano, independentemente da sua ilha e da sua condição económica, o acesso aos cuidados de saúde de que necessita.

Infelizmente, as políticas seguidas por sucessivos Governos Regionais e da República muito tem contribuído para o desviar desse fim, desvirtuando a sua

natureza universal, criando condições diferenciadas de acesso em função de condicionantes geográficas e económicas.

Referimo-nos aos milhares de açorianos sem médico de família, ao encerramento de serviços de proximidade, aos elevados tempos de espera para cirurgia e consultas de especialidade, ao favorecimento da medicina privada em detrimento da oferta pública, o peso dos custos com medicamentos ou à crónica insuficiência de profissionais de saúde, a que acresce a sua desvalorização profissional e salarial.

Esta política de saúde separa os açorianos em duas categorias: os que podem pagar consultas e tratamentos no privado e os que têm de aguentar as suas maleitas em listas de espera durante meses.

No ano de 2011, o Governo do PS resolveu trair tudo o que prometera aos açorianos e que antes usava continuamente como motivo de propaganda, diria até como uma bandeira diferenciadora entre os Açores e o continente e impôs o pagamento de taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde.

O PS criou, assim, mais uma barreira, mais um obstáculo à igualdade no acesso aos cuidados de saúde nos Açores. Uma medida injusta, desigual, que visa transferir para os utentes uma fatia ainda maior dos custos com a saúde, aliviando as contas do Governo Regional, que assim se financia à custa dos Açorianos doentes, vulneráveis e sem outra escolha senão pagar o duplo imposto! Entre Julho de 2011 e o final do ano de 2013 foram já mais de 5,3 milhões de Euros extorquidos aos doentes açorianos para pagar outra vez os custos do SRS.

E trata-se verdadeiramente de uma dupla tributação. Os açorianos já pagam os seus impostos que se destinam a suportar os custos do sistema. Mas vem o PS e,

por cima disso, impõe-lhes taxas moderadoras, fazendo-os pagar duas vezes o que muitas vezes não têm: uma resposta de saúde rápida e de qualidade na sua própria ilha!

O PS, ao que parece, orgulha-se que existam na nossa Região mais de 70.000 utentes isentos das taxas moderadoras por carência económica, sem se aperceber o quanto esse número demonstra o imenso desastre social que vivemos. Numa Região com 246 mil habitantes ter 70 mil carenciados e isentos das taxas moderadoras equivale a quase 30% do total de habitantes da nossa Região, especialmente se levarmos em conta que esses critérios apenas abrangem os açorianos de menores rendimentos, deixando de fora grandes margens da população que sofrem enormes dificuldades económicas e financeiras, apesar de ganharem um pouco acima dos mínimos.

Depois, e afirma o Sr. Secretário Regional da Saúde, ou afirmou o Sr. Secretário Regional da Saúde, que as taxas são positivas porque são reinvestidas no aumento da qualidade do serviço. Poderíamos perguntar onde estão essas melhorias, porque não são fáceis de ver, mas cremos que a pergunta importante é: Então esse aumento da qualidade dos Serviços de Saúde não compete à Região? Então o Governo Regional limita-se a pagar o funcionamento mínimo e os utentes que paguem o resto?

Este é um assunto demasiado sério para ser tratado com tamanha leviandade. O que se trata aqui é de aliviar os custos suportados pelo Orçamento Regional à custa dos açorianos doentes! O que os senhores praticam, à margem do direito e da Constituição é um princípio neoliberal de doente-pagador.

Deputado José San-Bento (PS): Não!

O Orador: Se assim é, minhas caras e meus caros Srs. Deputados do Partido Socialista, então, de uma vez por todas, assumam-no!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo,

A desculpa oficial invocada para a existência de taxas moderadoras é a de evitar “abusos”, de moderar as solicitações “não justificadas”, colocando os utentes na posição paradoxal de se terem de dedicar ao auto-diagnóstico: “Estarei suficientemente doente para que se justifique pagar a taxa moderadora?”, a que se segue necessariamente a outra inevitável pergunta: “tenho dinheiro para pagar a taxa moderadora?”

Como muito bem aponta o parecer da Secção Regional da Ordem dos Médicos, as taxas moderadoras são também imorais no plano da ética, porque se destinam a demover as pessoas de recorrerem aos serviços de saúde. Beneficiam duplamente os serviços de saúde: reduzem o número de utentes e geram receitas. Mas prejudicam duplamente os açorianos, que têm de pagar por um direito humano básico que é garantido constitucionalmente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo,

As taxas moderadoras são a solução simples para os problemas que não se quer resolver.

Em vez de se enfrentar o problema de falta de profissionais médicos, em vez de se investir na medicina preventiva e na promoção de estilos e escolhas de vida saudáveis, em vez de se dotar os centros de saúde dos meios que precisam para dar respostas rápidas e eficazes aos utentes, em vez de se reduzirem as listas de espera, impõem-se taxas, reduz-se o número de utentes, embolsam-se receitas

extorquidas aos açorianos que não têm outra opção e, tudo parece ir bem, no melhor dos mundos possíveis, tudo pintado de cor-de-rosa.

Assim, as taxas servem também para que não se resolvam os problemas do SRS e se deixe tudo como está.

Ao contrário, o PCP defende que o Sistema Público de Saúde dos Açorianos precisa é de uma política diferente, assente em propostas que já tivemos oportunidade de aqui apresentar, mas que reitero, como, por exemplo:

Dar prioridade ao investimento público na prevenção e na medicina familiar e de proximidade;

Reforçar a rede local de atendimento de saúde, como forma de aproximar dos cidadãos os cuidados de saúde e prevenção;

A Planificação e a participação dos agentes e sujeitos do SRS têm de ser os mecanismos essenciais sistema, nomeadamente com a criação dos Conselhos de Saúde de nível Local, de Ilha e Regional e com um Plano Regional de Saúde feito de baixo para cima, ao contrário do que acontece atualmente, com base na densificação dos perfis de saúde locais, e escutando as preocupações e perspetivas dos Conselhos Locais de Saúde;

É necessário valorizar os profissionais do Serviço Regional de Saúde e o seu papel enquanto agentes ativos de promoção da saúde e de proteção das populações, suprir as carências de diversos profissionais, nomeadamente de médicos e de enfermagem e melhorar os incentivos à fixação e formação médica. É também importante desenvolver mecanismos de gestão centralizada do pessoal no respeito pelos direitos dos trabalhadores e favorecendo os regimes de contratação coletiva.

Sobretudo, é urgente criar uma nova filosofia de financiamento do Serviço Regional de Saúde, ou seja, a afectação dos recursos financeiros públicos, que são cobrados aos açorianos por via fiscal, para acabar com o crónico subfinanciamento e garantindo que o financiamento futuro, assegurado em quadro plurianual, cobre integralmente as despesas previstas e os investimentos planificados.

Esta é política alternativa que o Serviço Regional de Saúde e os açorianos precisam! Não é de taxas que criam barreiras socioeconómicas, inibidoras e injustas, no acesso aos cuidados de saúde, sem trazer qualquer benefício financeiro apreciável à sustentabilidade do SRS, que os utentes já financiam por via dos seus impostos.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

A representação parlamentar do PCP apresenta um projeto de DLR que visa eliminar as taxas moderadoras no SRS.

Analisado o preâmbulo do referido projeto legislativo, podemos verificar que a afirmação que refere “*a introdução de taxas moderadoras nos Serviços Nacional e Regional de Saúde não só na prática instituiu uma modalidade de co-pagamento e, sobretudo, transferiu para os utentes os custos com a saúde, sendo assim um verdadeiro obstáculo que põe em causa o direito à saúde*” não é verdade,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque no atual enquadramento constitucional e legal, as taxas moderadoras constituem, sim, um instrumento moderador, regulador e racionalizador do acesso à prestação de cuidados de saúde.

Têm como verdadeiro objetivo promover uma utilização eficiente dos recursos disponíveis como garantir o reforço da justiça social no Serviço Regional de Saúde.

Impõe-se referir que, já na Lei nº 56/79, de 15 de setembro, no artigo 7º, *se previa o estabelecimento de taxas moderadoras diversificadas tendentes a racionalizar a utilização das prestações.*

De acordo com o entendimento do Tribunal Constitucional, o termo “*tendencialmente gratuito*” aplicável aos serviços públicos de saúde – Serviço Nacional de Saúde ou Serviço Regional de Saúde, constante na Constituição da República, não veda ao legislador a instituição de taxas moderadoras, desde que estas não signifiquem a retribuição de um preço pelos serviços prestados, nem dificultem o acesso dos cidadãos mais carenciados aos cuidados de saúde.

Continuando a análise do preâmbulo, é também afirmado que “a lógica economicista que se sobrepõe à efetiva concretização do direito à saúde e que está na base da introdução das taxas moderadoras está claramente expressa no Decreto Legislativo Regional nº 28/99/A, de 31 de julho, e afirma: “*os preços a*

cobrar pelos cuidados prestados no quadro do Serviço Regional de Saúde são estabelecidos por portaria de secretário regional da tutela, tendo em conta os custos reais diretos e indiretos e o necessário equilíbrio da exploração.”

Ora, a afirmação feita reporta-se basicamente aos preços que são cobrados a terceiros responsáveis, isto é, subsistemas, seguradoras e outras entidades como tal, e não aos utentes, aos quais não são cobradas taxas, que não sejam, as taxas moderadoras.

No Serviço Regional de Saúde, o valor das taxas moderadoras praticadas é muito mais baixo que a nível nacional. Vejamos, uma consulta de medicina geral custa 2,00 € no Serviço Regional de Saúde e no Serviço Nacional de Saúde (SNS) custa 5,00 €;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é falso!

O Orador: ... uma consulta de especialidade hospitalar na região custa 5,00 €, no SNS custa 7,50 € e a ida a um serviço de urgência na região custa 6,00 €, no SRS, enquanto no SNS o doente paga 20,60 €.

Impõem-se relembrar que 111 249 açorianos estão isentos do pagamento das taxas moderadoras...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então acabe com elas!

O Orador: ... em situações de isenção idênticas às que vigoram no Serviço Nacional de Saúde, o correspondente a cerca de 60% da nossa população.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desgraçado do pobre!

O Orador: Assim, estão dispensados diretamente do pagamento de todas as taxas moderadoras:

- Crianças e adolescentes até aos 18 anos, inclusive;
- Utentes em situação de comprovada insuficiência económica;
- Grávidas e parturientes;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E aborto!

O Orador: ... - Utentes com grau de incapacidade igual ou superior a 60%;

- Doentes transplantados de órgãos;
- Deficientes das Forças Armadas;
- Bombeiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as “gajas” que vão abortar!

O Orador: Nos centros de saúde estão ainda isentos:

- Dadores benévolos de sangue;
- Dadores de órgãos;
- Bombeiros e militares.

Estão, ainda, previstas isenções para doentes crónicos nas prestações ou atos de saúde pública associadas à condição da doença. Nestes casos, é ao médico que cabe definir o âmbito da doença.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que a manutenção das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde constitui um instrumento de moderação do consumo excessivo de cuidados de saúde, como devem contribuir para transformar o atual sistema público de saúde no sentido de o tornar mais moderno, mais renovado, mais eficiente, mais justo e orientado para as reais necessidades dos utentes e ou doentes.

Por todas estas razões, o GPPS discorda frontalmente com o projeto de DLR nº49/X, apresentado pela representação parlamentar do PCP.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para quem ainda ontem falava da autonomia e hoje falam da República! Os senhores deviam ir todos mas era para a República!

Deputado André Bradford (PS): Mas viemos foi falar mal da República!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da República das...! Fica ao critério!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional da Saúde: Eu quero começar por louvar o esforço do Deputado Domingos Cunha para justificar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É, de facto, louvável o esforço que fez, mas, efetivamente, ficam aqui questões por esclarecer. Vejamos, e depois o Deputado Domingos Cunha, se quiser, poderá, eventualmente, responder a algumas questões que eu vou colocar, como, por exemplo, esta: em sede de Comissão, perguntado ao Secretário Regional da Saúde, após a afirmação de que as taxas foram introduzidas em 2011 e que o motivo era o seguinte – uma crescente e abusiva procura dos serviços de urgência do Serviço Regional de Saúde –...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a citar?

O Orador: Ora bem, depois desta afirmação do Sr. Secretário Regional, eu tive oportunidade de perguntar qual era a base, que estudo existia...

Deputado Francisco César (PS): Olha outro!

O Orador: ... que justificasse esta afirmação, uma procura crescente e abusiva...

Deputado André Bradford (PS): Crescente quer dizer maior!

Deputado Francisco César (PS): Na Coreia do Norte é que é melhor!

O Orador: ... e é evidente que não há, a não ser que, entretanto, já exista algum outro estudo (o Dr. Domingos Cunha fará depois o favor, se tiver conhecimento dele, de me dar e à Câmara esse conhecimento), mas a verdade é esta: a justificação que foi dada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde foi que

há aqui um número crescente e abusivo de procura dos serviços de saúde, designadamente das urgências e, como tal, foi necessário introduzir as taxas para moderar o acesso. Mas isto decorre de quê? De que perceção?

O Sr. Secretário da altura e o Governo da altura tiveram essa perceção e pronto, vamos introduzir as taxas moderadoras, até contrariando aquilo que eu ali, há pouco, referi, que era, de facto, a grande bandeira do anterior Governo Regional relativamente à diferenciação com o continente, mesmo nos tempos do Governo do Partido Socialista no continente ou na República, como preferirem, que a grande diferença entre o Partido Socialista nos Açores e o Partido Socialista a nível nacional, no campo da saúde, era exatamente essa: na Região Autónoma dos Açores não há taxas moderadoras.

Entretanto, a justificação que foi dada na altura, Sr. Secretário, não foi bem essa. A justificação que foi dada para a introdução das taxas moderadoras foi que a receita que daí advinha serviria para a construção de um centro de radioterapia nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira! Deles!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu é que estou a falar! (*Risos*)

O senhor não me esteja a dizer que aquilo que seu estou a dizer que é mentira!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Deles!

O Orador: Por amor de Deus!

Afinal de contas, oh, senhor, eu é que estou a mentir?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! O Governo do Partido Socialista!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor!

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente!

Portanto, oh, Sr. Secretário, há, efetivamente, aqui algumas incongruências relativamente às questões da introdução das taxas moderadoras.

Primeiro, elas não têm, de facto, uma base de estudo que permita ao Sr. Secretário afirmar aquilo que afirmou em sede de Comissão. E depois o

verdadeiro motivo, ou aquele que foi dito às açorianas e aos açorianos da introdução das taxas moderadoras foi aquele que eu, há pouco, explicitiei e não aquele que V. Ex.^a afirmou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi um logro, uma falácia!

O Orador: ... em sede da Comissão dos Assuntos Sociais.

Mas há outras questões relativamente à questão da imoralidade das taxas moderadoras e à injustiça que isso coloca, isto para além de um princípio básico que é fundamental. O Serviço Regional de Saúde tem de funcionar com os impostos que nós pagamos, aliás, o cálculo dos impostos é feito de maneira a garantir os direitos constitucionais e um dos direitos constitucionais é exatamente o da saúde.

E, portanto, Sr. Secretário, nós já pagamos, os açorianos e as açorianas, quando são tributados, parte dos seus impostos é exatamente para afetar à saúde, como é para afetar à educação. E, portanto, Sr. Secretário, isso trata-se de, efetivamente, uma imoralidade e mais, é de, efetivamente, uma dupla tributação.

Mas eu voltarei ao debate para colocar mais algumas questões. Já agora gostava de perceber, Sr. Deputado Domingos Cunha, se há algum estudo que possa consolidar a posição de que...

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (PCP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

As taxas moderadoras entraram em vigor nos Açores em 2011, por mão do Partido Socialista, na sequência da bancarrota para que atiraram o país...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... os camaradas do Governo Socialista da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É pá!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ouça, ouça!

A Oradora: O Presidente do Governo Regional de então,...

Deputado José Ávila (PS): Isto foi radical!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ouçam!

A Oradora: ... Carlos César, justificou a introdução desta cruel e desleal medida, com o acordo negociado entre o Governo de Sócrates e a Troika.

É uma política de austeridade aos Açorianos imposta pelo PS que critica a República mas que nos Açores faz o mesmo.

Na realidade tratou-se do primeiro sinal gritante de fraqueza das finanças públicas do Serviço de Saúde.

Com esta medida o Governo do Partido Socialista colocou os doentes Açorianos a pagar a crise provocada pela incapacidade de bem gerirem a coisa pública.

Os açorianos foram confrontados em 2011 com a falência...

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor não ouve bem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não ouço!

Deputado Francisco Coelho (PS): Taxas moderadoras, consultas otorrinolaringologia!

A Oradora: ... do Serviço Regional de Saúde e o reconhecimento, do Governo Regional, de que a gestão das finanças públicas não estava famosa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E há de psiquiatria também, Sr. Deputado!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não preciso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para a psiquiatria também há taxas moderadoras!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Ana Espínola, pode continuar!

A Oradora: Financiar as contas públicas à custa dos doentes é demasiado mau para ser verdade, sobretudo para um Governo Socialista!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Para disfarçar os verdadeiros motivos, o Governo Socialista apressou-se a anunciar que aquelas taxas moderadoras tinham como principal objetivo moderar o acesso aos cuidados de saúde.

De um modo confuso também foi anunciado que as taxas moderadoras serviriam para financiar os tratamentos de radioterapia nos Açores, que já deveriam estar a funcionar há 3 anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira!

A Oradora: Se o objetivo era financiar os tratamentos, se não há radioterapia nos Açores, então onde está o dinheiro?

O que é certo é que com as taxas moderadoras o Governo do Partido Socialista já arrecadou cerca de 8,5 milhões de euros.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é feito desse dinheirinho, Sr. Secretário?

A Oradora: Mas gostaria de ser mais rigorosa neste valor caso esta Assembleia tivesse recebido a informação que o Sr. Secretário Regional da Saúde muito diligentemente se propôs a entregar à Comissão Parlamentar, por escrito, na sequência das questões colocadas pelo CDS-PP, mas que até este momento ainda não chegou nada disso às mãos das Sras. e dos Srs. Deputados.

Continuo a aguardar, Sr. Secretário, que nos faça chegar os números,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode esperar sentada!

A Oradora: ... o valor total e o valor discriminado por cada unidade de saúde, referentes às taxas moderadoras arrecadadas até ao momento, como há 1 mês foi solicitado pelo CDS?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Mas estávamos a falar de taxas moderadoras e do seu objetivo que é alegadamente moderar o acesso, que o Governo classifica de “excessivo”, aos serviços de saúde.

Gostaríamos, pois, que nos pudesse quantificar a moderação atingida com a introdução das taxas moderadoras?

Gostaríamos de saber em que medida aumentaram as consultas nos médicos de família e reduziu a afluência às Urgências ou aos Serviços de Atendimento Permanente?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): E o CDS na República o que é que está a fazer?

A Oradora: Na realidade o que o Partido Socialista está a fazer é a restringir o acesso dos Açorianos, sobretudo da classe média, ao Serviço Regional e Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Governo Regional também cortou nas deslocações de médicos especialistas às ilhas sem hospital e agora a grande novidade é a anunciada difusão de consultas de telemedicina.

Vai o Governo Regional também aplicar taxas moderadoras nas consultas de telemedicina?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sim, sim! Muito boa questão!

A Oradora: Os utentes estão a ser muito condicionados no acesso aos cuidados de saúde e até já são taxados pelas análises clínicas que os médicos decidem requerer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: Como o Sr. Secretário bem sabe, não são os doentes que pedem para fazer as análises, nem depende da vontade deles!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “Shame on you!”

A Oradora: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

É de difícil compreensão que um Governo que consegue arrecadar um montante de cerca de 8 milhões de Euros em taxas moderadoras tenha a capacidade e a habilidade de efetuar cortes nos cuidados de saúde como os que se têm verificado nesta legislatura, como:

- a diminuição das deslocações de médicos especialistas às ilhas sem hospital;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... - os cortes nos reembolsos;

- as elevadas listas de espera cirúrgicas; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... - não paga aos fornecedores;

- deixou de participar a formação dos profissionais de saúde, etc., etc., etc..

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dava até amanhã!

A Oradora: Afinal, o que é que o Governo do Partido Socialista vai fazer com os 8 milhões de Euros que extorquiu aos Açorianos que procuraram cuidados de saúde?

Isto não são taxas moderadoras!

São taxas financiadoras, Sr. Secretário!

São um espúlio aos parcos recursos dos Açorianos!

Um PS que defende um serviço de saúde universal e tendencialmente gratuito não se inibe de impedir o acesso dos açorianos, sobretudo da classe média, aos cuidados de saúde!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Estamos perante mais um ataque desbragado à classe média!

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP):

Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Sr. Deputado Aníbal Pires, colocou uma questão e eu gosto de responder quando tenho conhecimento e fundamento de causa. O que lhe vou dizer é que os estudos que são conhecidos tem a ver com a avaliação da implementação da Triagem de Manchester e dessa avaliação da Triagem de Manchester se conclui que 60 a 70% das situações não são situações de urgência.

Sendo assim, são aquelas que são atribuídas a pulseira azul. Daí é estudo que é conhecido desta maneira.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão que o Sr. Deputado referiu dizendo à margem do direito e da Constituição, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que isto não é verdade. Aliás, acabei, na minha intervenção, de dizer, sob o ponto de vista da Constituição, está explícito e está bem claro, como na Lei de Bases da Saúde, a situação das taxas moderadoras. E já estavam previstas em 1979, Sr. Deputado. E por alguma razão os diversos governos e os sucessivos governos foram implementando as taxas moderadoras. Tanto é que, hoje, podemos aqui, se calhar não é o momento adequado, mas deixo o desafio, discutir e debater como é que vai ser a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, como vai ser financiado esse Serviço Regional de Saúde, até porque, como deve saber, já a nível nacional, o Sr. Ministro da Saúde do Governo PSD/CDS-PP já lançou esse debate e já lançou esse desafio. E era bom que cada um dos partidos aqui se pronunciassem e dissessem claramente quais são as suas propostas para financiar o Serviço Regional de Saúde.

Por isso, fica aqui o repto, Sr. Deputado, e gostaria de o ouvir sobre essa matéria.

Há uma outra questão que eu gostaria também de rebater a afirmação do Sr. Deputado. É quando falou em leviandade sobre a qualidade dos serviços prestados no Serviço Regional de Saúde.

Ora, eu quero dizer-lhe que a qualidade que é prestada nos serviços do Serviço Regional de Saúde por todos os profissionais é uma qualidade que nós muito nos orgulhamos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é por todos!

O Orador: ... e que todos nós nos orgulhamos e vamos continuar a orgulhar e não é com leviandade que nós vamos continuar a melhorar o nosso Serviço Regional de Saúde, mas sim com responsabilidade.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é por todos! Infelizmente, não é por todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez que nós debatemos, nesta Câmara, este tema, as taxas moderadoras, e não há de ser a última, até porque o Sr. Deputado Domingos Cunha acabou de fazer um desafio interessante...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia era lembrar-se dos desafios que já fizeram ao PS no passado!

A Oradora: ... a todos os partidos desta Casa e a que, no caso do Bloco de Esquerda, terá o maior gosto em apresentar propostas nesse sentido.

Mas antes de fazer o raciocínio que quero fazer, eu não posso deixar de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

Quando o Sr. Deputado traz para um debate sobre a eliminação das taxas moderadoras a pergunta como é que se vai financiar o Sistema Regional de Saúde, aquilo que o Sr. Deputado está a dizer implicitamente é que as taxas moderadoras não são moderadoras, são financiadoras. Não é o Bloco de Esquerda que o diz, é aquilo que o Sr. Deputado acabou agora mesmo de dizer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: Quando o senhor pergunta, “Muito bem, as taxas moderadoras vão acabar, mas agora vamos...”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ilegal! As taxas moderadoras não podem financiar o Serviço Regional de Saúde! É ilegal o que o senhor disse!

A Oradora: ... ter que perceber como é que vamos financiar”, está a fazer uma relação, no nosso ponto de vista, Sr. Deputado, abusiva, porque as taxas chamadas moderadoras não têm por função financiar coisíssima nenhuma. Agora, aquilo que elas objetivamente fazem é penalizar as pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esta era a primeira nota que queria deixar.

Depois, dizer o seguinte. Durante vários anos, e bem, a não existência de taxas moderadoras na Região Autónoma dos Açores era considerado aquilo que alguém aqui já chamou, e é uma expressão de que eu gosto porque é feliz, “o raiozinho de sol socialista” que brilhava nesta região.

O Bloco de Esquerda ignora por que razão o sol se pôs e o raiozinho de sol deixou de brilhar e até hoje nenhum governante, nenhum membro do Governo, nenhum deputado ou deputada do Partido Socialista conseguiu explicar com clareza, seja aos deputados e deputadas desta Casa, seja aos açorianos e açorianas, qual a razão da imposição das taxas moderadores nesta região relativamente ao...

Deputado José San-Bento (PS): Já explicamos várias vezes, a senhora é que não quer perceber!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor devia era ter vergonha! E a ainda se diz socialista!

A Oradora: ... Serviço Regional de Saúde.

Disse também o Sr. Deputado Domingos Cunha que “as taxas moderadoras eram”, penso que estou a citá-lo, se não estiver, corrija-me, por favor, “um instrumento moderador, regularizador e moralizador do acesso aos serviços hospitalares”, penso que foi assim que disse. Muito bem.

Aquilo que eu pergunto, Sras. e Srs. Deputados, é, moderador de quê? Moralizador de quê? Regularizador de quê? Quando nós sabemos de 40 mil açorianos e açorianas, nesta região, não têm médico de família, não vão ao hospital porque acordaram de manhã e disseram “não tenho nada que fazer hoje, vou-me plantar no hospital, durante horas, com uma pulseira azul de não urgência, vou estar lá porque é uma forma agradável de passar o dia, porque não tenho médico de família a que me dirigir”.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Tanta demagogia!

A Oradora: Ninguém faz isto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Não há nenhum açoriano ou açoriana que faça isto.

Tem que pagar taxas moderadoras porque o médico mandou tirar análises? “Então, mas eu tenho que pagar? Fui eu que decidi tirar análises? Não tenho mais nada que fazer hoje, oh, faz favor, Sr. Enfermeiro, tire-me aqui sangue.”

Sras. e Srs. Deputados, a questão é esta: Por que razão esta região que, durante anos, se gabou, e bem, de não ter taxas moderadoras, de repente, as trouxe para esta região?

E, Sras. e Srs. Deputados, para concluir esta primeira intervenção, dizer o seguinte. É confrangedor ouvir um deputado do Partido Socialista justificar a

existência de taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, nesta região, porque são mais baratas do que as da República.

Deputado Domingos Cunha (PS): Eu não disse isso!...

A Oradora: Isto é verdadeiramente confrangedor. As taxas moderadoras não têm que ser mais baratas ou mais caras, Sras. e Srs. Deputados, as taxas moderadoras não têm que existir, porque os contribuintes descontam para a sua saúde com o brutal aumento de impostos a que todos os portugueses estão sujeitos, neste momento. Não têm que ter taxas moderadoras!

E, portanto, elas não são moderadoras, porque não moderam coisa nenhuma, a única coisa que moderam é usufruir de um direito universal, é isso que moderam, é o usufruto de um direito universal, elas são penalizadoras, e, finalmente, ficamos hoje a perceber, elas são, afinal, financiadoras do Sistema Regional de Saúde, o que é ilegal, como todos nós sabemos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

O PSD teve oportunidade, já em outros debates, nesta Casa, de afirmar que não se opunha à existência de taxas moderadoras.

Nós entendemos que as taxas moderadoras devem ser um mecanismo de moderação e de regulação da procura de cuidados de saúde de modo a que, não por excesso de procura, outros sejam prejudicados em função desse excesso de procura. Portanto, é neste conceito de moderação e de regulação que nós entendemos a existência de taxas moderadoras e aí vamos fazer história, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estamos em oposição àquilo que o Partido Socialista pensa sobre as taxas moderadoras, porque acrescenta a esse efeito moderador e regulador um mecanismo de financiamento.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Esse mecanismo...

Oh, Sr. Deputado, o senhor tem que estudar mais um bocadinho. Leia o Diário das Sessões e veja aquilo que o...

Deixe-me continuar, oh, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor devia pintar a cara e usar uma máscara!

Deputado José San-Bento (PS): Duas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Máscara não precisa!

O Orador: Portanto, aquilo que nos diferencia do atendimento do Partido Socialista...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sra. Presidente, não sei se posso continuar...

Presidente: Sr. Deputado, pode continuar.

O Orador: Estava eu a dizer que entendíamos as taxas moderadoras, e por isso não nos opúnhamos à sua existência, dentro de um conceito de moderação e de regulação da procura, de modo a que, evitando o excesso da procura, evitássemos que outros que necessitam de cuidados de saúde não pudessem chegar com equidade e serem sujeitos a uma prestação de qualidade em termos de cuidados de saúde. Esse é o nosso entendimento. E estava eu a dizer que isso nos diferencia do posicionamento do Partido Socialista quando associa esses dois conceitos de moderação e de regulação um conceito de financiamento. Isso está explícito em Diário das Sessões, nomeadamente em 2011, quando o então Presidente do Governo Regional, Carlos César, de forma explícita, aqui reafirmou que as taxas moderadoras se destinavam a um financiamento do

Serviço Regional de Saúde e, mais do que isso, a um financiamento, estou a citar, “de um serviço”, qual serviço?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Radioterapia!

O Orador: O da altura, o Centro de Radioterapia dos Açores.

Não quero fazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: ... juízos de valor sobre essa matéria, mas sou levado a concluir, e perdoem-me a liberdade interpretativa, de que se terá afirmado sobre a necessidade de financiamento de uma área tão sensível para consubstanciar um financiamento *ad aeternum* do Serviço Regional de Saúde. E nessa perspetiva nós marcamos a nossa diferença. Repito: não somos a favor de um financiamento do Serviço Regional de Saúde através das taxas moderadoras, porque senão cairíamos aqui num outro conceito que é o conceito de copagamento. O copagamento deverá ser assumido como uma forma de financiamento...

Deputado José San-Bento (PS): Tal como no Governo da República! Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não sabe o que está a dizer! Isso é falso!

Deputado José San-Bento (PS): Tenha respeito!

O Orador: ... proporcional aos custos dos cuidados de saúde prestados e nós não entendemos que as taxas moderadoras sejam um mecanismo de...

Presidente: Srs. Deputados! Srs. Deputados!

O Orador: ... copagamento. Para nós elas não são um mecanismo de copagamento.

Queria também acrescentar, em nome do PSD, que, refletindo nós, e tendo expresso essa reflexão no nosso programa eleitoral de 2012, e sobre o financiamento do Serviço Regional de Saúde, se tinha que fazer, e já tive

oportunidade, em Comissão de Assuntos Sociais, de exprimir também, uma análise financeira real sobre os custos daquilo que se faz, daquilo que se produz no Serviço Regional de Saúde.

O Serviço Regional de Saúde continua a pecar por, até hoje, nunca ter feito uma análise de custeio sobre aquilo que produz, ou seja, os valores de referência que nós temos sobre aquilo que as nossas instituições públicas de saúde prestam decorrem de uma análise simples de custos diretos, sem que a cada um dos atos que nós prestamos aos nossos cidadãos estejam imputados custos indiretos. E isso teria, no nosso entender, como tivemos oportunidade de o dizer em 2012, dois tipos de vantagem.

Em primeiro lugar, saber se nós, dentro de casa, considerando a nossa casa as instituições públicas do Serviço Regional de Saúde, fazemos mais barato ou mais caro do que outros fora do Serviço Regional de Saúde, ou seja, do que outros que, estando na periferia do Serviço Regional de Saúde, com ele constituem o Sistema Regional de Saúde. Teria essa vantagem.

Em segundo lugar, chegando a essa avaliação, se produzimos, se prestamos cuidados de saúde mais caros ou mais baratos do que outros, que estando à periferia do Serviço Regional de Saúde estão com ele integrados constituindo o sistema do Serviço Regional de Saúde, não poderíamos constituir, isso, sim, e é uma boa medida para o financiamento do Serviço Regional de Saúde por via indireta, de adquirir a essas entidades serviços que, por via de custos fixos, eventualmente, o Serviço Regional de Saúde presta de uma forma mais cara.

A segunda vantagem teria a ver com a própria educação para a saúde e a consciencialização dos cidadãos de que a saúde é um cuidado que é caro a prestar.

Foi feita uma tentativa, já aqui o referi nesta Casa, quando o Sr. Deputado Domingos Cunha era Secretário Regional da Saúde, de se efetuar aquilo a que se designa, na área da gestão da saúde, de uma faturação amigável, isto é, de,

avaliados os custos dos cuidados prestados aos cidadãos, eles receberem, no ato de prestação desses cuidados, uma informação do custo real daquilo que consumiram ao Serviço Regional de Saúde.

Como é evidente, essa informação não é verdadeira, se não tivermos uma análise de custeio rigorosa feita sobre aquilo que o Serviço Regional de Saúde produz, sobre aquilo que o Serviço Regional de Saúde oferece aos seus cidadãos.

Uma última referência, Sras. e Srs. Deputados, e ainda relativamente à questão das taxas moderadoras, e que diz respeito à eventual insuficiência da amplitude das suas isenções.

O PSD, em 2011, apresentou aqui um projeto de resolução procurando estender, como a Sra. Deputada Zuraida Soares acabou aqui de referir, a isenção de cuidados de saúde aos açorianos que não tinham médico de família. Infelizmente, na altura, com um conjunto de argumentos que agora, curiosamente, mas em sentido contrário, foram *ipsis verbis* utilizados, foi argumentado, nessa altura, que nós o que estriamos a promover era a resolução da falta de médicos de família nos Açores por via da isenção das taxas moderadoras a quem não tinha e estávamos a promover a procura de cuidados diferenciados, diga-se hospitalares, por preferência do próprio cidadão na escolha de um hospital por não ter médico de família. Foi essa a posição de vários partidos, foi esse o posicionamento de vários partidos, nesta Câmara, e que levou ao chumbo da nossa proposta de então.

Concluindo, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, somos a favor de uma moderação e de uma regulação da procura dos cuidados de saúde de modo a que outros possam beneficiar da prestação desses mesmos cuidados, não pela utilização excessiva de outros açorianos, somos contra a utilização das taxas moderadoras como mecanismo de financiamento, razão pela qual a proposta do PCP, de forma tão radical, de eliminar toda e

qualquer forma de moderação na prestação de cuidados de saúde nos parece excessiva.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de fazer apenas um pequeno esclarecimento relativamente a uma afirmação do Deputado Domingos Cunha que, naturalmente, perceberei que foi da leitura que fiz da tribuna e que, eventualmente, não tenha sido devidamente percebida pelo Sr. Deputado Domingos Cunha, que tem a ver com o seguinte: quando eu utilizei a palavra leviandade estava a falar não dos serviços públicos de saúde prestados, mas do financiamento do serviço. E, portanto, que posso depois facultar o texto ao Sr. Deputado para que...

Deputado Domingos Cunha (PS): Estou esclarecido, Sr. Deputado!

O Orador: ... não fiquem nenhuma dúvida. A leviandade tem a ver com a forma de financiamento e não... Aliás, não tenho nenhuma autoridade para avaliar os serviços de saúde que são prestados nas diferentes unidades de saúde de ilha, nos centros de saúde, enfim.

Relativamente a uma questão que me parece ser comum ao PS e ao PSD, aliás, o Deputado Domingos Cunha referia a uma pergunta direta que eu lhe coloquei, e que agradeço a resposta, digamos que o estudo que existe ou, pelo menos, o que serviu de base foi os registos que advêm da Triagem de Manchester (julgo

que estou a dizer bem), julgo que a justificação que o PSD, pela voz do Deputado Luís Maurício, tem para a existência de taxas moderadoras também terá como base, digamos, aquilo que são os resultados conhecidos da Triagem de Manchester, isto é, chegarão, eventualmente, não é?

Deputado Luís Maurício (PSD): E não só!

O Orador: Então, o Sr. Deputado vai ter que explicar isso melhor, porque a questão é esta. V. Ex.^a disse, tal como o Partido Socialista disse, quer o Sr. Secretário, quer o Deputado Domingos Cunha afirmaram que concordam com as taxas porque elas moderam o acesso. Mais. V. Ex.^a disse que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em alguns casos!

O Orador: ... era necessário moderar o acesso de modo a que quem não necessita não ocupasse o lugar de quem efetivamente precisa.

Bem, eu não sei se o Sr. Deputado tem algum estudo para além daquilo que são os resultados conhecidos da Triagem de Manchester e que dão algumas indicações, até porque aquilo, tanto quanto eu percebo, é uma triagem feita com cores a que é atribuído um determinado grau de urgência, que irá do verde ou do azul até ao vermelho, e, portanto, tem ali uma gradação de cores, e, portanto, sendo assim, a pergunta que se impõe agora é a seguinte.

Então, se era para evitar os abusos, os excessos de procura, porquê cobrar taxas a situações que são identificadas pela Triagem de Manchester como urgentes? Oh, Srs. Deputados, vão ter de me explicar isto muito bem. Os Srs. Deputados do Partido Socialista, o Governo Regional, mas também o PSD, porque se efetivamente... Vamos até aceitar... Eu até, por hipótese, meramente teórica e académica, que o PCP até aceitaria as taxas moderadoras a serem aplicadas para as situações que efetivamente podem corresponder a situações de não urgência e de não emergência. E isso a Triagem de Manchester deteta. Mas, então, as que são urgentes e de emergência deviam ser isentas, porque aí...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): E são!

O Orador: ... não há abuso...

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): E são!

O Orador: ... nem a procura é excessiva. É efetivamente uma necessidade reconhecida pelos profissionais médicos.

Portanto, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados do PSD e do Partido Socialista, vão ter de me explicar isto um bocadinho melhor, que é para ver se eu percebo, porque se é para moderar o acesso, então, aquilo que é urgente não pode ser duplamente tributado com a taxa moderadora.

Eu gostaria muito de ouvir as explicações, quer do PSD, quer do Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu regresso já.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários:

Eu gostaria só de começar por esclarecer a Sra. Deputada Zuraída Soares, porque penso que ela fez alguma confusão daquilo que eu disse. Eu não justifiquei as taxas moderadoras dizendo quais eram os valores praticados nem na região, nem no continente. Eu apenas citei os valores que são praticados na região e daqueles que são praticados no continente. Não foi a justificação, nem justificar a introdução de taxas, nem a existência de taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, foi só apenas para também se perceber que na região há diferenciação nesse sentido. Portanto, penso que esclareci a sua situação.

Mas é bom que nós recuemos um pouco nos anos e tenhamos a noção de que tradicionalmente, quer na região, quer no país, a questão da saúde foi sempre uma questão que, essencialmente, era uma questão “hospitalocêntrica”, isto é...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Hospitalocêntrica!

O Orador: ... tudo...

Hospitalocêntrica, porque tudo se dirigia para os hospitais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Políticas que os senhores estão a fazer!

O Orador: ... daí que, à medida que as políticas de saúde foram evoluindo, se foram diversificando e separando as especialidades médicas por área de intervenção é que, evidentemente, toda a pressão que existia sobre os hospitais se começou a diluir um pouco pelos centros de saúde e unidades de saúde de ilha, como unidades de saúde familiar.

É evidente que devemos apostar sempre na prevenção e por isso é que existe, hoje, estruturas e carreiras direcionadas para a prevenção da saúde. Mas não podemos descurar o tratamento e a reabilitação, e, portanto, nós todos, hoje, sabemos, e não acredito que haja aqui, nesta Assembleia, Sra. ou Sr. Deputado que não saiba que os encargos com a saúde são brutais (permitam-me que eu use este termo) e que a evolução da prestação de cuidados que vamos acompanhar e seguir vão seguir esta evolução e nós temos que saber como é que as coisas se vão processar.

E gostaria de dizer que também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo privilegiam, e é um dos seus pontos do seu Programa de Governo, a medicina preventiva, por via dos médicos de medicina geral e familiar. E eu gostaria de lembrar aqui o grande esforço que tem sido feito no sentido de não só, por um lado, criar idoneidades nas unidades de saúde de ilha e centros de saúde para darem a formação diferenciada aos novos internos, como também a capacidade de recrutá-los e fixá-los.

E só para lembrar que, em 2010, tínhamos 118 médicos de medicina geral e familiar, em 2014, já tínhamos 158, mesmo sendo uma especialidade que, normalmente, que não é atrativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E uns querem vir e os senhores não os querem cá!

O Orador: É importante que retenhamos esta evolução no nosso Serviço Regional de Saúde, como também é importante que estes números vão melhorar para o ano, daqui a dois anos, daqui a três anos, porque há outros jovens médicos que optaram por esta especialidade e que estão a acabar a sua formação e que irão continuar nos serviços de saúde.

Mas também é importante, quando se fala aqui na dificuldade de acesso aos serviços de saúde e, eventualmente, que as taxas moderadoras evitam que haja procura dos serviços de saúde, eu gostaria de relembrar que, entre 2012 e 2014, as consultas do Serviço Regional de Saúde aumentaram consideravelmente. Aumentaram 12,7%, as consultas; as urgências aumentaram 14,7%; os exames complementares de diagnóstico e terapêutica aumentaram 3,8%; as cirurgias aumentaram 14,7%.

Se aumentam e se este aumento é verdadeiro, porque são as estatísticas oficiais, então, onde está a condicionante do acesso e da acessibilidade e a qualidade...

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a moderação!

O Orador: ... e a eficiência destes números? Onde é que estão?

Acreditamos, acreditamos...

A Sra. Deputada inscreva-se para discutir, estamos disponíveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os apartes são regimentais!

O Orador: Com certeza, são regimentais!

Mas este debate é um debate sério, que tem que ser debatido com muita seriedade.

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah! Os outros debates não são sérios?!

O Orador: Portanto, o que isto quer dizer é que a produção e a produtividade do Serviço Regional de Saúde são uma evidência, como é uma evidência o aumento progressivo das dotações do Orçamento da Região destinadas à saúde.

Não são suficientes? Não são suficientes! Nós assumimos que não são suficientes, mas são aquelas que resultam da nossa capacidade.

E sobre essa matéria, também gostaria de dizer que, sob o ponto de vista de evolução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para a saúde, nós aumentamos, desde 2000 para 2014, 47,3%. Este é um grande esforço que é pedido a todos nós, que somos nós contribuintes.

Quanto à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, eu respondo-lhe com um caso pessoal, Sr. Deputado.

Por razões da minha saúde, tive que recorrer, recentemente, a um hospital público de referência a nível nacional. Entrei, era uma situação de urgência e eu paguei as taxas que me foram exigidas, as taxas que me foram impostas, desde a consulta à observação, os exames complementares de diagnóstico que eu executei. Por isso, acho que eu tenho que pagar. Eu tenho que pagar! Quem não tem que pagar são aqueles que não têm condições para o pagar e são precisamente aqueles que têm condições para contribuir que têm que contribuir, precisamente para facilitar àqueles que não podem aceder a este serviço o poderem ter gratuitamente.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Paulo Macedo não diria melhor!

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho a este debate para esclarecer um aspeto que me parece fundamental deixar claro relativamente às taxas moderadoras e tem a ver com a génese das próprias taxas e a forma com que elas podem ou não moderar o acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Financiadoras!

O Orador: Na sequência daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Domingos Cunha e que, no fundo, são os dados a que todos nós podemos ter acesso através do Instituto Nacional de Estatística daquilo que é a crescente capacidade de produção do Serviço Regional de Saúde, mais consultas a nível da consulta externa dos hospitais, mais atendimentos de consulta nos nossos centros de saúde e mais urgências também nos nossos centros de saúde, existe um dado que me parece fundamental partilhar com esta Casa e que tem a ver com os acessos ao serviço de urgência do hospital de Ponta Delgada, por exemplo, do Serviço Regional de Saúde.

Em 2007, havia cerca de, houve 130 mil 382 atendimentos no serviço de urgência; em 2008, 136 mil; 2009, 137 mil; em 2010, 134 mil. Em 2011, quando foram introduzidas as taxas moderadoras, em julho, o atendimento baixou para os 119 mil 510; em 2012, 102 mil 623; em 2014, 103 mil 136.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso significa o quê, Sr. Secretário?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso significa o quê?

O Orador: Com o correspondente aumento a que o Sr. Deputado Domingos Cunha, há pouco, se referiu do atendimento nos centros de saúde verifica-se aqui que houve uma passagem do atendimento dos doentes das urgências dos hospitais, em situações que não justificavam a ida às urgências dos hospitais, para os seus centros de saúde, e isso é positivo. Isso é um efeito positivo das taxas moderadoras.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que estamos a discutir!

O Orador: E isso é provado como, Sr. Deputado? É provado por aquilo que é, e quando me perguntava, há pouco, pelos números, que números é que nós temos sobre isso, tal como o senhor já fez referência algumas vezes, os números que nós temos, além dos números de acesso aos serviços, são os números da

Triagem de Manchester, são os números da triagem que é aplicada aos doentes que se deslocam aos serviços de urgência. E vejamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São taxas moderadoras, mas o acesso aumenta!

O Orador: Em 2012, dos 134 mil utentes que foram atendidos no hospital, 87 mil 562 eram utentes verdes; em 2011, esse número passa, com a introdução das taxas moderadoras a meio do ano, para 77 mil 476; em 2012, passa para 61 mil 488; e em 2014, 57 mil 814. Ou seja, a diminuição do atendimento que se verificou no hospital de Ponta Delgada, nos serviços de urgência, veio, exatamente, pelos doentes que tinham sido triados na Triagem de Manchester como não graves, ou seja, este é um efeito claro daquela que é a aplicação das taxas moderadoras.

Há pouco, a Sra. Deputada Zuraida Soares perguntava se isto era uma questão de financiamento. É! Esta questão aqui que eu estou a explicar é também uma questão de financiamento, porque desenhar um serviço de urgência e ter um serviço de urgência a funcionar para 134 mil pessoas é uma coisa; termos um serviço de urgência a funcionar para 100 mil pessoas é outra completamente diferente. E eu, como ex-Diretor do Serviço de Urgência do hospital de Ponta Delgada, tenho essa experiência. O maior consumo de recursos que nós tínhamos dentro do serviço de urgência era exatamente nos doentes verdes e nos doentes azuis, ao qual tínhamos que alocar alguns médicos, dois, três médicos, especificamente para o atendimento desses utentes em detrimento daquilo que era o atendimento dos doentes urgentes. E por isso esta questão da acessibilidade das taxas moderadoras ao serviço de urgência é fundamental no funcionamento do hospital.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas para onde é que eles vão?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E isso os senhores não disseram! Se eles não vão ao hospital, não têm alternativa!

O Orador: Pergunta-me se...

Sra. Deputada Graça, agradeço-lhe o aparte e a deixa para falarmos da questão seguinte, que tem a ver com as acessibilidades.

Acessibilidades? Têm. Sra. Deputada Graça Silveira, têm, não só têm nas ilhas em que existem...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário possa continuar a sua intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para não ir ao hospital tem de ir às 5 da manhã para o centro de saúde arranjar ficha!

O Orador: Não, Sr. Deputado. É exatamente isso que não é necessário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não? Não?

O Orador: Eu vou-lhe dizer por experiência própria. Hoje, estamos num dia de experiências próprias.

Ainda há pouco tempo, no Centro de Saúde de Angra, desloquei-me ao Centro de Saúde de Angra, às 9 horas da manhã, para fazer o reembolso dos meus novos óculos. Tal como qualquer outro açoriano, muni-me da minha declaração de IRS e fui ao centro de saúde fazer o reembolso dos óculos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas o senhor tem direito?!

O Orador: E, por acaso, estando no centro de saúde, sem qualquer tipo de aviso prévio, devo-lhe dizer, desde já, dirigi-me também ao balcão e perguntei se houvesse (sou um dos açorianos que também não tem médico de família, Sr. Deputado)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também não tenho! E sou doente crónico!

O Orador: ... necessidade de um atendimento naquele dia, se o poderia fazer. Foram dadas alternativas às 10 da manhã, ao meio dia, às 2 da tarde, às 5 da tarde e às 6 da tarde. Ou seja, nesse dia, chegando às 9 da manhã, nem foi às 5, houve disponibilidade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se fosse o Zé da Esquina queria ver se era assim!

O Orador: Perguntei depois, também, tentei confirmar com o funcionário se isso era sempre assim ou se foi só naquele dia e o funcionário que lá estava disse-me, “Olhe, todos os dias nos tem sobrado vagas de consultas abertas neste centro de saúde”.

Dados do serviço de atendimento complementar do Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quer que lhe explique porquê?

O Orador: Setenta por cento de utilização.

O Centro de Saúde de Ponta Delgada abriu um serviço de atendimento complementar. O serviço de urgência do Centro de Saúde de Ponta Delgada abriu um serviço de atendimento complementar. Das consultas que estão disponibilizadas diariamente, apenas 70% das consultas são utilizadas. Os utentes que necessitem têm acessibilidade no próprio dia.

Por isso, Sra. Deputada Graça Silveira, parece-me que não há aqui uma falta de acessibilidade neste caso muito concreto, não há uma falta de acessibilidade, tal como a senhora vinha, há pouco, referindo em apartes.

A acessibilidade e as taxas moderadoras, que são definidas a nível do Serviço Regional de Saúde, permite-nos fazer aquilo que o Sr. Deputado Domingos Cunha, há pouco, referia, que nos parece que é um objetivo importante, não só para o Governo, não só para a bancada do Partido Socialista, mas penso que seria um objetivo importante para todas as bancadas desta Assembleia, e sobre este assunto penso que deveria haver um consenso, que é uma transferência dos doentes do hospital para os centros de saúde. Deixarmos de ter um modelo centrado naquilo que é...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, altere-o!

O Orador: ... a visão hospital e tentarmos encontrar um modelo que seja baseado nas unidades de saúde de ilha, num modelo de proximidade com os próprios utentes. E as taxas moderadoras vêm exatamente nesse sentido. As taxas moderadoras são mais altas a nível hospitalar e mais baixas a nível dos centros de saúde para que as pessoas percebam que é preferível dirigirem-se ao seu centro de saúde em vez de se dirigirem ao hospital. Não estamos a falar aqui de valores, e, há pouco, o Sr. Deputado Domingos Cunha referiu os valores que eram praticados na região e os valores que eram praticados no continente, penso que também para demonstrar que são efetivamente na região valores moderadores, ou seja, não estamos a aplicar um valor de 20 euros à admissão ao serviço de urgência de um hospital, estamos a aplicar um valor de 6 euros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a caridade socialista

O Orador: ... que é um valor que nos apreça moderador. Obviamente, se estivéssemos a entrar num valor de 20 euros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a caridadezinha socialista!

O Orador: ... Sra. Deputada, poderia concordar consigo que poderíamos estar a falar em cofinanciamento, em copagamento. Agora, estamos a falar de 6 euros e 6 euros para as pessoas que não estão isentas dessa taxa moderadora. Estamos a falar principalmente das pessoas que têm capacidade económica para o poder fazer.

Penso, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires, que levantou esta questão, com os dados aqui referenciados, explica, de uma forma muito clara, o benefício das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Secretário, o senhor não tem ADSE?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Estava a recibos verdes!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Carlos César, líder do Partido Socialista então, e Presidente do Governo Regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E atual!

O Orador: ... e atual candidato nas eleições legislativas para a Assembleia da República, na campanha para as Regionais de 2008 dizia o seguinte: “A 9 de fevereiro de 2008, Carlos César disse que as taxas moderadoras são ilegais e um financiamento indireto do sistema”, em 2008.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que disse isso?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Carlos César!

O Orador: Carlos César.

A 8 de outubro de 2008, no comício em Santa Maria, Carlos César comprometeu-se em não implementar taxas moderadoras na saúde caso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: Carlos César.

... ganhe as eleições regionais de 2008.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A implementar ou a não implementar?

O Orador: A não implementar no caso de ganhar as eleições regionais e isto foi a 8 de outubro de 2008, num comício em Santa Maria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Passos Coelho é que é mentiroso!

O Orador: E a verdade, meus senhores, é que não cumpriu aquilo que disse, porque ganhou as eleições e implementou as taxas moderadoras. E implementou as taxas moderadoras com uma desculpa, que foi a seguinte, que todos se lembram, que foi que: “Não, mas isto não é para financiar o sistema. Não! Eu estou a cumprir a minha palavra: vou implementar aquilo que disse

que não iria implementar, mas é para pagar o Centro de Radioterapia dos Açores”. E o que nós verificamos é que esta foi, outra vez,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas preferiu impor!

O Orador: ... uma, para não chocar as consciências, não verdade que sucedeu a outra não verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma mentira! Diz lá o termo!

O Orador: Não quero mais incidente regimentais!

Uma não verdade que sucedeu a outra não verdade.

E, portanto, nesse sentido, o que nós temos aqui por parte do Partido Socialista é uma história muito mal explicada e uma história em que os eleitores e os açorianos têm sido enganados de forma sucessiva e estão a ser outra vez enganados, porque a verdade...

Não estão a ser enganados porque conhecem a realidade, obviamente, porque a verdade é que estas taxas moderadoras estão a afastar as pessoas dos cuidados de saúde. A classe média, por exemplo, neste momento, está a passar por enormíssimas dificuldades e as pessoas evitam ao máximo dirigirem-se aos hospitais, porque sabem que não têm a capacidade financeira para suportar essas despesas.

E, portanto, nesse sentido, estas taxas moderadoras não estão a moderar nada, estão é a afastar as pessoas dos cuidados de saúde. Esta é que é a verdade. Esta é que é a verdade! E todos estes anos de governação do Partido Socialista têm demonstrado sempre que o Governo, em relação a esta matéria, não tem falado a verdade e não está novamente a dizer a verdade, porque todos, na nossa região, que estão confrontados com os pagamentos das taxas moderadoras, sabem perfeitamente que só numa situação de grande urgência é que têm essa opção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem a caridade socialista aqui!

O Orador: É uma opção que tem a ver com questões de saúde, muitas vezes já tarde, porque tentam ao máximo evitar essa despesa e esta é que é a verdade.

E por isso, nessa perspetiva, porque não posso concordar, porque, de facto, fomos enganados, ao longo de todos estes anos, e todas as afirmações que foram proferidas, ao longo de todos estes anos, não são verdade, eu vou votar favoravelmente a iniciativa que o PCP aqui propõe, nesta Casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários:

Eu só pedi a palavra para, na sequência daqui de um aparte do Deputado Artur Lima, que eu tenho que dizer que é verdade aquilo que ele afirmou,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado inscreva-se!

Deputado José San-Bento (PS): Já estou inscrito!

O Orador: Estava eu a dizer que, na sequência de um aparte do Sr. Deputado Artur Lima, que ele fez aqui, há pouco, e que é verdade, infelizmente isso é verdade, relativamente às questões da acessibilidade às consultas ditas de apoio, ou seja, com outro nome que se queira criar, no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, eu queria só dizer o seguinte.

É evidente que nós reconhecemos que temos grandes limitações, neste caso, na acessibilidade aos cuidados de saúde primários, como são chamados, porque não temos recursos, mas eu não gosto de trazer para debate coisas que não sejam comparações ou fazer aqui qualquer malabarismo com números, mas eu penso que é importante que nós nos consciencializemos do seguinte. É que nós, numa região como a nossa, com as características que temos, a limitação de recursos que temos, apesar de eles terem vindo a melhorar ano após ano, o que é certo é que a nível do Serviço Nacional de Saúde eles também se debatem

com esta mesma problemática, sobretudo de acesso às unidades de saúde familiar ou aos centros de saúde.

Só para lembrar, e é só nesse sentido, que eu trago aqui uma notícia que saiu na comunicação social nacional sobre esta questão. E é só para dizer o seguinte, e vou ler o que diz a notícia.

“Dezenas de pessoas chegam de madrugada ao Centro de Saúde da Amadora para conseguirem marcar uma consulta. A situação repete-se há meses. Contactada por um órgão de comunicação social, a Administração Regional de Saúde de Lisboa reconhece o problema devido à falta de profissionais e ao aumento do número de utentes sem médico.”

Este é um problema nacional e que nós todos temos que encontrar situações que invertam esta situação, que se inverta o sistema de saúde para a prevenção e não para o tratamento e reabilitação, e para isso é preciso estimular os jovens médicos a procurarem a especialidade de clínica geral e medicina familiar para, assim, podermos, de facto, inverter os cuidados de saúde.

E é isto que, progressivamente, quer o Serviço Regional de Saúde, como também o Serviço Nacional de Saúde, é preciso reconhecê-lo, têm feito nesse sentido e é isso que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista continuarão a fazer, a incentivar, para que possamos recrutar muitos mais médicos de medicina geral e familiar para, assim, melhorarmos e invertermos a prestação de cuidados na região.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem agora a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um contributo para salientar e frisar aqui alguns aspetos que, de certa forma, o meu colega já abordou, mas que eu gostava que ficasse muito claro.

As taxas moderadoras são uma receita do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Luís Maurício (PSD): Como se prova, é uma receita!

O Orador: A principal receita são as transferências do Orçamento Regional; em segundo lugar, os serviços prestados a subsistemas de saúde, em que nós continuamos com um enorme atraso na arrecadação e nas transferências dessas verbas; e as taxas moderadoras são o terceiro elemento de receita do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é ilegal!

O Orador: Mas isto não significa que esta receita tenha um peso no financiamento do sistema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Para 2015...

Se me ouvir, Sr. Deputado, depois falando a seguir.

Nós, para 2015, temos um orçamento do Serviço Regional de Saúde estimado em 291 milhões de euros. Foi isso que nós aprovamos aqui, em novembro do ano passado.

Ora, o peso que as taxas moderadoras têm como receita do...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então é uma receita?!

O Orador: ... Serviço Regional de Saúde anda à volta dos 2 milhões, ou seja, de 0,7% do orçamento da saúde. E, portanto, isto não é, de facto, um elemento de financiamento, é uma receita e tem um papel que não é relevante naquilo que representa como instrumento de financiamento, mas sim naquilo que significa como um fator de eliminação de ineficiências e é isso que deve ficar absolutamente claro.

E, portanto, as taxas moderadoras para nós são um elemento e um fator de gestão importante, o seu valor é reduzido, o seu critério de aplicação é justo porque só paga quem pode e há um grande universo de isenções.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No continente quem é que paga?

O Orador: E, portanto, isto é que tem que ficar claro.

Ora, nós continuamos, Sr. Deputado Aníbal Pires, o Partido Socialista, numa linha de orientação política que eu, já várias vezes, eu e outros colegas salientamos nestes debates.

Os senhores à nossa esquerda, o PCP e o Bloco de Esquerda, continuam a ter uma visão fechada e intransigente sobre a reestruturação e a reforma do Serviço Público de Saúde, o que leva, a prazo, à falência e ao desaparecimento desse serviço, enquanto à nossa direita as soluções que surgem são soluções liberalizantes e que também desprotegem o acesso à saúde e até retiram a universalidade da cobertura do Serviço Regional de Saúde.

E o Partido Socialista é que se insere num amplo espaço reformista, que procura reformar para salvaguardar um serviço universal, geral, tendencialmente gratuito e de excelência. Esta é que é a grande diferença.

E uma vez mais, os partidos à nossa esquerda não compreendem essa importância e não se envolvem nestas medidas e nestas reformas, que são da maior importância para o futuro do Serviço Regional de Saúde.

Mas nós aqui continuaremos e, Sr. Deputado Luís Maurício, disse que eu deveria estudar melhor não sei o quê.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qualquer coisa!

O Orador: Olhe, o senhor é que se devia informar muito melhor sobre a governação do seu Governo na República, porque, de facto, aquilo que nós estamos a assistir na República é um caminho muito diferente, não é à aplicação de taxas moderadoras como fator de eliminação de ineficiências, não, é a aplicação de taxas moderadoras como uma taxa de copagamento de serviços e de recursos na saúde.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E isto é uma lógica completamente diferente, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E esse percurso é perigosíssimo (perigosíssimo!), porque a atual coligação de direita na República o que está a fazer é promover a ideia de que o Estado não tem capacidade de oferecer serviço de qualidade a toda a população. E o que é que fazem? Obrigam as pessoas a recorrer ao setor privado, que depois é convencionado pelo erário público a custos superiores àquilo que seria o serviço público a prestar.

E, portanto, foi por isso que nós também reestruturamos a saúde nos Açores, como várias vezes já dissemos. A prioridade é nós termos um serviço público de qualidade, que consiga responder a toda a população. Tem constrangimentos, tem ineficiências, mas a nossa grande orientação é neste sentido e é isso que o PS continuará a fazer,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque, Sr. Deputado Aníbal Pires, nós continuamos fiéis ao nosso compromisso, que eu já tive oportunidade de lhe esclarecer num debate de urgência que o senhor aqui convocou sobre o futuro da saúde nos Açores. Nós queremos mais e melhor saúde para todos nos Açores. É este o compromisso do PS e será essa a nossa luta agora e no futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu, de facto, não era para intervir neste debate, mas vejo-me obrigado a ter que intervir.

Em primeiro lugar, respondendo ao Sr. Deputado Domingos Cunha, que vem aqui fazer um desafio sobre o financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Oh, Sr. Deputado, não lhe quero avivar muito a memória, mas não precisa ir muito atrás quando, nesta Casa, o CDS fez uma proposta para que todos os partidos fizessem aqui um pacto sobre o Serviço Regional de Saúde, que os senhores faliram.

E o que os senhores fizeram para financiar o Serviço Regional de Saúde foi, depois de António Guterres ter posto a dívida a zeros, em 2000, os senhores, em 2000 e qualquer coisa, em 2002, criaram a Saudaçor, que já tinha uma dívida maior do que a que Guterres pagou. Portanto, os senhores criaram dívida.

O que os senhores fizeram a seguir foi disfarçar dívida, foi criar os hospitais EPE, como o Sr. Deputado Domingos Cunha bem se lembra. Para quê? Para disfarçar dívida. E depois fizeram parcerias público-privadas absolutamente desastrosas. Para quê? Para aumentar dívida.

Deputado Domingos Cunha (PS): Ninguém é sempre bom!

O Orador: E, portanto, a gestão que os senhores foram fazendo da saúde não foi investir em cuidados de saúde, não foi investir em melhores e mais cuidados de saúde aos açorianos. Temos um bom Serviço Regional de Saúde, é verdade, com um grande esforço de muito bons profissionais que lá tem, mas de outros que também cometem erros todos os dias, como em qualquer sistema. Não são todos bons, Sr. Deputado Domingos Cunha.

E, portanto, o que os senhores fizeram foi má gestão do Serviço Regional de Saúde, todos estes anos.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi!

O Orador: E o que é engraçado é que uma taxa moderadora no continente é um copagamento, aqui tem um desconto socialista, é uma taxa social.

Deputado José San-Bento (PS): É uma diferença enorme!

O Orador: Portanto, chegamos à conclusão que o Sr. Deputado José San-Bento vai ganhar um prémio nobel de qualquer coisa, eu julgo que até eles vão propô-lo para o prémio Pfizer da saúde, ...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, eu dispenso essas provocações!

O Orador: ... que é a taxa moderadora no continente é um copagamento, a taxa moderadora nos Açores é uma taxa social, porque tem um desconto socialista,...

Deputado José San-Bento (PS): Veja a evolução!

O Orador: ... tem um desconto assistencialista e, portanto, nos Açores é boa, no continente é má,...

Deputado José San-Bento (PS): Para o senhor é o contrário: aqui é mau, lá fora é boa!

O Orador: ... quando é rigorosamente a mesma coisa e só uma desonestidade, só sendo desonesto é que se pode dizer que são duas coisas diferentes. Só sendo e faltando à verdade...

Deputado José San-Bento (PS): Mas o que é isso?

O Orador: ... e ao rigor dos factos é que se pode dizer que uma coisa é diferente da outra quando são rigorosamente iguais.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a dizer a mesma coisa exatamente ao contrário!

O Orador: Se lá é mais cara do que cá, agora, se o desconto socialista a torna boa, oh, Sr. Deputado, vou ali e já venho, não é? Aliás, ninguém acredita nisso e essa sua teoria de que a taxa moderadora nos Açores é boa, pois, está bem conversada, é socialista. Agora, é uma taxa financiadora e o senhor acabou de assumir aqui aquilo que sempre nós dissemos. Mas mais grave do que isso, é que os senhores faltaram à palavra também no fim para que ela foi criada, que era para financiar... Onde é que está a radioterapia nos Açores, Sr. Deputado José San-Bento? Onde é que está o serviço de radioterapia nos Açores? Onde é que está a funcionar, Sr. Deputado José San-Bento? Onde funciona o serviço de radioterapia na Região Autónoma dos Açores, que já tem mais de 8 milhões de euros? Onde é que estão esses 8 milhões de euros? Isso é que o senhor tem que

responder: o que é que fez aos 8 milhões de euros que arrecadou dos bolsos dos açorianos?

E, já agora, se não temos mais médicos cá, é porque muitos os senhores não quiseram que eles voltassem e não tiveram alternativa senão emigrar, e não tiveram alternativa senão ficar no continente.

Oh, Sr. Secretário, não me faça, com os seus óculos novos, esses olhos, porque isto que eu lhe estou a dizer é verdade. E, se calhar, não precisamos de sair desta sala, que eu arranjo testemunhas mesmo aqui dentro. Mesmo aqui dentro! Há gente que quis voltar e não tinha vaga nos hospitais; há gente que quer voltar e os senhores não abrem vaga. E mais. Está-se a correr um risco perigosíssimo, que o Sr. Dr. Domingos Cunha, com certeza que me vai apoiar nessa matéria, os profissionais de saúde de algumas especialidades dos nossos hospitais estão jovens da idade do Dr. Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigado pelo elogio!

O Orador: E ele sabe o que é que eu estou a dizer e o Sr. Secretário também sabe! E não se vê, e olhe para o hospital de Angra, por exemplo, e olhe para o hospital de Ponta Delgada, mais rejuvenescido uma coisinha. E depois tem a sua joia da coroa, que é aqui o Hospital da Horta...

Deputado Luís Garcia (PSD): É mais o administrador!

O Orador: Mas, olhe para os hospitais. Os senhores não estão a fazer nada para o Serviço Regional de Saúde se tornar sustentável e, sobretudo, Sr. Secretário, os cuidados primários de saúde estão a ser descuidados, sobretudo, está-se a apostar muito na vertente curativa e isso é que leva... As pessoas não têm outro sítio para ir se não às urgências, porque não têm outro sítio para ir!

Eu fico triste que na Amadora as pessoas não possam ir, mas fico mais triste que no Centro de Saúde de Angra, ao pé da minha casa, as pessoas têm que ir às 5 e às 6 da manhã. Eu vou buscar vários exemplos! Já um dia, oh, Sr. Secretário, eu já um dia lhe fiz o desafio. Um dia eu vou buscá-lo a casa...

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Vamos os dois!

O Orador: ... e vamos os dois, que é para o senhor ver que é verdade e leve-lhe dois utentes, que é para termos duas testemunhas, e vamos os dois ver, à porta do Centro de Saúde de Angra, de manhã, quem está dentro dos carros à espera de uma consulta. E isso é quase todos os dias, Sr. Secretário.

E, portanto, taxas moderadoras... O problema aqui é que os senhores introduziram-nas com um fim, com um objetivo e não cumpriram esse objetivo, faltaram à verdade, o problema é esse: faltaram à verdade. Para se financiarem. É um financiamento, é uma receita, como disse o Sr. Deputado José San-Bento. É uma receita e uma receita quer dizer arrecadar dinheiro, quer dizer financiar e isso é ilegal. Ponto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aqui algumas questões que importa, enfim, serem objeto de mais algum esclarecimento e eu começaria pelo Sr. Deputado José San-Bento, que nos lembrou o valor do Orçamento da saúde para 2015, se tomei nota, 291 milhões de euros.

Deputado José San-Bento (*PS*): Está no Orçamento!

O Orador: Sim, mas pronto! Para eu não estar agora a consultar. Não, eu não estou a duvidar, era só para confirmar com V. Ex.^a.

Importa, para nós avaliarmos da dimensão e do volume do que é que isto representa em termos do financiamento e também das opções orçamentais do Governo Regional, destes 291 milhões o que é que representa encargos com a dívida da saúde, mas também importa compararmos com outras, com a afetação de outras verbas do Orçamento da Região a outras atividades que não aquelas que incumbem diretamente à região, portanto, aquilo que são, digamos, que

deve ser, onde devem ser alocados os recursos financeiros que são receita própria da região, isto é, que decorrem do pagamento dos nossos impostos.

Importa saber, por exemplo, quanto é que foi alocado ao programa Competir+ para 2015, até para percebermos, de facto, se efetivamente os recursos públicos estão a ser utilizados para aquilo que devem ser ou não.

Mais. E sem sair do Competir+, perceber, por exemplo, se há ou não apoios dentro desses incentivos às empresas, por exemplo, para a medicina privada.

Mas pronto. É para podermos fazer uma análise holística desta situação, talvez fosse bom conhecermos esses e outros dados.

Portanto, se V. Ex.^a depois quiser, terá, com certeza, também oportunidade para referir estes valores que eu lhe estou a perguntar, até para esclarecimento da Câmara, mas principalmente, para esclarecimento das açorianas e dos açorianos, talvez fosse bom perceber-se o que é que é afeto à saúde, o que é que é afeto à educação, mas depois também o que é que é afeto, com o dinheiro dos nossos impostos, designadamente daquilo que são impostos que resultam do trabalho, digamos, a alguns setores da vida regional que não deveriam ser prioridade da alocação...

Deputado José San-Bento (PS): Mas diga, Sr. Deputado!

O Orador: Já lhe disse! Oh, Sr. Deputado, eu já lhe disse! Eu já lhe disse, Sr. Deputado!

Oh, Sr. Deputado, há aí um vasto conjunto de programas de apoio às empresas, à iniciativa privada, etc., etc.. Fale-me do volume de dinheiros públicos que têm sido afetos, ao longo dos anos, a esses setores e depois compare com a saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, se quiser, eu posso fazer o seu trabalho!

O Orador: Pois, pois! Pois, Sr. Deputado! Pois!

Sr. Deputado Domingos Cunha, eu percebo...

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado. Agradeço que abrevie.

O Orador: Eu vou já terminar, Sra. Presidente.

Apenas o seguinte.

É evidente que esta visão que o Deputado Domingos Cunha, aliás, o relato que fez do facto de ter recorrido às urgências e com necessidade efetiva de urgência e ter pago a taxa moderadora, o Deputado Domingos Cunha acha muito bem. Eu acho muito mal que o Deputado Domingos Cunha tenha pago taxas moderadoras, pelo simples facto que o Deputado Domingos Cunha, face ao seu escalão de IRS, já pagou o funcionamento do Serviço Regional ou do Serviço Nacional de Saúde, não tem que voltar a pagar. Portanto, o Sr. Deputado foi duplamente tributado e isso não devia ter acontecido, para além de ser ilegal.

Há uma outra questão...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já acabou.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, é apenas, até é uma situação aqui da ilha do Faial e, como estamos aqui...

Agora, recentemente, houve um senhor emigrante, o Sr. Joe Santos, que, na tentativa de salvar uma senhora que acabou por falecer, foi na ambulância para, ou no carro do SIV, para o hospital. E o senhor, que tinha feito um esforço desumano ou humano,... porque, de facto, foi... humano, neste caso aqui...

Deputado André Bradford (PS): Sobre humano!

O Orador: Sobre humano. Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Oh, Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Eu acabo, eu acabo.

O Sr. Joe Santos, que fez um esforço sobre humano para tentar salvar uma cidadã que se afogou na zona do Varadouro, chegou ao hospital, precisou de cuidados médicos e teve que pagar taxa moderadora. Aliás, até os bombeiros têm que pagar taxa moderadora!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não têm nada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não tem!

Deputado André Bradford (PS): Não tem! Não é verdade! Os dirigentes dos bombeiros é que têm, apesar das diligências do PSD!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para relembrar esta Câmara e, através dela, também todos os açorianos e açorianas que o cidadão mais radical que eu conheço na defesa do Serviço Nacional de Saúde e, portanto, com certeza, no Serviço Regional de Saúde, e que mais tem contrariado a lógica das taxas moderadoras e que mais se tem rebelado contra a argumentação de que tem mais paga mais, obliterando a verdade indesmentível de que quem tem mais paga mais nos impostos e não no acesso a um serviço e a um direito constitucionalmente atribuído, chama-se António Arnaud, é um ou foi um dos grandes fundadores do Partido Socialista e que eu saiba nunca foi militante do Bloco de Esquerda.

Deputado André Bradford (PS): Nem vai ser!

A Oradora: E, portanto, só para esclarecer...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Chama-se?

A Oradora: António Arnaud. Já disse.

E, portanto, não é o Bloco de Esquerda, de acordo com a argumentação aqui despendida pelo Sr. Deputado José San-Bento, não é o Bloco de Esquerda que quer ou não quer as taxas moderadoras e o PSD que quer ou não quer. Na realidade, o PSD quer e o PS também. Portanto, não vamos ter ilusões.

Deputado Luís Maurício (PSD): São óticas diferentes!

A Oradora: Ora, agora um é neoliberal e o outro é o quê?

Ah, bom! Querem os dois as taxas moderadoras como receita, como financiamento, mas há um camarada vosso,...

Deputado José San-Bento (PS): Não temos camaradas!

A Oradora: ... Sras. e Srs. Deputados, que não as quer, e ele tem boas razões, sabem porquê? Porque foi ele que criou o Serviço Nacional de Saúde e, como nós dizíamos ontem, deve estar melhor informado do que qualquer um dos senhores e das senhoras que estão aí sentadas nessa bancada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Eu não o quis ofender, Sr. Deputado José San-Bento, relativamente à questão de, em aparte, lhe ter dito que devia estudar, enfim...

Deputado José San-Bento (PS): Eu disse que estava ofendido? Só contestei o que o senhor disse!

O Orador: Talvez pudesse ter dito que deveria reler os Diários das Sessões em que estas matérias foram já discutidas.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor nunca me ofendeu!

O Orador: Muito obrigado. Fico, assim, mais descansado da minha própria consciência.

Mas queria dizer-lhe que foi Carlos César que aqui, neste Parlamento, está em Diário das Sessões,...

Deputado José San-Bento (PS): Essa parte da campanha...

O Orador: ... em 2011,...

Não, não é campanha, Sr. Deputado!

... que, no âmbito do projeto de resolução que o PSD aqui apresentou, disse o seguinte, passo a citar: “ Em primeiro lugar, para dizer que defendi e defendo

que o financiamento do sistema de saúde devia ser preferencialmente feito através de um imposto especial, que fosse afeto e consignado exclusivamente ao financiamento do sistema, já o disse”. Continuando: “ E a existência desse imposto, aliás, seria motivo, por contrapartida, da inexistência, por exemplo, de taxas moderadoras. Portanto, não faz sentido a sua afirmação” (estava a referir-se a um interlocutor anterior). Continuado a citar: “Em segundo lugar, também não tive qualquer incoerência nem faltei à minha palavra quando disse que era importante para o financiamento a existência destas taxas moderadoras. Eu relacionei as taxas moderadoras com o financiamento e acrescento de um novo serviço, Centro de Radioterapia dos Açores”.

Portanto, é isto que está em Diário das Sessões.

Se os senhores, hoje, acham que não é para financiar, estão a contradizer-se em relação àquilo que foi o seu discurso no passado.

Eu bem sei, e no meu entendimento, esta é uma questão concetual, porque as taxas moderadoras, naturalmente, sendo cobradas, resultam numa receita e a receita financia. Quando se está aqui a falar de financiamento, é numa perspetiva mais global, de maior montante atribuído à saúde,...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor faz as perguntas e dá as respostas!

O Orador: ... mas foi isso que o Sr. Presidente do Governo aqui disse e assumiu que era uma forma de financiamento.

Depois, e no âmbito deste debate, eu não posso deixar passar em claro uma afirmação, aliás, sempre, ou por vezes, várias vezes repetida pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, de que não há um problema de acessibilidades à saúde nos Açores, nomeadamente na área dos cuidados primários, porque, por exemplo, as consultas complementares do centro de saúde de Ponta Delgada têm apenas e só 70% de utilização.

Oh, Sr. Secretário, isso tem vários motivos. Sabe?

Em primeiro lugar, elas não são divulgadas, porque os senhores não querem que haja lá muita gente.

Em segundo lugar, é um desconforto para as pessoas irem uma vez e, perdoe-me a expressão, de forma genérica, encontrar o José, depois vai lá uma segunda vez e encontra o Aniceto, depois vai lá uma terceira vez e encontra a Genoveva. E, portanto, não se estabelece nenhuma relação de confiança entre o utente e o seu médico. Este não é um cuidado prestador de saúde de qualidade. Não é este o conceito de médico de família. Não tem processo e, portanto, isso gera desconforto não só para o utente,...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Tem registo!

O Orador: ... como gera desconforto para o próprio médico, que não tem nenhuma relação com aquele utente e que, uma vez, o vê pontualmente por uma situação, por outra, vê-o de forma diferente por outra situação.

É por isso que a taxa de ocupação dos tempos de consulta é de 70%. Agora, isso não nega que a insuficiência de cuidados primários, na ilha de São Miguel e na ilha Terceira, seja um problema grave na nossa região, como referiu o Sr. Deputado Domingos Cunha, colocando uma *nuance* na intervenção que o senhor tinha feito anteriormente. Porque, na verdade, também aqui é preciso corrigir ou salientar uma situação: é que o número de internos do internato de medicina geral e familiar tem vindo a aumentar, é um facto. Temos, hoje, mais internos em formação na área da medicina geral e familiar do que tínhamos há 5, há 6 ou há 10 dez. Mas perdoem-me, Sras. e Srs. Deputados, isto não é, em grande parte, por esforço do Governo Regional, é porque as políticas nacionais, procurando desviar o conceito de hospitalocêntrico, querendo fazer desviar as pessoas dos hospitais para os centros de saúde, no âmbito das vagas que todos os anos são abertas para as diferentes formas de internato, têm-se privilegiado, pelo número, as vagas na área do internato de medicina geral e familiar em

detrimento do número de vagas, que tem diminuído substancialmente, na área dos internatos complementares das especialidades hospitalares.

Portanto, esta é uma tendência nacional que, e bem, nós temos vindo a beneficiar. Portanto, não é por nenhum esforço extraordinário por parte do Governo para que isso aconteça, se bem que reconheça que tem feito um esforço no sentido de melhorar o número de médicos nesta área.

Também quero referir que, como disse o Sr. Deputado Domingos Cunha, o problema de insuficiência de médicos na área da medicina geral e familiar não é só um problema dos Açores; é também um problema do espaço nacional. Mas a diferença, como eu já aqui por diferentes vezes disse em nome do PSD, é que as formas de o resolver também têm sido diferentes. Enquanto a nível nacional se tem procurado novas formas de organização na área dos cuidados primários de saúde, aumentando sinergicamente os cuidados prestados à população e a população coberta através da criação de centenas de unidades de saúde familiares, os senhores aqui recusam-se a aplicar de forma adaptada este modelo. Aliás, e recorrendo agora ao aparte do Sr. Deputado José San-Bento e falando em eleições legislativas nacionais, que ocorrerão no último trimestre deste ano de 2015, o líder nacional do Partido Socialista tem inscrito no seu programa eleitoral a criação de mais 100 unidades de saúde familiares.

Deputado José San-Bento (PS): E qual é o problema?

O Orador: Portanto, a diferença é esta: é que aquilo que os senhores consideram bom lá fora é mau aqui, por uma razão: é que lá fora o Governo não é um Governo socialista. Vamos esperar para ver o que é que vai ser a vossa atitude no futuro relativamente a essa matéria.

Portanto, para problemas iguais, soluções diferentes.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: A nível nacional, novas formas de organização, aqui, os senhores teimam em não considerá-la, como todos o têm considerado, inclusivamente

distintos dirigentes do Partido Socialista, distintos responsáveis pelas políticas de saúde, ao longo dos últimos anos, no Partido Socialista e enquanto o Partido Socialista foi governo, como Correia de Campos, julgam ser uma proposta séria, responsável e que responde aos cuidados dos cidadãos, nomeadamente na área dos cuidados primários. Aqui, os senhores teimam em não querer aceitá-la. Repito: para problemas iguais, soluções diferentes. Boas soluções lá fora reconhecidas pelo vosso partido lá fora, soluções que aqui os senhores não consideram válidas.

Portanto, em termos de acessibilidades, Sr. Secretário, estamos conversados.

Vozes dos Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Tem cerca de 3 minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente:

Muito rapidamente, eu queria começar por lamentar a ausência do Sr. Deputado Artur Lima, que proferiu um conjunto de acusações que eu repudio e que aqui não está.

De qualquer forma, eu gostava de referir que...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O especialista em todas as áreas!

O Orador: ... o Serviço Regional de Saúde foi bem gerido, ao longo dos anos, acumulou uma dívida, é verdade, já falamos sobre isso, já assumimos isso, mas esta dívida representou um enorme salto, quantitativo e qualitativo, nos cuidados de saúde prestados à população e isso é que tem de ser dito.

A dívida permitiu uma dotação em infraestruturas, em meios e em técnicos que nos permitiu recuperar de um atraso imenso em metade do tempo e é isso que nós devemos salientar.

Acumulamos dívida, acumulamos, ela é sustentável, ela é gerível e ela foi feita para beneficiar a saúde dos açorianos.

Quanto às outras questões que o PCP aqui referiu. Sr. Deputado, não tenho muito tempo para lhe esclarecer,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E eu não tenho tempo para responder!

O Orador: ... no entanto, é bom que fique claro. A resposta é claríssima! Já fizemos este debate aqui quando se falou ao nível do novo regime de convenções. Aquilo que é feito é esgotar a capacidade de resposta instalada no setor público e aquilo que sobrar...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sobrar?!

O Orador: ... é convencionado com o setor privado.

Claro! Aquilo que sobrar em termos de incapacidade de responder em tempo útil.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, sobrar em capacidade! Não estava a compreender!

O Orador: Com certeza! É uma forma, um ângulo de gestão perfeitamente legítimo.

E, portanto, nesses casos é que se recorre através de convenções absolutamente transparentes, absolutamente cristalinas e, portanto, Sr. Deputado, não vale a pena trazer esse manto de suspeição dos milhões e dos interesses. O senhor abordou de certa forma.

Portanto, o que eu quero deixar absolutamente claro é que isso já está mais do que esclarecido, não percebo a sua confusão. Não serei mais contundente porque sei que o senhor não tem tempo para me responder.

Por último, em relação àquilo que refere o PSD.

Sr. Deputado, três aspetos que eu lhe quero referir.

Em primeiro, em relação ao financiamento, continuo a fazer, é uma receita, representa 0,7% do Orçamento da saúde e, portanto, não é um fator decisivo de financiamento, é muito mais significativo em termos daquilo que permite eliminar de ineficiências no sistema e é por aí que nós devemos ver.

Segunda questão, Sr. Deputado. Agora, depois de tudo o que o senhor disse sobre a falta de médicos de família, depois do esforço que o Governo tem feito, dotando os nossos centros de saúde de consultas de substituição especificamente dedicadas às necessidades da população que não tem médico de família, o senhor vem aqui dizer que agora não gosta da Genoveva, porque um dia é o Joaquim, outro dia é o António.

Sr. Deputado, essa medida é muito positiva, deixe-me que lhe diga, e o senhor sabe. E, obviamente, até face aos desenvolvimentos e àquilo que o Sr. Secretário já apresentou de novas convenções para tentar dotar toda a população de médicos de família (e isto num horizonte de pouco além do fim desta legislatura, segundo me recorde),...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já está aprovado!

O Orador: ... é óbvio que isto significa que estas medidas das consultas de substituição, primeiro, são muito positivas e, segundo, são, obviamente, medidas temporárias, até se conseguir resolver o problema dos médicos de família em termos definitivos.

Portanto, não venha agora dizer, Sr. Deputado, que o utente um dia ser atendido pela Genoveva e outro dia pelo António, que isso, afinal, é negativo. Não! Não é a situação ideal? Não é a situação ideal, agora, é uma melhoria enorme...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... em termos de prestação de cuidados de saúde e é isso que interessa salientar.

Finalmente, já para terminar.

Sr. Deputado, a questão das unidades de saúde familiares. Não há qualquer incoerência. Eu já lhe disse aqui, a nossa interpretação é que, face àquilo que são os requisitos para um efetivo funcionamento em condições das unidades de saúde familiar, os Açores dificilmente têm essas condições. A divergência é essa, o modelo em si. Não há qualquer preconceito. Eu nunca vi o Governo manifestar essa discordância, nem o Partido Socialista. O que nós achamos é que, nos Açores, pela dispersão territorial, pela falta ainda de médicos de família, essa resposta não é adequada. No continente, em outras condições, com a continuidade territorial, a resposta é boa e António Costa, até porque nós achamos que vai ser o próximo Primeiro-Ministro, faz muito bem em insistir nessa medida, porque ele tem condições para as implementar, que, aliás, como sabe, as unidades de saúde familiar resultam da própria adesão voluntária...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... dos médicos. E, portanto, não é fácil, diria eu, por decreto, nós constituirmos as unidades de saúde familiares, Sr. Deputado. Vamos ter que evoluir um pouco mais para chegar a esse ponto, mas admito que seja uma solução viável no futuro.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. restantes Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado José San-Bento, não é uma questão de gosto a questão das consultas complementares. Simplificou aquilo que eu queria dizer e simplificou mal.

Deputado José San-Bento (PS): Melhorou ou não melhorou?

O Orador: O que eu lhe quero dizer é que essa é uma medida extraordinária,...

Deputado José San-Bento (PS): É positiva!

O Orador: ... é uma medida positiva, como eu já tive aqui a oportunidade de dizer,...

Deputado José San-Bento (PS): Estamos de acordo!

O Orador: ... mas tem fraca adesão e deixa 30% das vagas por preencher, porque as pessoas não se sentem confortáveis em encontrar, em cada momento, um protagonista diferente que lhe avalie os seus problemas.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): E na urgência? Não é igual?

O Orador: Portanto, era isso que eu lhe queria dizer e para contrariar aquilo que o Sr. Secretário Regional, mais uma vez, tentou aqui passar: é que não há problemas de acessibilidade, porque 30% das vagas das consultas complementares não são ocupadas. Não tem nada a ver uma coisa com a outra e é uma extrapolação...

Deputado José San-Bento (PS): Não é!

O Orador: ... exagerada que o Sr. Secretário Regional faz, que eu percebo que possa, com alguma habilidade, tentar inverter aquilo que é a realidade, mas não é. Não é isso que o senhor diz.

Por último, Sr. Deputado José San-Bento.

As unidades de saúde familiares, nos Açores, têm pés para andar em duas ilhas: em São Miguel e na Terceira.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): E o resto não existe?

O Orador: Não há necessidade...

Oh, senhor, o resto não existe, porque o senhor tem cobertura quase integral nas outras ilhas, é o senhor que diz. Então, vamos criar unidades de saúde familiares nas ilhas que já têm resposta? Isso é um contrassenso! Nem parece que estamos a falar com um membro do Governo que é responsável pela área da saúde!

O que eu lhe estou a dizer é que essas unidades de saúde familiares têm pés para andar nas ilhas onde o problema existe: uma insuficiente cobertura de cuidados na área da medicina geral e familiar, a ilha Terceira e a ilha de São Miguel. E não é necessário que existam três modelos, o A, o B e o C, sendo que o A implica uma adesão voluntária,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... como o Sr. Deputado José San-Bento aqui acabou de referir, nem a transição do B para o seu modelo B a nível nacional, perfeitamente adaptado à região, permite, neste momento, dar um outro tipo de resposta aos utentes do Serviço Regional de Saúde que não têm médico de família, na ilha Terceira e na ilha de São Miguel.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que as bancadas do PS e do PSD já esgotaram o seu tempo para este debate.

Tem a palavra agora o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem, eu venho a debate, e acho que já nos desviamos um pouco daquilo que era o tema principal do debate, para responder, de uma forma muito direta, às duas questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Luís Maurício, a primeira relativamente às minhas afirmações e a segunda em relação às USF.

Em primeiro lugar, as afirmações que faço em relação ao serviço de atendimento complementar do Centro de Saúde de Ponta Delgada são os factos, Sr. Deputado. São os dados que existem.

Deputado Luís Maurício (PSD): É preciso é saber porquê!

O Orador: Esses dados estão lá.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não foi isso que eu questioneei!

O Orador: Quer dizer, não estou a distorcer, tal como disse.

Não! Disse que eu estava a distorcer a realidade e a usar a realidade de maneira a que, habilmente, pudesse utilizar esses números. Estou a utilizar os números que conheço. E além disso, Sr. Deputado, se acha que a acessibilidade no serviço de atendimento complementar, com médicos especialistas de medicina geral e familiar (certo!), em que todos os dias será um diferente, é pior do que a acessibilidade no serviço de urgência, em que não são especialistas de medicina geral e familiar, são de outras áreas hospitalares e em que, aí, sim, cada um é diferente todos os dias, temos aqui um problema, Sr. Deputado,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Os serviços de saúde complementar são diferentes todos os dias!

O Orador: ... porque o serviço de atendimento complementar aquilo que pretende é dar resposta principalmente aos utentes que não têm o seu médico de família, para que não tenham que se dirigir ao serviço de urgência, dentro de um contexto, tal como há pouco a Sra. Deputada Graça Silveira dizia, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não está em causa! O senhor não pode é justificar as acessibilidades com alguém que não aparece nas consultas!

O Orador: ... de cuidados de saúde primários em que há um registo, Sr. Deputado, há um registo...

Deputado Luís Maurício (PSD): É uma coisa diferente!

O Orador: ... específico no computador de todos os atendimentos que são feitos e que há um seguimento desse registo por parte dos colegas que lá estão a trabalhar.

A segunda questão tem a ver com as unidades de saúde familiar.

Penso que o Sr. Deputado nunca me ouviu aqui dizer que eu não concordava com o modelo de organização das unidades de saúde familiar ou das mais-

valias que essas unidades poderiam trazer para os utentes e para os profissionais de saúde.

Agora, Sr. Deputado, a especificidade da Região Autónoma dos Açores não permite uma implementação *tout court* daquilo que são as unidades de saúde familiar. Temos que ter a capacidade...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tudo, tudo, não! Acabei de o dizer!

O Orador: Pois!

... de saber de adaptar e temos também de ter a capacidade de perceber o que é que a aplicação de unidades de saúde familiar na ilha de São Miguel e na ilha Terceira poderiam fazer, por exemplo, aos médicos das outras ilhas em que essa situação não se verifica. Provavelmente aquilo a que iríamos assistir, Sr. Deputado, era a uma migração dos médicos dessas ilhas para as unidades de saúde familiar, onde nós sabemos que, infelizmente, os nossos colegas têm vencimentos muitos mais altos do que aquilo que são os vencimentos dos médicos que não trabalham nessas unidades. É isso que nós queremos, Sr. Deputado? Queremos uma migração dos médicos das outras ilhas que não Terceira e São Miguel para as ilhas Terceira e São Miguel para criar unidades de saúde familiar? Sr. Deputado, na minha perspetiva, e como organizador do Serviço Regional de Saúde, parece-me que não. Quero garantir a continuidade de acessibilidade aos utentes nessas diferentes ilhas, e em São Miguel e na Terceira vamos encontrar soluções que não passem por trazer os médicos para esse modelo. E eu vou dizer-lhe porquê, Sr. Deputado. Há pouco, quis fazer aqui algum exercício e algum malabarismo...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sou tão pesadinho para fazer malabarismo!

O Orador: ... das declarações em relação às USF que o candidato a Primeiro-Ministro, António Costa, e com as declarações que tinham sido feitas por ele relativamente às USF e do seu Governo. Eu vou dizer-lhe, por exemplo, no dia 27 de maio de 2015, o Sr. Secretário de Estado da Saúde, atual, do Governo

PSD, segundo aquilo que sei, diz isto: “O Secretário de Estado Fernando Leal da Costa defende que o modelo de financiamento das unidades de saúde familiar tem de ser revisto. No fórum TSF, Leal da Costa diz que existem casos de ineficiência em que os profissionais de unidade de saúde familiar, USF, estão excessivamente remunerados”. É este modelo que quer trazer para os Açores, Sr. Deputado?

Deputado Luís Maurício (PSD): Não! O senhor só cita o que lhe convém! Eu já não tenho tempo para lhe responder!

O Orador: Mas eu estou a citar uma notícia, Sr. Deputado, estou a ler uma notícia praticamente na íntegra, que é uma notícia que vem na TSF.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu vou-lhe citar estudos de outros Secretários de Estado, mas agora não tenho tempo!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, eu já lhe disse, por diversas vezes, poderemos falar sobre o modelo organizativo das USF na RAA, a mais-valia desse modelo e a aplicação desse modelo num modelo que nós já temos, que são as USI, que são as Unidades de Saúde de Ilha e que podem, perfeitamente, como unidade de saúde de ilha, funcionar nesse modelo. Se é esse tipo de modelo que nós queremos aplicar na RAA, Sr. Deputado, estamos aqui os dois para poder debater esse tema e aplicá-lo na região; se é um modelo igual ao do continente, não, muito obrigado, porque se irá criar mais desigualdades nas nossas ilhas dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Por isso é um modelo adaptado!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola, dispõe de apenas 1 minuto.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para que fique registado que o CDS fez uma pergunta ao Sr. Secretário e até agora ainda continuamos a aguardar uma resposta.

As taxas moderadoras foram introduzidas para financiar o serviço de radioterapia, já foram arrecadados, até ao momento, cerca de 8 milhões de euros, ainda não temos serviço de radioterapia. O que é que foi feito com os 8 milhões?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se não respondi, Sra. Deputada Ana Espínola, não foi intencionalmente.

O serviço de radioterapia, como todos nós sabemos, está a ser construído, neste momento, prevê-se que o Centro de Radioterapia dos Açores entre em funcionamento a partir de janeiro de 2016.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): O que é que fez aos 8 milhões? É a pergunta!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

Deputado André Bradford (*PS*): Estão numa gaveta! Estão todos numa gaveta!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 19 do PSD; 2 a favor do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 53 minutos.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substitui a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Vamos, então, dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto 10: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 128/X – “Redução da incidência de defeitos de qualidade nas carcaças de animais abatidos na Região”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Depois da apresentação ou da justificação da urgência, cada Grupo ou Representação Parlamentar pode intervir uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Para a justificação da urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor da agropecuária está a passar por um momento muito crítico na região, com o fim das cotas no setor do leite, com o embargo russo, que tornou os mercados cada vez mais agressivos e competitivos, e, nestas condições, nós não nos podemos dar ao luxo de arruinar a imagem de qualidade que a carne dos Açores conseguiu já conquistar.

Quando finalmente conseguimos que os nossos animais deixassem de ser exportados vivos para passarem a ser abatidos na região, ficando cá todo o valor acrescentado da desmancha das nossas carcaças, não podemos permitir que más condições dos nossos matadouros, tutelados pelo Governo Regional, origem e conduzam a situações de má qualidade da carne.

Este tipo de incidentes levou a que, há um ano, uma importante cadeia nacional de distribuição a retalho tivesse devolvido, à região, carcaças exatamente por estarem com má qualidade. E esta devolução, que aconteceu há um ano, continuou a ocorrer com uma frequência indesejável.

Este tipo de incidentes tem como consequências não só as enormes perdas económicas, que são insustentáveis devido à situação em que o setor agropecuário se encontra na região e a situação de precariedade em que se encontram os nossos produtores, como ainda corremos o risco de comprometer, de forma irreversível, a qualidade da carne dos Açores.

E, portanto, é fundamental uma ação imediata por parte do Governo Regional, que tutela os matadouros que fazem o abate dos nossos animais, pelo que o objeto desta resolução que é “identificar quais são os fatores de manuseio *ante mortem* que têm determinado o aumento da incidência de carnes DFD nos Açores, ou seja, carnes com defeitos de qualidade, e que implemente as medidas preventivas que reduzam essa incidência”.

E, portanto, devido à urgência desta situação, é necessário que, e nós aquilo que achamos é que esta iniciativa requer uma tramitação urgente que justifica a urgência.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, é injusto quando um produtor dedica e investe, durante cerca de um ano ou mais, quando é o caso dos novilhos, ou até mesmo os nossos operadores que estão no mercado, as nossas associações, e perde tudo numa manhã porque o matadouro, que é um organismo sob a tutela do Governo, não reúne os meios necessários para uma atuação responsável.

Face à situação que a pecuária açoriana atravessa, é imperativo conhecer e intervir nos pontos críticos que ameaçam este setor, sendo aqui bastante evidente o nosso voto favorável à evidência de uma urgência na análise deste documento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS)**: Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS traz-nos aqui um projeto de resolução com um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão de uma matéria que, obviamente, merece a nossa análise e a nossa ponderação. Tudo aquilo que nós possamos fazer para reduzir encargos ou para aumentar as receitas dos produtores ou para fazer com que os nossos produtores não tenham prejuízos na sua atividade, nomeadamente no setor da carne, deve ser levado em consideração por esta Assembleia.

No entanto, e de uma forma responsável, julgo que nenhum deputado nesta Casa, hoje, está em condições de dizer o que quer que seja relativamente àquilo que é levantado pelo CDS. Carece de mais e melhor informação. Nós temos que discutir o assunto com maior informação por parte de quem trabalha,

eventualmente, nos matadouros, temos que ouvir outras pessoas, temos que nos munir de informação mais concreta para poder abalizar se, de facto, temos aqui ou não temos um problema e se há outras questões que possam ser até, neste próprio projeto de resolução, recomendadas ao Governo em termos de correção. Congratulamo-nos com o facto de o CDS reconhecer que se tem observado uma evolução significativa no setor da carne. De facto, assim é, fruto dos investimentos levados a efeito na região, nos últimos anos, pelo Governo dos Açores, que mudou radicalmente a tradicional forma de comercializar o nosso gado em vida para a carcaça. É um setor que tem potencialidade, atendendo à nossa qualidade da carne, agora, parece-nos que esta matéria deve baixar à Comissão, deve ser discutida, ponderada, devem ser ouvidas outras pessoas envolvidas para, depois, podermos, de facto, perceber que recomendações ou se há recomendações a fazer ao Governo nesta matéria.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de uma forma responsável, irá fazer baixar à Comissão esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

É evidente que se me perguntarem se eu percebo alguma coisa de produção de carne, não percebo.

Deputado José San-Bento (PS): Mas já comer o senhor percebe!

O Orador: Mas gostar de comer carne de boa qualidade, isso gosto, é evidente. Mas não se trata aqui, de facto, de, como o Deputado Duarte Moreira, que nenhum de nós está habilitado a pronunciar-se sobre as questões que são levantadas pelo CDS-PP.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nenhum de nós, não é bem assim, Sr. Deputado! Há quem esteja habilitado para isso!

O Orador: Aquilo que o CDS-PP faz é a constatação de um facto. A constatação de um facto, que...

Deputado André Bradford (PS): Então, fica o senhor sozinho a falar e a gente vai-se todos embora!

O Orador: ... é apenas isso, a constatação de um facto e que recomenda ao Governo aquilo que a Deputada Graça Silveira enunciou e que é a parte resolutiva deste projeto de resolução.

Ora bem, pode até não corresponder por inteiro à verdade aquilo que o CDS traz aqui no projeto de resolução, mas o projeto de resolução aquilo que recomenda é que o Governo verifique isto e se isto se verifica, por que é que está a acontecer. E isso não me parece que seja trabalho da Comissão. É um trabalho do Governo.

Portanto, a urgência justifica-se, mas justifica-se a urgência, porque, de facto, se isto se verifica, é necessário verificar porquê, mas também se dispensa o exame em Comissão, porque a recomendação é muito clara e objetiva e para o Governo Regional. E é o Governo Regional que tem os meios, e aqui é perfeitamente dispensável a análise em Comissão. Perfeitamente dispensável.

Portanto, esta justificação que o Partido Socialista deu para não aprovar a urgência não tem nenhum fundamento, Sr. Deputado Duarte Moreira, nenhum fundamento.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não concordo!

O Orador: Há uma constatação de um facto e o Governo Regional tem de verificar se, de facto, isto se verifica, qual é a dimensão das carcaças que não estão em bom estado e o que é que tem de ser feito para que o maneiio *ante mortem*, que correções é que têm de ser feitas para que as carcaças cheguem em

boa qualidade e não se ponha em causa o trabalho dos produtores de carne da RAA.

Parece-me que isto é claro e que se há alguma iniciativa que claramente não necessita de exame em Comissão, é esta. Só vamos atrasar o processo! Só vamos atrasar o processo, porque, efetivamente, o Governo vai ter de o fazer (vai ter de o fazer!).

Portanto, eu não percebo esta posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre uma questão que é clara, transparente, nítida. Enfim, não percebo. Sr. Deputado Duarte Moreira, por muito esforço que tenha feito, julgo que não há nenhum lavrador, nenhum produtor de carne nesta região que fique agradado com a justificação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu para reprovar esta urgência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Não se preocupe com isso, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, vamos, então, passar à votação da urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista; 19 votos a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; e 1 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os produtores de carne bovina da região que trabalham todos os dias para que a carne dos Açores se afirme e se distinga por uma qualidade de excelência, fazendo o acabamento dos seus animais em pastagem, que todos nós aqui, os que deveriam perceber de maneio, sabem o esforço adicional que é, seguramente que não vão entender que o Governo Regional e a maioria socialista que o suporta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A maioria não é socialista, é do PS!

A Oradora: ... não considere urgente resolver uma situação que os penaliza, à qual eles são completamente alheios, porque os produtores que criam bem os seus animais e que veem as suas carcaças devolvidas por falta de qualidade, por más condições dos matadouros que são tutelados pelo Governo Regional, seguramente não vão perceber que os senhores não considerem que esta situação é efetivamente urgente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui perante um facto e acho que pedir pareceres à Comissão, o resultado desses pareceres vai todo no mesmo sentido, a começar pelo produtor, aos talhos, retalhistas e até ao consumidor. Acho que todos querem o melhor para este setor. E até lembrava aqui ouvir, no passado mês de abril, o Sr. Presidente do Governo Regional, o que é legítimo, dizer que estava orgulhoso daquilo que a lavoura conseguiu alcançar com os seus próprios meios e ver que o Governo não consegue acompanhar estes meios criando critérios e meios de avaliação de análise daquilo que é a sua função, que é aquilo que se assiste em qualquer padaria ou mercearia, que é a avaliação dos pontos críticos, achamos que isso é atrasar aquilo que deveria ser feito regularmente, todos os dias até.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que está aqui em causa e o que foi votado é apenas e tão só saber se discutimos isto aqui, hoje, de forma precipitada, sem mais dados, ou se discutimos com base num maior número, de forma mais fundamentada e mais articulada. E não é por mais 30 dias ou 60 dias que irá prejudicar os agricultores e os produtores de carne, porque os agricultores e os produtores de carne sabem quem é que tem vindo a transformar o setor nesta região, quem é que investiu o que investiu neste setor, ao longo dos anos, e sabem a importância que o Partido Socialista e o Governo dos Açores dão a este setor. E é por essa importância e para não criar aqui nenhuma situação que possa raiar a irresponsabilidade e criar um outro problema associado àquilo que aqui se está a discutir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou como votou, querendo discutir, reafirmo, esta questão em Comissão.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Não são nem 30 nem 60 dias, como se isso não fosse já importante, porque durante esses 30 ou 60 dias vai haver produção de carne, vai haver abates e vai haver rejeição de carcaças. Mas não são 30 ou 60 dias, são, depois, mais os 90

dias que o projeto de resolução do CDS-PP refere como data limite para que o Governo Regional tome medidas.

Portanto, isto é, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como agora se constatou pela declaração de voto do Deputado Duarte Moreira,...

Deputado Duarte Moreira (PS): A declaração de voto justifica a sua votação, não a nossa!

O Orador: ... vai, no mínimo, se forem os tais 30 dias (eu vou até pôr o mínimo) mais os 90 são 120 dias em que os produtores de carne, na RAA, vão ser prejudicados pela intransigência (incompreensível intransigência) do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Deputado André Bradford (PS): Oh, Sr. Deputado!...

O Orador: ... ao não apoiar esta iniciativa que, relativamente à discussão que, hoje, aqui, podia ser feita sobre a matéria resolutive, me parece de uma simplicidade...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cristalina!

O Orador: ... clara, cristalina.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18 horas e 25 minutos.

Eram 18 horas e 12 minutos.

Eram 18 horas e 33 minutos.

Presidente: Entramos agora no ponto 12 da nossa Agenda: [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 129/X – “Revogação dos Despachos 378/2015 e 1057/2015”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.](#)

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, o Bloco de Esquerda apresenta um projeto de resolução que, resumidamente, solicita a este Parlamento que recomende ao Governo Regional dos Açores a revogação imediata dos despachos governamentais números 378/2015, de 13 de fevereiro, e 1057/2015, despachos estes que autorizam operações de correção populacional das espécies, também conhecido mais popularmente por caça, nativas protegidas, como é o caso do pombo torcaz dos Açores, do melro-preto dos Açores e do estorninho dos Açores.

Esta urgência resulta, exatamente, do facto destes dois despachos, fundamentalmente o primeiro, estarem em vigor, permitindo a caça nas áreas de paisagem protegida da cultura da vinha da ilha do Pico e da paisagem protegida das vinhas dos Biscoitos, entre o dia 15 de junho passado e o dia 15 de setembro próximo, e como nós entendemos que esta situação, incidindo sobre espécies de aves protegidas, como é o caso daquelas que acabei de citar, configura uma situação irregular a que urge, do nosso ponto de vista, pôr cobro, daí a urgência e o pedido de urgência para análise, debate e votação deste projeto de resolução.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos, então, votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, então, volto a dar a palavra à Sra. Deputada, agora, sim, para apresentar o projeto de resolução.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O despacho que há pouco acabei de referir, o 378/2015 de 13 de fevereiro, não apresenta qualquer evidência científica que sirva de base à afirmação nele também constante de que há um número excessivo destas espécies de aves que acabei de referir. E quanto a nós, Bloco de Esquerda, não basta a existência de alguns proprietários que se queixam para que imediatamente se implemente uma exceção à lei, neste caso ao DLR que está em vigor na proteção destas espécies. E estamos a falar, repito, de espécies e de aves protegidas.

Logicamente, o fenómeno da exceção tem que ser muito bem ponderado, excecional e, sobretudo, muito bem justificado, coisa que não nos parece ser o caso.

O despacho de fevereiro deste ano, no seu ponto 3, implica que os possuidores de terrenos peçam autorização para caçar, peçam autorização.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Não é para caçar!

A Oradora: Ora, estando já aberta esta autorização pelo despacho referido, uma pergunta que eu faço diretamente ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente é a seguinte: quantas pessoas fizeram este pedido?

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): Terei muito gosto em responder!

A Oradora: Quantas pessoas solicitaram a possibilidade de caçarem nos seus terrenos?

Continuando.

Se é inexistente a evidência científica do despacho para a utilização destas práticas para as quais se pede autorização de acordo com o ponto 3 do Despacho 378, há uma contradição e uma falta de coordenação nas políticas deste Governo e que, para o Bloco de Esquerda, são absolutamente aberrantes, e vou explicar porquê.

No Pico, as zonas abrangidas e onde se pode caçar são paisagem protegida e património mundial da humanidade; nos Biscoitos, trata-se de paisagem protegida.

Sras. e Srs. Deputados, imaginem o *slogan* turístico para esta região que anda atrás dos turistas, e bem. Podia ser qualquer coisa como isto: “Venha aos Açores, onde as vaquinhas são felizes, caçar espécies protegidas em áreas de paisagem protegida e património mundial”.

Isto quer dizer que o contributo que a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente está a dar para o turismo desta região...

Deputado Duarte Moreira (*PS*): Isso é uma demagogia excessiva! Há limites para tudo!

A Oradora: ... deve deixar muito satisfeito o Secretário Regional do Turismo e Transportes, porque, Sras. e Srs. Deputados, uma coisa não bate com a outra. Ou nós somos natureza intata e nos vendemos como tal, ou então convidamos os turistas para virem para cá caçar aves protegidas em áreas património mundial.

Mas, não é só! Há outro tipo de desorganização nos serviços do Governo Regional. Passo a explicar.

No dia 13 de junho deste ano, o GaCS deu nota de uma notícia, segundo a qual o Sr. Diretor Regional do Ambiente tinha afirmado, no Pico, nesse dia, 13 de junho de 2015, “que o Governo dos Açores está a disponibilizar canhões de gás...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): É verdade!

A Oradora: ... e diversos equipamentos para o afugentamento de aves selvagens nas áreas protegidas da cultura da vinha do Pico e dos Biscoitos, na ilha Terceira. Também na ilha Terceira, serão disponibilizados à Adegas Cooperativa dos Biscoitos, com o mesmo objetivo, quatro equipamentos idênticos”, acrescentando que “está em fase de implementação um ensaio de eficácia com o odor repelente e redes anti aves, desenvolvido pelos Serviços de Ambiente e Desenvolvimento Agrário desta ilha”. Acrescentou ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente, salientou, aliás, ainda o Sr. Diretor Regional do Ambiente: “O recente censo à população do pombo torcaz evidenciou a existência de uma população estável, na região, com densidades mais elevadas nas ilhas do Pico, Terceira e Graciosa”.

Sras. e Srs. Deputados, o dia 13 de junho é dois dias antes de 15 de junho, ou seja, no dia 13 de junho, há uma proposta, e bem, do Sr. Diretor Regional do Ambiente que diz o que é que vai disponibilizar aos donos de terrenos destas áreas (da vinha do Pico e da vinha dos Biscoitos) e que, de uma forma ecológica, podemos dizer assim, dentro de um conceito de agricultura ecológica, de defesa do ambiente, tem aqui uma quantidade de alternativas que são disponibilizadas, tanto quanto se entende, aos agricultores. Dois dias depois, ou seja, no dia 15 de junho, é publicado o tal despacho,...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): Foi publicado muito antes!

Deputado António Parreira (*PS*): O despacho não é dessa data!

A Oradora: ... que diz exatamente o contrário, porque diz, no ponto 1: “Com este despacho é autorizada a realização de operações de correção populacional nas áreas da paisagem protegida da cultura da vinha da ilha do Pico e da paisagem protegida das vinhas dos Biscoitos, entre 15 de junho e 15 de setembro”. E depois, no ponto 3, que vou ler, porque depois mais tarde me voltarei a referir a ele, diz: “Os possuidores a qualquer título de terrenos nas áreas de intervenção objeto do presente despacho podem requerer junto do serviço de ambiente da respetiva ilha autorização para a realização de ações de correção da densidade, indicando as parcelas onde pretendem desenvolver essas ações e o método ou métodos a utilizar”.

Do ponto de vista do Bloco de Esquerda, nem aquilo que se passa neste momento nem tem nada a ver com uma agricultura sustentável, nem com uma agricultura ecológica e muito menos com uma região que se vende como de natureza intata. E volto a repetir: é preciso decidir o que é que nós queremos vender aos turistas que agora vêm de *low cost* (nem sempre com recibo, mas isso é outra conversa)...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: ... para a nossa região.

Queremos oferecer áreas protegidas? Queremos oferecer património da humanidade?

Deputado André Bradford (PS): E se for tudo ao mesmo tempo?

A Oradora: Queremos oferecer observação de aves? Queremos oferecer a tal natureza exuberante e maravilhosa que os Açores têm? Ou queremos oferecer zonas protegidas onde se pode caçar aves e, portanto, espécies elas também protegidas por diretivas europeias?

É uma decisão que o Governo Regional tem que tomar de uma vez por todas, porque senão isto vai-se tornar uma grande confusão.

E mais adiante voltarei a continuar a argumentação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*):

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, permita-me, em primeiro lugar, dizer que há uma grande confusão na sua cabeça...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não há, não!

O Orador: ... relativamente a esta matéria. E eu começo por referir alguns aspetos em termos de apreciação da iniciativa que nos traz, hoje, aqui. E a iniciativa versa, basicamente, dois temas distintos, ou dois pontos distintos, melhor dizendo.

Primeiro, a revogação imediata de dois despachos do Governo, que, naturalmente, dado a área que tutelo, foram por mim assinados. O Despacho 378, de 2015, que não é de 13 de fevereiro, nem nada que se pareça, é de 13 de fevereiro, portanto, bastante antes disso,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): 13 de fevereiro!

O Orador: Exatamente!

Deputado André Bradford (*PS*): A senhora disse 13 de junho!

O Orador: A senhora falou 13 de junho.

... 13 de fevereiro.

A vigência do despacho é entre 15 de junho e 15 de fevereiro, mas a data da sua emissão e assinatura é 13 de fevereiro de 2015. Portanto, acho que estamos de acordo. Mas não foi isso que a senhora disse na sua intervenção inicial, penso eu.

Deputado André Bradford (*PS*): *Lapsus linguae!*

Deputada Zuraida Soares (BE): Pode ter sido!

O Orador: E o Despacho 1057, que é de 19 de maio, de 2015, mais tarde.

Ambos têm objetos diferentes.

O Despacho 378 autoriza as operações de correção populacional e não a caça (são conceitos absolutamente diferentes ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso cabe ao Sr. Secretário explicar!

O Orador: ... e recomendo-a a estudar estes aspetos) ao pombo torcaz e ao melro-preto dos Açores, no caso da paisagem protegida da vinha da ilha do Pico, e ao estorninho dos Açores, num caso particular pedido por um agricultor, no seu legítimo direito, na paisagem dos Biscoitos, na ilha Terceira.

Portanto, o facto de alegar que são despachos ilegais não faz qualquer sentido.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ilegais?! Mas eu disse ilegais?! Vai desculpar-me, mas não foi isso que eu disse!

O Orador: É o que está subjacente ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não vai colocar na minha boca aquilo que não disse!

O Orador: ... ao seu diploma.

Consideramos também que tanto um como o outro estão claramente integrados na legislação vigente,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não! Esta diz o contrário!

O Orador: ... tanto regional, como comunitária, se não vejamos.

O Decreto Legislativo Regional 13/2012/A, que regula o regime jurídico de conservação da natureza e que foi, nesta Casa, aprovado em 2012, transpõe para a região aquilo que são as indicações das diretivas comunitárias que a senhora enunciou no seu projeto de resolução.

E, portanto, tudo aquilo que nós fizemos e que eu tomei a responsabilidade de assinar nestes despachos é absolutamente legal e está absolutamente enquadrado nestes dois diplomas, nos diplomas de âmbito regional e nas

diretivas comunitárias que a senhora alega e que também foram, naturalmente, respeitadas, pela transposição que o Decreto Legislativo Regional em apreço faz para a nossa região. E estamos, naturalmente, a falar do artigo 65, do seu ponto 1, sob fundamento da alínea b), que “estipula a possibilidade de se poderem autorizar a realização de operações [e estou a ler] de correção populacional de densidade de espécies protegidas quando se verificam determinadas condições, como, por exemplo, na alínea b), evitar graves prejuízos, nomeadamente às culturas, à criação de gado, à apicultura, às florestas, à pesca, à caça, à aquicultura, à criação de caça em cativeiro, aos recursos hídricos, à propriedade pública e à propriedade privada”.

Recomento que a Sra. Deputada Zuraida Soares questione os agricultores do Pico, os agricultores da Terceira...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não colhe, Sr. Secretário, não colhe!

O Orador: ... se, de facto, isto não é um problema e, certamente, mudará completamente...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não muda!

O Orador: ... de opinião.

E permita-me também dizer e discordar da forma como a senhora aborda o problema.

Se não concorda com a legalidade dos despachos que eu proferi e que assinei, naturalmente, teria outras ferramentas bem mais eficazes e bem mais adequadas à situação,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas isto agora é norma? O Governo agora discute todas as figuras regimentais!

O Orador: ... como são a impugnação da sua legalidade e, portanto, não fazer uma recomendação para uma revogação de um despacho meu, que não tem, na nossa ótica, qualquer sentido.

Deputada Zuraída Soares (BE): Agora vamos começar a escrever ao Governo para perguntar qual a melhor figura!

O Orador: Mas detenhamo-nos um pouco mais detalhadamente, porque eu penso que é importante, nos atos que suscitam a presente iniciativa.

Volto a referir o Despacho 378, de 2015, em que é determinada a possibilidade de autorização da realização de operações de correção populacional do pombo torcaz e do melro-preto nas áreas de paisagem protegida da vinha, na ilha do Pico, com vista (e é essa a justificação) a evitar prejuízos graves à produção vitivinícola no período de 15 de junho a 15 de setembro, que é, naturalmente, no período mais crítico para a cultura da vinha e, por isso, o despacho está balizado por essas datas.

Mas mais.

No dia 26 de janeiro deste ano, esta proposta de despacho foi presente ao Conselho Regional de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, foi presente também às cooperativas vitivinícolas da ilha do Pico e à Adega Cooperativa dos Biscoitos, na ilha Terceira, e, nessa altura, mereceu, de todas as entidades consultadas, com exceção de uma, parecer favorável.

Por sua vez, o Despacho 1057, de 2015, de maio, foi, por esse despacho, autorizada a operação de correção populacional do estorninho, especificamente numa propriedade denominada Canada das Vinhas, na freguesia dos Biscoitos, numa área total de 0,63 hectares, a pedido, e fundamentado na lei vigente, do seu proprietário.

Mas, e a senhora ainda bem que referiu, a ação do Governo não se resumiu à emissão destes dois despachos para essa finalidade.

Tem sido dada prioridade a outros métodos de controlo das densidades, como também a Sra. Deputada referiu, não letal das espécies protegidas. E assim, e muito bem, adquiriu o Governo recentemente doze canhões de gás, que foram, consoante o Sr. Diretor Regional do Ambiente anunciou nessa comunicação que

a Sra. Deputada também fez referência, distribuídos oito na ilha do Pico e quatro na ilha Terceira, exatamente nas zonas de paisagem protegida de vinha da ilha do Pico e na zona dos Biscoitos, para se desenvolverem trabalhos com vista ao afugentamento das aves nestes locais.

Ainda na ilha Terceira, estão a ser implementados, pelos serviços de ambiente e pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário, ensaios com odores repelentes e redes anti aves nas zonas mais sensíveis e vamos ainda também desenvolver, muito em breve, outros ensaios com utilização de dispositivos sonoros nas zonas mais sensíveis.

Esta é, pois, uma abordagem integrada que o Governo faz destas matérias e, portanto, não se resumiu a emitir dois despachos que permitem o controlo das densidades dos animais, das aves nas zonas mais sensíveis. Aliás, estes dois despachos foram emitidos na globalidade para essas zonas para permitirem uma maior facilidade de os agricultores interessados que necessitarem de recorrer a esse mecanismo não terem de fazer ou não terem de ser emitidos despachos caso a caso. Foi emitido um despacho conjunto para estas zonas, permita-me dizer assim, e depois, conforme também está na resolução, cada um dos agricultores que sente necessidade de utilizar esse método tem, naturalmente, de pedir individualmente aos serviços...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quantos, Sr. Secretário? Perguntei!

O Orador: ... do ambiente estas (eu já lá vou), a permissão para fazer estes trabalhos.

Neste momento, até esta data, não existiu nenhum pedido para utilizar esta técnica na ilha do Pico, existiu apenas um pedido, que já foi também utilizada a sua permissão, na ilha Terceira, exatamente pela pessoa que vem referenciada no despacho.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é uma pessoa!

O Orador: Uma pessoa, um agricultor.

Deixem-me também dizer que nós não andamos aqui a fazer despachos só por fazer e com o intuito de abrir a caça, como a senhora muito bem diz. E mais uma vez recomendo-a a estudar bem este conceito de controlo de densidade e de caça, que são coisas diferentes.

Deputada Zuraida Soares (BE): Abate! Abate!

O Orador: Mas isso para dizer que quando o Despacho 387, de 2015, foi preparado, em fevereiro deste ano, já o Governo dispunha de estudos de densidades...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é caça!

O Orador: ... em todas as ilhas da nossa região, estudos esses que decorreram no passado ano 2014, entre os meses de outubro e novembro, e desse censo resultaram alguns números, que tenho muito gosto em facultar.

Estimaram-se que na região existiam, nessa data, cerca de 20 mil indivíduos, quando em 2004, cerca de 10 anos antes (perdão), apenas existiam 14 mil indivíduos. E apontava também para as ilhas mais sensíveis, que eram, de facto, a ilha do Pico e as ilhas Terceira e Graciosa, onde as densidades por quilómetro quadrado estavam em 15 avos por quilómetro quadrado, conforme disse, enquanto a média regional é de apenas 8. Portanto, está aqui a justificação e o fundamento para que esse despacho tivesse sido produzido.

Mas nós não estamos ainda satisfeitos e naturalmente que continuaremos com uma política de proteção das aves que constam desta lista, iremos intensificar os estudos não só para o pombo torcaz, mas também irão ser incluídos nos censos, nos próximos três anos, o melro-preto, o pombo das rochas, a rola turca e o milhafre.

É, pois, fácil de identificar e de perceber uma postura coerente, responsável...

Deputada Zuraida Soares (BE): Lá coerente é!

O Orador: ... por parte do Governo Regional, conseguindo, desta forma, encontrar equilíbrios entre aquilo que é a preservação das espécies protegidas e

aquilo que são também os interesses dos agricultores desta região, que me parece que, por aquilo que a Sra. Deputada referiu, não estará certamente muito preocupada.

Mas esta coerência que o Governo tem tido nas suas atuações não parece ser a coerência que o Bloco de Esquerda diz ter, se não vejamos.

No passado dia 12 de março, há apenas quatro meses, quando, nesta Casa, foi aprovado o Plano Integrado de Controlo das Pragas e das Espécies Protegidas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma boa proposta do PSD!

O Orador: ... o Bloco de Esquerda votou a favor e no preâmbulo dessa resolução estão identificados os animais... Perdão! Espécies protegidas e pragas. A senhora não estava cá, mas foi isso que esteve aqui em debate.

Deputada Zuraida Soares (BE): As espécies protegidas também se podem tornar pragas!

O Orador: E na exposição de motivos desta resolução vem lá expresso as espécies que estão incluídas.

E permita-me também ler o preâmbulo, em que diz: “Espécies como o pombo torcaz, o pombo comum, o melro-preto, o pardal, o rato, o coelho, as gaivotas, as térmitas da madeira seca, os mais variados insetos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ou seja, tudo o que mexe!

O Orador: ... entre outros animais cujas populações crescem sem controlo por falta de predadores naturais e de medidas integradas de controlo populacional, são, hoje um flagelo com grandes consequências a nível dos transtornos que causam às pessoas, às suas atividades, bem como ao nível dos desequilíbrios ambientais que provocam”. O Bloco de Esquerda votou a favor.

Deputado André Bradford (PS): Já se arrependeu!

Deputada Zuraida Soares (BE): Pragas!

Deputado António Parreira (PS): E das espécies protegidas!

O Orador: Não. Pragas e espécies protegidas. Estava tudo discutido no mesmo diploma.

Na ocasião desta discussão, e a Sra. Deputada não estava cá, mas estava uma outra deputada do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Cláudio Lopes, que também está aqui presente, referiu, em termos elogiosos, a emissão destes dois despachos,...

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: ... e referiu em concreto que eles vinham no interesse manifestado pelos agricultores da ilha do Pico e, inclusivamente, recomendou, se bem se recorda, concordando com o período temporal a que eles dizem respeito, propôs que fosse estudada a possibilidade de os alargar a uma área mais, à totalidade, penso que foi o termo, da ilha do Pico. O Bloco de Esquerda nada referiu sobre esta matéria, portanto, quem cala consente, penso que terá, naturalmente, concordado.

Hoje, vem o Bloco de Esquerda pôr em causa a posição que tomou aqui, no dia 12 de março,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não vem! Eu estou a por em causa é a sua posição, Sr. Secretário, não é a do Bloco de Esquerda!

O Orador: ... bem como a posição do líder deste partido, que interveio nesse Plenário e disse que considerava as pragas das térmitas, dos ratos e dos pombos das que mais assolam a região.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraída Soares)

O Orador: Então? Mas foi isso que disse.

Acrescendo a este comportamento perfeitamente errático do Bloco de Esquerda, o Bloco labora um tremendo equívoco, confundindo o âmbito dos Despachos 1075, 2015, que se restringe apenas a uma propriedade da ilha Terceira,

requerida pelo seu proprietário, no uso dos seus direitos e em pleno cumprimento da legalidade, e denota, conforme também, eu penso que tivemos todos oportunidade de referir, um inaceitável desconhecimento do quadro legal vigente do que é a caça, do que são controlos de densidade e, portanto, penso que o Bloco de Esquerda...

Deputada Zuraida Soares (BE): Desconhecimento do que é a caça!

O Orador: ... denota essa perfeita confusão.

O Governo, com tudo isto que eu estou a dizer, não acompanha, naturalmente,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Naturalmente!

O Orador: ... o entendimento de que o pombo torcaz deve deixar de ser uma espécie protegida. É e, naturalmente, continuará a ser, se for esse sempre o entendimento, como sucedia... E queria também aqui referir que o pombo torcaz, em tempos idos, foi considerado uma espécie sinérgica e foi também fruto de uma discussão aqui, nesta Assembleia, em 2012, que procedeu a esta alteração, a esta proteção a esta ave.

Portanto, Sra. Deputada Zuraida Soares, o Governo tomou e toma e tomará as medidas necessárias a que se proceda com racionalidade ao controlo da densidade das espécies protegidas, nas quais, naturalmente, se inclui o pombo torcaz, mas também não esquece, nem pode nem deve, o equilíbrio que deve ser encontrado entre a proteção das espécies e aquilo que são as condições que os agricultores desta região têm de ter para poderem produzir em condições, para poderem ter o seu rendimento, para poderem criar emprego e para poderem criar riqueza para esta região, coisa que, permita-me referir, não parece que a senhora esteja muito preocupada com o conteúdo desta proposta que traz aqui ao debate.

Deputada Zuraida Soares (BE): Porquê, Sr. Secretário? Por que é que não estou preocupada? O senhor está a exceder-se um bocadinho!

O Orador: Portanto, nós, em termos de conclusão, eu queria referir que os Despachos 378 e 1057 foram emitidos no absoluto respeito pela lei vigente, tanto a lei regional, como as diretivas comunitárias que o Bloco de Esquerda alega que foram feridas – não é verdade –, e fê-lo e fá-lo-á sempre no futuro no respeito por estes dois conjuntos de circunstâncias, que é a proteção das espécies protegidas, o controlo das suas densidades, no respeito pelas condições que os agricultores desta região devem ter.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputado Berto Messias (PS): Vai anunciar a retirada do diploma!

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Se eu puder falar,...

Deputado Berto Messias (PS): Tenho muito gosto em ouvi-la!

A Oradora: ... anuncio alguma coisa, se eu não puder falar, não falo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente falou, falou, falou, falou, falou, mas só disse uma coisa, é que desde fevereiro...

(Burburinho da Câmara)

A Oradora: ... deste...

Deputado António Parreira (PS): Só uma?

A Oradora: Se vamos recomeçar, Sra. Presidente...

Disse uma coisa muito importante, é que desde fevereiro de 2015, altura em que foi publicado o Despacho 378, até aos dias de hoje, até ao dia de hoje, só uma pessoa, no caso dos Biscoitos, pediu autorização para usar da prerrogativa que lhe é dada neste despacho, não estou a, não... Sr. Secretário Regional da Agricultura, eu tenho que lhe perguntar isto: uma afirmação de que há um conflito de interesses, alegadamente, entre os agricultores da vinha e o excesso de aves, que, no caso, são protegidas, há um conflito de interesses, o Governo tem que pôr cobro a esse conflito olhando de, uma forma equilibrada, para os interesses de um lado e para os interesses do outro, e o Sr. Secretário vem-me dizer que essa tal excessiva praga dos pombos, afinal, só fez com que, entre fevereiro e julho, houvesse um agricultor, não dois, nem três, nem quatro, nem vinte, um agricultor dos Biscoitos a pedir autorização para usar da prerrogativa (ainda não acabei) que lhe é dada no Despacho 378. E coisa curiosa, Sr. Secretário (vou continuar), é que o mesmo agricultor, e o único que, pelos vistos, se queixa (o único na região) de que tem este problema, de acordo com o despacho de que estamos a falar, o único na região, de acordo com o despacho, que se queixa...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): Já lá vamos!

A Oradora: ... já se queixou em 2013, já se queixou em 2014 e agora queixa-se em 2015, e das três vezes que se queixou, o Governo autorizou-o a caçar.

E agora eu pergunto-lhe, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente. Duas conclusões inevitáveis: afinal, não há conflito de interesses nenhum, há apenas um interesse de um agricultor dos Biscoitos; segunda conclusão inevitável para qualquer pessoa com o mínimo de bom senso, aquilo que os senhores têm vindo a fazer, nomeadamente a sua Secretaria, é coisa nenhuma, porque este senhor, que é o mesmo há três anos, tem-se queixado sempre do mesmo. E, portanto, os senhores não vão agora, como diz o Sr. Diretor

Regional do Ambiente, na segunda nota do GaCS, iniciar uma experiência quase que piloto com várias formas de afugentar de natureza ecológica, porque isso já o deviam ter feito há três anos, quando o único (o único!) agricultor que usufrui da prerrogativa que é dada por este despacho é o mesmo há três anos e é dos Biscoitos.

Esta é a primeira nota que queria deixar clara.

Segunda nota que quero deixar clara.

O Governo Regional tem que, de uma vez por todas, deixar de discutir, neste Parlamento, as figuras regimentais que cada partido utiliza para se dirigir a ele.

Deputado André Bradford (PS): O Governo não pode referir a sua opinião?

A Oradora: Não pode! Não pode!

A pessoa aqui dentro que pode questionar as figuras...

Presidente: Srs. Deputados!

A Oradora: ... está sentada naquela Mesa e é a Presidente da Assembleia...

Deputado André Bradford (PS): E os outros não têm opinião!

A Oradora: ... Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Não é um membro do Governo que vem dizer a qualquer deputado ou deputada desta Casa o que pode ou não pode fazer em termos de iniciativa.

Deputado André Bradford (PS): Não pode porquê?

Deputado António Parreira (PS): É a sua opinião!

Presidente: Srs. Deputados! A Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

A Oradora: É a terceira nota que lhe quero deixar, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente. Mas há mais!

Há outra nota ainda que lhe quero deixar.

O Sr. Secretário leu, e bem, algumas partes do DLR n.º. 13/2012/A, que no seu artigo 65, “Correção da densidade populacional”, no ponto 1, diz assim: “Pode ser autorizada a realização de operações de correção populacional quando se

verifique que a densidade populacional de uma espécie protegida é localmente excessiva...”, mas esqueceu-se de ler o resto, “... desde que não exista alternativa satisfatória”. Está escrito aqui!

Oh, Sr. Secretário Regional, há três anos, desde que este agricultor dos Biscoitos pediu, pela primeira vez, autorização para isto que tinha que haver uma alternativa satisfatória ou então o Governo anda a dormir, Sr. Secretário.

Deputado André Bradford (PS): Isso a senhora pode dizer, que o Governo anda dormir, já pode dizer!

A Oradora: Só agora é que se lembrou, só agora, em fevereiro de 2015, é que se lembrou de vir com este “despachozinho”, que, por acaso, Sr. Secretário, por mero acaso, é só para uma pessoa.

Há uma praga de pombos, mas este despacho é só para uma pessoa, há três anos consecutivos, Sr. Secretário.

Depois, ainda dentro do mesmo DLR, dizer-lhe o seguinte. No ponto 3, do mesmo artigo 65, diz assim: “Os métodos de abate devem, sempre que possível, ser substituídos por métodos de controlo da fertilidade, não podendo em qualquer caso, a, b, c [interessa agora, aqui, a c] o abate de fauna ser cruel ou passível de infligir sofrimento desnecessário”.

Para acabar esta intervenção, digo-lhe o seguinte, Sr. Secretário, a última pergunta. Como é que se abate e como é que se caça? É com cócegas ou é com uma espingarda?

Deputado Berto Messias (PS): Cócegas?!

A Oradora: Sim! É que o senhor disse que eu não sabia o que era a caça. Como eu não sei o que é a caça, eu agradecia que o senhor explicasse como é que se caça, se é fazendo cócegas aos passarinhos ou se é com uma arma.

E em segundo e último lugar, perguntar-lhe o seguinte. Sabe o que é que isto parece, Sr. Secretário Regional?

Para os açorianos e açorianas que nos estejam a ver, isto não parece um despacho feito para os agricultores que, de facto, se confrontam com pragas, desde os ratos até aos pombos, passando pela térmitas, de uma maneira geral, toda a população das nossas ilhas, com algumas exceções, não parece feitos para eles, parece feito para uma coutada, mas as coutadas acabaram neste país em 1975, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente,...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade! Ainda há!

A Oradora: ... e os açorianos e açorianas não percebem que haja um despacho para uma pessoa que, há três anos, usufrui, sempre uma e a mesma, e que afinal essa grande praga não leve mais nenhum agricultor a usufruir das prerrogativas que este despacho lhes concede.

Para o Bloco de Esquerda, Sr. Secretário Regional, e penso que aos olhos dos açorianos e açorianas, está tudo dito.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado André Bradford (PS): A senhora, todos os plenários, arranja uma vítima! Olhe, até já sei quem é!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, já sabe quem é?

Deputado André Bradford (PS): Já!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Rendeiro possa fazer a sua intervenção.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Deve ter cartão!

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não tem!

O Orador: Posso, Sra. Presidente?

Tentando recentrar o debate naquilo que é mais importante, se mais não fosse por outra razão, este debate voltou a frisar a importância do documento que, em nome do PSD, apresentei há uns meses, que visava a temática do controlo das populações, quer das pragas, quer de algumas espécies protegidas, cujos números atingiram dimensões que vieram a causar prejuízos graves a algumas das nossas atividades económicas mais importantes.

E, portanto, entendo que os objetivos do Bloco de Esquerda são legítimos e o público-alvo também é claro, mas há que ter em conta a dimensão do problema que aqui se está a tratar. E, de facto, Sra. Deputada Zuraída Soares, não é de caça que aqui se está a tratar.

Compreendo a argumentação que o Bloco de Esquerda aqui trouxe, mas não é caça. E a Sra. Deputada sabe bem que não é caça. Se devia ser ou não deveria ser caça, essa já é outra discussão que é, igualmente, pertinente, sobretudo no caso do pombo torcaz, e essa discussão, mais cedo ou mais tarde, terá que ser feita, dada a necessidade do recurso ao abate dos animais para controlar a sua população e o que fazer aos animais abatidos. E, portanto, se devia, de facto, assumir-se a caça com as limitações e as condicionantes que uma espécie cuja população tem que ser controlada, porque é uma espécie característica da região ou se será o controlo populacional por abate, essa é outra discussão que deve ser feita. E acho que é possível estabelecer-se um equilíbrio adequado entre conservação e proteção de uma espécie e o controlo das respetivas populações. Não são questões antagónicas, são questões que podem estar em equilíbrio, até porque controlo da população também não é sinónimo de extermínio, apesar de se poder e, em muitos casos, se dever recorrer ao abate.

O Governo decidiu a forma de correção destas populações com o recurso ao abate nestas circunstâncias que os despachos aqui já referidos caracterizam. Definiu também a época e os locais onde estas correções populacionais se podem fazer. O PSD, de facto, discorda deste método, mas pelo facto de

achamos que ele é pouco abrangente e já vou explicar. Estas correções populacionais deviam, e como disse, e muito bem, o Deputado Cláudio Lopes, no debate do projeto de resolução do PSD quanto à correção das populações de pragas e de algumas espécies protegidas, ser mais ambiciosas e deviam ser à escala de ilha e não restringidas apenas às parcelas de alguns proprietários, até porque basta que ao lado de uma vinha exista um proprietário menos cuidadoso que não proceda ao controlo das populações para que qualquer ação pontual do proprietário mais preocupado passe a valer zero, porque ao primeiro ruído, sinal sonoro, tiro, o que quer que seja, os animais fogem e vão posar noutra sítio, tornando ineficientes as medidas de correção, inclusivamente aquelas com recurso a arma de fogo.

O elevado número de animais destas espécies é uma absoluta evidência, neste momento, e só quem não tem nenhuma ligação às atividades produtivas é que pode contestar esta evidência. É uma evidência e nós que contactamos com as associações de produtores, com os agricultores, com as cooperativas vitivinícolas conhecemos bem o drama que é para um produtor investir o que tem e, às vezes, o que não tem, porque tem que recorrer ao crédito, para poder ter uma produção, para poder ter o resultado digno do seu trabalho e ver essa produção destruída, afetada, prejudicada, porque há uma qualquer espécie animal, incluindo algumas que beneficiam de medidas de proteção, que põe em risco todo o fruto do seu trabalho. Agora, a forma de atuar, essa, sim, deve ter uma base mais científica do que esta que o Governo escolheu. Também temos que assumir, porque a forma de atuar e de corrigir populações não pode ser feita a olho e mediante a solicitação de um proprietário. Tem de ser feita segundo critérios rigorosos científicos, tais como aqueles que foram sugeridos aquando da apresentação do projeto de resolução do PSD. E, de facto, a proteção das espécies deve estar em constante equilíbrio com a proteção da população humana e das suas atividades. Não vamos só pensar nas espécies protegidas e

esquecer as pessoas. Nós, de facto, temos que ter em conta a proteção das espécies da região e a qualidade ambiental e sustentabilidade ambiental da região, as preocupações que a Deputada Zuraida Soares aqui traz, de facto, são legítimas e também são preocupações que temos, mas não podemos esquecer a preocupação que temos que ter com a atividade económica açoriana. E, neste momento, que é um momento de crise, que é um momento em que as pessoas têm dificuldade em ter receitas, em ter mais-valias, em criar empregos também no setor produtivo, também temos que jogar com todas estas questões e, neste momento, a preocupação com as pessoas não pode ser inferior à preocupação com as espécies protegidas, tem que estar equilibrado, temos que jogar com estes fatores todos ao mesmo tempo.

E, neste momento, o crescimento populacional das espécies em questão é um fator que causa prejuízos elevadíssimos à agricultura, à pecuária e à viticultura regional. Aqui foi falada só a questão das vinhas, mas para os criadores de gado desta região, sobretudo aqueles que têm que distribuir um fator de produção caríssimo, que são os alimentos concentrados à manjedoura, qualquer criador, qualquer produtor pecuário sabe que o custo que tem com os pombos, por exemplo, é o equivalente a ter, às vezes, mais dois, três e mais animais na sua exploração. É um custo significativo e há que ter em conta estas dificuldades dos nossos produtores agrícolas, que são a nossa principal fonte de riqueza: é a atividade primária.

Quando aqui discutimos o projeto de resolução do PSD que visava o controlo das populações, discutimos isto (discutimos isto!). Nós tivemos a oportunidade de fazer este debate aqui e como disse o Sr. Secretário Regional, e bem, o projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Não podemos também ser ingénuos. O controlo das densidades populacionais de espécies animais, sejam elas quais forem, faz-se com recurso ao abate. Todas as outras medidas são medidas que, ao fim de algum tempo, levam à habituação

por parte das espécies animais visadas, o que faz com que essas medidas sejam rapidamente ineficazes.

Deputado Duarte Moreira (PS): É verdade, sim, senhor!

O Orador: Agora, o abate deve ser estudado, deve ser criterioso, deve ser seletivo, não deve ser um abate empírico, como aquele que estes despachos do Governo Regional também permitem.

Os despachos do Governo, apesar de merecem estes reparos por parte do PSD, são melhores do que nada, mas a correção das populações deve, de facto, ser feita não apenas neste ou naquele terreno deste ou daquele proprietário e devido a esta forma de atuar, pontual e a pedido, é que, em vez de ser uma atuação global, é que tem falhado todas as medidas de controlo das espécies animais com populações excessivas na região. Ou seja, o Governo fica à espera que seja o proprietário a pedir uma correção de população, a pedir uma redução do número de pombos, a pedir a redução do número de ratos, a pedir o que quer que seja, e não. O PSD defende que essa ação das entidades oficiais deva ser uma ação mais proactiva, deve haver um planeamento estratégico regional, para que depois não assistamos ao triste espetáculo que temos visto na região, nomeadamente no caso do combate à praga dos ratos, que é Governo e Associação de Municípios andarem aqui num jogo de passa culpas de ver quem é que falhou ou quem é que devia ter combatido esta ou aquela praga animal.

E, portanto, Sra. Deputada Zuraida Soares, compreendendo a legitimidade da sua argumentação e a preocupação com as espécies protegidas da região, que é uma preocupação que todos nós temos e que todos devemos ter presente, porque, de facto, é de equilíbrios que se deve fazer a boa governação, entendemos que o não fazer nada não é solução, que as medidas que o Governo tem são melhores do que nada, mas na opinião do PSD deviam ainda ser mais abrangentes e o facto de só ter havido um proprietário a solicitar medidas de controlo de população só dá razão ao PSD quando diz que o Governo tem de ser

proactivo, que as entidades responsáveis têm, elas próprias, de ter os seus planos de atuação e de controlo das populações, porque senão as medidas falham e os falhanços que temos assistido na governação regional no controlo das pragas, das populações de espécies e animais que, neste momento, gozam de proteção e que estão a causar graves prejuízos à região e aos nossos produtores falham porque, de facto, tem que haver proactividade, não pode haver uma governação reativa, tem que haver uma governação proactiva.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vem o Bloco de Esquerda propor a esta Assembleia que recomende ao Governo a revogação de dois despachos da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente que autorizam as operações de correção de densidade populacional de três espécies protegidas dos Açores, pombo torcaz, o melro-preto e do estorninho, nas ilhas da Terceira e do Pico.

Diz também o Bloco de Esquerda que esta é uma infração clara à Diretiva Aves, porque protege, nos vários anexos, estas espécies.

Primeiro que tudo, gostava de deixar claro que esta diretiva, como também acho que já ficou aqui mais ou menos expressa, não se aplica diretamente à região, portanto nós não podíamos estar a fazer uma infração à Diretiva Aves se nós temos aqui uma legislação regional aprovada, nesta Casa, que já falamos dela, o DLR 15/2012/A, e por isso considera o Grupo Parlamentar que devia ter sido

esta, mas essa é uma responsabilidade sua, sem dúvida, mas que devia ter sido esta a legislação a invocar e não uma diretiva.

Mas se quer ir à diretiva, também podemos ir. Podemos ir à diretiva e ver que, no artigo 9º, existe a possibilidade dos Estados-Membros procederem à derrogação das proibições das proteções que estão expressas na diretiva.

Uma derrogação por definição é (uma definição mais jurídica) “a anulação em partes de uma lei realizada por uma autoridade competente”. E o que se vê nas derrogações é que é possível fazer uma derrogação sempre que estejam em causa danos importantes às culturas, ao gado, às florestas, à pesca e às águas. Ou seja, mesmo que tivéssemos a aplicar a diretiva, existia a possibilidade de fazer uma derrogação desta diretiva, ou seja, era possível, num período de tempo, nos termos da diretiva, fazer uma correção da densidade populacional de espécies protegidas. Ou seja, estes despachos da Secretaria estariam em conformidade com esta diretiva.

Também gostava de dizer que me estranha um pouco vir aqui a Sra. Deputada falar sobre esta questão quando (e também já foi aqui falado), no âmbito do diploma do controlo de pragas, da resolução para estabelecimento de controlo de pragas nos Açores, a deputada que estava a substituí-la, julgo eu, a Deputada Lúcia Arruda,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Julga e julga bem!

A Oradora: ... aprovou esta iniciativa por unanimidade, reforçando, e gostava de reforçar o que alguém já referiu sobre isso, que o pombo era também uma praga nos Açores. E, portanto, estranho ver esta...

Deputado André Bradford (PS): Mas isso é outra facção do Bloco de Esquerda!

A Oradora: ... iniciativa entrar aqui, na Assembleia, quando, há uns meses, concordaram que esta era uma questão importante e considerada uma praga para os Açores.

Mas vamos ao DLR, o DLR que nós aprovamos, aprovado nesta Casa, que enquadra, como já se disse, o artigo 65, e que se era assim tão mau fazer uma correção de densidade populacional, por que é que o Bloco de Esquerda, na altura, não fez uma proposta de alteração que evitasse esta situação?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Não o fez, absteve-se neste diploma, absteve-se neste artigo e, por isso, não sei a legitimidade. Para legitimar, todos temos, mas estranha-me ver trazer esta questão, nestes moldes, nesta Casa.

Ou seja, pela legislação que existe, e eu vou-me escusar de referir a legislação e o decreto e o artigo 65, porque o Sr. Secretário também já o fez, define todos os métodos e toda a metodologia e todo o procedimento que tem de ser tomado para que seja possível proceder-se a uma correção de uma densidade populacional.

Portanto, estes dois despachos aqui publicados estão perfeitamente enquadrados na legislação em vigor, são legais e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que deverão manter-se legais e em vigor até ao dia 15 de setembro de 2015, que é a data que extingue a sua vigência e como forma de se continuar a apostar, na nossa e na aposta do Governo, numa aposta clara na proteção do ambiente, na proteção da cultura da vinha dos Biscoitos e do Pico e que nós não abdicamos.

Evoca também a resolução do Bloco de Esquerda que está subjacente que pode estar em causa a classificação do património cultural da cultura da vinha do Pico.

Ora bem, um dos critérios para atribuição desta classificação pela UNESCO é, efetivamente, a paisagem da cultura da vinha e que seja mantida esse maneio, esse manuseamento da vinha.

Estes despachos não prejudicam em nada, Sra. Deputada, e no entender do Grupo Parlamentar do PS, essa classificação nem essa paisagem protegida, mas,

pelo contrário, beneficiam a manutenção da cultura da vinha, a manutenção da paisagem e contribuem de uma forma muito expressiva para a gestão dessa área protegida.

E na sua proposta refere também que um dos pressupostos será o desenvolvimento sustentável que essa mesma área protegida, que essa mesma paisagem da cultura da vinha do Pico, classificada pela UNESCO, deve ter como pressuposto. No entanto, Sra. Deputada, o desenvolvimento sustentável não é proteção do ambiente, não é só proteger o ambiente e as aves e tudo o que está lá em termos ambientais. O desenvolvimento sustentável é, sim, o equilíbrio entre a componente ecológica, a componente social e a componente ambiental. Só desta forma é que um desenvolvimento sustentável é possível. Se naquela área só se proteger as aves ou só se proteger as endémicas, não vamos ter pessoas lá a trabalhar, não se respeita a componente social, e não vamos ter uma atividade económica, que se quer cada vez maior e cada vez melhor para a nossa região.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não será esta a medida do Governo Regional que irá pôr em causa ou prejudicar o desenvolvimento sustentável desta área.

Também não sei se podia aconselhá-la a estudar talvez mais um pouco sobre ecologia das populações ou dinâmica das populações. Se calhar, podia ser um bom contributo para este entendimento.

Mas estes despachos não aparecem de um modo avulso nem aparecem como a única forma de proteção destas vinhas, das vinhas dos Biscoitos ou do Pico.

O Governo Regional implementou, e já foi aqui também referido, um conjunto de outros mecanismos, que não vou especificar todos, mas que levam a que este recurso ao abate ou à correção de densidade populacional a aplicar a partir destes despachos seja, no fundo, o último recurso que exista. E o Governo Regional implementou, como disse, medidas na ilha do Pico, na ilha Terceira,

nomeadamente na paisagem da vinha do Pico e nas vinhas dos Biscoitos, que irão potenciar e irão impedir, de certa forma, ou tornar este método como o último método a respeitar, porque existem outros métodos não letais, que o Sr. Secretário já teve a oportunidade de referir, que são, sem dúvida, a prioridade.

Por fim, gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aprovará esta iniciativa, em consciência e em coerência, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista continuará a apostar nas pessoas, nos agricultores, no desenvolvimento sustentável dos Açores, continuará a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para proteger estas áreas protegidas, mas de um modo integrado, não de um modo fundamentalista ou ambientalista. Vamos olhar para as pessoas, porque as pessoas têm que viver neste mundo, Sra. Deputada.

E ficava-me por aqui. Obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, quando vi a sua iniciativa, olhei para ela como mais uma iniciativa fundada no radicalismo a que a senhora já nos habituou, sobretudo quando se trata de questões ambientais, em que a senhora manifesta uma clara dificuldade entre equilibrar aqueles que são diversos interesses em jogo. Porque, sabe, além das plantas e dos animais, na terra também vivem seres humanos.

Achei graça, quase que me comoveu a forma como fez aqui a sua exposição, mas, de facto, já não posso achar graça nem comover-me quando a Sra. Deputada, de forma reiterada, utiliza como recurso político a suspeição, a

insinuação, a intrigazinha, não hesitando em pôr em causa o bom nome das pessoas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: E permita-me que lhe diga, Sra. Deputada, o facto de exercer esse mandato nesta Casa dá-lhe responsabilidade, não dá o direito de vir aqui, sempre que entende, gratuitamente, levantar suspeições sobre tudo e todos. A sua moral, Sra. Deputada, não é melhor do que a moral dos outros e a sua ética, pelos vistos, também não.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Começo exatamente pelo fim, pela Sra. Secretária Regional, para lhe dizer o seguinte.

A suspeição, a insinuação e a intrigazinha é uma característica da atuação do Governo Regional dos Açores...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É preciso ter lata!

Deputado Duarte Moreira (PS): Não apoiado!

A Oradora: ... neste momento, porque quando eu pergunto ao Sr. Secretário Regional...

Eu ouvi-a, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Foi um aparte!

A Oradora: Não ouviu uma palavra da minha boca! Agora, peço-lhe que faça o mesmo, por uma questão de ética! Por uma questão de ética!

Quando eu pergunto ao Sr. Secretário Regional quantas pessoas usufruem, nesta região, desta diretiva,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Diretiva?

A Oradora: ... o Sr. Secretário Regional (deste despacho) responde-me: uma.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Foi quem requereu!

A Oradora: Uma! Há três anos que usufrui.

Bom, então, primeira conclusão. Se é apenas uma pessoa, não há aqui um problema de natureza económica, não há uma praga.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Porque esse despacho foi emitido! Se não percebe é porque não quer!

A Oradora: O projeto de resolução do Bloco de Esquerda não fala de ratos, nem de térmitas, nem de bichinhos que andam por aí a mais, não! Fala de espécies de aves protegidas e que se a situação é assim tão grave como as Sras. e os Srs. Deputados e o Sr. Secretário e a Sra. Secretária querem fazer crer, têm que explicar aos açorianos e açorianas como é que nenhum agricultor usufrui deste despacho a não ser um. Isto não é uma praga, Sr. Secretário. Desculpe, não é uma praga coisa nenhuma! Ninguém entende que o seja.

Mas vamos continuar.

Disse também, penso que foi a Sra. Deputada Bárbara Chaves...Não! Por acaso, foi a Sra. Secretária, o radicalismo,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Disse, disse!

A Oradora: ... aquelas coisas... Bom, então, eu vou dar-lhe três exemplos de radicalismo.

Há uma personalidade nesta região, bastante conhecida pelas suas diversas atividades profissionais e por ser um caçador de excelência, um verdadeiro caçador, com preocupações ambientais comprovadas e que a público tem vindo

muitas vezes a dar nota dessas preocupações, que assinou uma petição que corre, neste momento, na internet, e esse senhor, que se chama Dr. Gualter Furtado, ao assinar esta petição, fez um comentário, Sras. e Srs. Deputados, e o comentário é este: “Sou caçador há mais de 50 anos. Considero a autorização para abater estas aves nos Açores um retrocesso civilizacional”.

Eu, daqui desta bancada, quero dizer ao Sr. Dr. Gualter Furtado que ele é um radical (um radical!), na opinião do Governo Regional.

Mas vamos continuar.

Disse também o Sr. Secretário Regional que eu não sabia o que era a caça, a caça era uma coisa... Mas depois veio o Sr. Deputado Rendeiro e ajudou à compreensão, é abate! E abate com quê? Com arma de fogo, já se sabe! Então como é que havia de ser o abate? É arma de fogo! Ora, abate com arma de fogo, eu peço imensa desculpa aos Srs. e às Sras. Deputadas, mas no meu vocabulário, eu, que não sou uma especialista na matéria, chamo-lhe caça.

Depois, diz a Sra. Deputada Bárbara Chaves para eu estudar o assunto. Oh, Sra. Deputada, deve dar esse conselho ao Governo Regional, que anda há três anos com um agricultor pendurado, que anda a abater aves com armas de fogo, e que ainda não conseguiu, em três anos, descobrir uma forma, não que não tenha armas de fogo, para pôr fim àquilo a que os Srs. e as Sras. Deputadas, nomeadamente do PSD, do PS e o Sr. Secretário chamam uma praga, quando, afinal, é apenas uma pessoa.

Mas vamos continuar. Ainda não acabámos.

Densidade populacional exorbitante. Está comprovado que não há nenhuma densidade populacional exorbitante destas três espécies de aves. Não é as pragas do projeto do PSD, é destas três espécies de aves protegidas, do projeto de resolução do Bloco de Esquerda. Não há nenhuma densidade populacional excessiva, porque não há ninguém que se queixe, nem que usufrua desta

diretiva. Vamos lá a ver se nos entendemos e se isto... Quer dizer, as coisas fazem sentido, a demagogia tem limites...

Deputado José San-Bento (PS): Olhe só quem fala!

A Oradora: ... e a tática política também.

Vamos continuar.

É, é.

Vamos continuar.

Quercus nacional. A Quercus nacional juntou-se aos cidadãos dos Açores que lançaram esta petição que o Dr. Gualter Furtado assinou e, no apelo à defesa da avifauna dos Açores, diz o seguinte.

(Pausa)

Deputado José San-Bento (PS): Continue, Sra. Deputada!

A Oradora: Quando eu entender.

Deputado José San-Bento (PS): Diga?

A Oradora: Quando eu entender.

Diz o seguinte a Quercus: “O Governo Regional dos Açores decidiu permitir, pela primeira vez, o abate de três espécies de aves protegidas dos Açores: o pombo torcaz, o melro-preto e o estorninho, em zonas de cultura da vinha das ilhas do Pico e da Terceira, de acordo com os Despachos 378/2015 e 1057/2015. Estas aves nativas dos Açores são únicas no mundo e possuem um elevado valor natural, desempenhando um papel fundamental na manutenção dos frágeis e ameaçados ecossistemas insulares”. E mais à frente: “Estas subespécies são só existentes no nosso arquipélago e a sua conservação é fundamental e deve ser motivo de orgulho para todos os açorianos”. E mais à frente conclui, dizendo o seguinte: “Os possíveis e eventuais danos criados sobre as culturas pela fauna nativa devem ser minimizados por métodos não

violentos, dos quais existe uma grande variedade, desde os mais tradicionais até aos mais inovadores, como são, por exemplo, as culturas alternativas, as proteções com redes ou a utilização de diversos dispositivos afugentadores e quando tal não for possível, os agricultores deveriam ser compensados pela perda de rendimentos provocados” pelas tais pragas do projeto de resolução do PSD, mas não pelos passarinhos do projeto de resolução do Bloco de Esquerda, que, afinal, não são praga nenhuma, porque só há uma pessoa, nesta região, que está incomodada com eles.

Para já, fico por aqui.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Esta questão trazida aqui, hoje, pelo Bloco de Esquerda, no sentido de garantir três das nossas espécies autóctones, é um assunto delicado e é verdade que se o diga, porque encerra um conflito de interesses entre várias partes.

Logo, e em primeiro lugar, e como todos aqui já disseram, em relação aos enormes prejuízos que isso tem causado na agricultura por estas espécies.

Como é chamado à atenção pela Sra. Deputada Zuraída Soares, levantando a questão da vinha do Pico, que é considerada Património Mundial da Humanidade, e que, como tal, não deveria ser feito o abate ou a caça ou o que quer que seja a espécies naquela área.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é! Não há pedidos para isso!

A Oradora: A verdade é que se existe um desequilíbrio de dinâmicas populacionais que não existia no passado, em que no passado a vinha do Pico foi mantida naturalmente sem necessidade de nenhuma intervenção e, hoje, se considera que é necessária uma intervenção para haver uma manutenção da

vinha, algo se alterou. E isto são tudo sugestões, aliás, como a maior parte da discussão que tem sido feita aqui, é por indicação de sugestão de avaliação.

Se deixar de haver vinha, deixa de ser património cultural da vinha. Pode passar a ser património tipo de cultura, das curraletas, que também são muito interessantes, mas de vinha já não será necessariamente.

E por último, e obviamente, e não menos importante, a proteção de espécies autóctones da região. E se é verdade aquilo que é dito na parte resolutiva desta iniciativa, ou seja, que falta sustentação científica, pois não são conhecidos quaisquer inventários, nenhuma avaliação minimamente rigorosa dos prejuízos que estas espécies causam na agricultura, eu devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que é igualmente verdade que não existem resultados de estudos que nos digam como é que está a dinâmica das populações destas espécies.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está aqui!

A Oradora: A Sra. Deputada diz que de certeza que não é muito, porque ninguém pediu.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não sou eu que digo, é o Sr. Diretor Regional do Ambiente!

A Oradora: Mas eu quero ver resultados de estudos.

A Sra. Deputada diz que não há estudos nem sustentação científica...

Deputada Zuraida Soares (BE): E não há!

A Oradora: ... nem dados.

Não há! é verdade! Mas é igualmente verdade que não temos uma avaliação da dinâmica de população nem do efeito que esta autorização do Governo (como é que é dito?) a uma operação de correção destas populações, se, efetivamente, delapidou estas espécies e elas estão em risco.

E, portanto, a não ser que a Sra. Deputada Zuraida Soares tenha resultados e valores concretos sobre dinâmicas de população, sobre o efeito que esta autorização de correção de populações tem nas espécies, que tenha havido um

decréscimo enorme na população que a ponha, efetivamente, em risco, eu devo dizer que o CDS-PP não se sente em condições de decidir com rigor se existe, efetivamente, um conflito de interesses e qual a forma mais correta e mais justa de o resolver.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*):

Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de recentrar novamente o debate naquilo que são os motivos da proposta do Bloco de Esquerda, concretamente no que à eficácia, se me permitem dizer assim, dos despachos diz respeito.

Mas antes disso, dizer que o Governo tem plena consciência do que são espécies protegidas. O pombo torcaz não é, naturalmente, uma praga, está classificada, neste momento, como espécie protegida, e é nessa base que o Governo desenvolve, conforme tive oportunidade de referir na minha intervenção inicial, toda a sua estratégia de controlo, junto com os agricultores, das densidades dessa ave.

Permita-me, por isso, Sra. Deputada Zuraida Soares, dizer que o Governo não emitiu esses despachos para satisfazer as pretensões de um, ou dois, ou três agricultores,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Um, Sr. Secretário!

O Orador: ... o Governo emitiu esses despachos, e repare, o despacho foi emitido em janeiro e produz efeitos entre 15 de junho e 15 de setembro, portanto, começou a produzir efeitos há pouco mais de duas semanas, ou três semanas, melhor dizendo, e, portanto, é a esse período que se deve reportar. Aconselho-a agora a analisarmos no findo do período de efeitos do despacho para aquilatarmos da sua eficácia.

Deputada Zuraida Soares (BE): E os outros que estão para trás, Sr. Secretário?

O Orador: A senhora não leu bem o despacho. O despacho diz que a caça é permitida, o abate das espécies referenciadas é permitido no período de 15 de junho a 15 de setembro, e não é desde janeiro.

Deputada Zuraida Soares (BE): E bem! E os outros que estão para trás?

O Orador: Primeira questão.

Segunda questão. Nenhum agricultor da ilha do Pico que tenha as suas explorações nas zonas sobre as quais o despacho produz efeitos pode, pura e simplesmente, por sua livre criação e livre arbítrio, desatar para aí aos tiros, permitam-me dizer assim. Tem de ir aos serviços de ambiente pedir uma autorização específica, os serviços avaliam...

Deputada Zuraida Soares (BE): Com base no despacho, eu sei!

O Orador: ... e depois essa autorização é concedida. A única questão que o despacho facilita é que não é necessário, por cada requerimento que, eventualmente, possa surgir nesse período, que o membro do Governo que tutela esta área tenha que proferir despachos individuais. Portanto, a opção por fazer um despacho desta natureza foi, de facto, considerando que as condições que ocorrem em toda a zona protegida da vinha da ilha do Pico são idênticas facilita, do ponto de vista do processo, a sua eficácia.

Portanto, que fique claro qual é a estratégia do Governo nesta matéria, quais são os períodos em que o despacho produz efeito e, naturalmente, no final desse período faremos uma avaliação, naturalmente, bem mais rigorosa.

Refere também a Sra. Deputada Zuraida Soares no decurso da sua intervenção outros métodos alternativos que estão disponíveis e é verdade. O Governo também experimentou e talvez por isso...

Deputada Zuraida Soares (BE): Há 3 anos!

O Orador: ... os agricultores não tenham tido essa apetência tão grande que a senhora alega para poderem desatar, permita-me dizer outra vez, aos tiros de qualquer forma. Não! Estas coisas são ponderadas, são refletidas, são avaliados os enquadramentos de cada um dos pedidos e, naturalmente, serão deferidos ou não, consoante as características.

E devo dizer que já houve outros pedidos de controlo de densidades utilizando esse método em outros períodos, nos anos que refere, que foram recusados, porque não respeitavam as condições que devem ser presentes em cada uma dessas circunstâncias.

Referiu também a Sra. Deputada Zuraida Soares, e naturalmente que nós concordamos, que existem outras formas de controlar estas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Eu já termino, Sra. Presidente.

... densidades. E referiu, o parecer da Quercus, que diz que podem ser propostas aos agricultores, por exemplo, culturas alternativas. Aconselho-a a, por exemplo, ir ao Pico, e a recomendar aos agricultores que estão na zona de paisagem protegida, que investiram do seu próprio dinheiro e que o Governo também fomentou a recuperação espetacular que está, neste momento, a acontecer na ilha do Pico, a alterarem a sua cultura, a encontrarem uma cultura alternativa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas onde é que estão os pedidos, Sr. Secretário?

O Orador: Isso, naturalmente, não é exequível.

E, portanto, toda esta estratégia está fundamentada, está baseada em estudos, eu tive oportunidade de referir os censos que têm sido feitos e que continuarão a ser feitos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

E, portanto, é dentro desta estratégia, de seriedade, de equidade, que o Governo pauta a sua política nestas matérias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Toda a gente respeita a legitimidade daquilo que defende o Bloco, da petição de que é signatário o Dr. Gualter Furtado e quem quer que seja, porque nós vivemos numa democracia e todas as posições e todas as opiniões são legítimas. Agora, como aqui já foi dito, e bem, a situação não é igual em toda a região. Nós vivemos num arquipélago com nove ilhas e a situação da Terceira, do Pico e da Graciosa é grave, é bastante grave, e talvez a situação destas ilhas seja menos bem conhecida pela Dra. Zuraida Soares e por outras pessoas que têm feito opinião acerca deste assunto.

Seria talvez interessante que toda a gente tivesse reuniões com as associações agrícolas e de produtores para saber o drama que esta gente tem...

Deputada Zuraida Soares (BE): Os passarinhos!

O Orador: ... e as preocupações que os afetam.

Do mesmo modo, também seria bom voltar a consultar-se os pareceres que chegaram à Assembleia Legislativa Regional aquando da discussão do projeto de resolução aqui apresentado pelo PSD e que abrangia estas espécies em questão, porque não era só de pragas que se tratava, era do controlo também de espécies protegidas e o Bloco, de facto, votou, na altura, e bem, a meu entender, a favor desse projeto de resolução e que tinha estas preocupações lá plasmadas. Gostaria, para ficar mais esclarecido, que a Dra. Zuraida Soares me pudesse explicar, dentro das alternativas que defende, quais é que são os métodos de controlo de fertilidade destas espécies que poderia introduzir na região, porque

eu, de facto, desconhece algum que pudesse ser eficiente tendo em conta a nossa realidade.

Deputado José Contente (PS): Um espantinho!

O Orador: É que se nada for feito, vamos ter uma situação muito pior, e muito pior nestas três ilhas que aqui foram referidas, que é a continuação do abate, esse, sim, e da caça ilegal destas espécies protegidas e, pior ainda, que é o recurso ao envenenamento, por desespero dos produtores, que acontece em muitas das nossas ilhas, e isso, sim, um perigo ambiental grave, porque mata indiscriminadamente os animais que se quer proteger e aqueles que não se quer proteger.

Tendo em conta todas estas preocupações, volta o PSD a defender que a atuação no controlo das populações não deve ser pontual nem a pedido do produtor, deve ser uma atuação concertada, planeada por técnicos, com recurso à Universidade dos Açores, aos serviços oficiais, às autarquias e feita à escala de ilha e não à escala e a pedido deste ou daquele proprietário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar aqui só uma ou duas ou três notas sobre a discussão que estamos a ter e penso que já estamos todos esclarecidos sobre a posição de cada um, e também não me parece que seja possível, nesta fase, mudar aquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares pensa sobre o assunto.

Eu gostaria de dizer, quando a Sra. Deputada Zuraida refere que só existiu uma pessoa a pedir essa correção,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não fui eu que o disse, foi o Sr. Secretário Regional!

A Oradora: Tem toda a razão.

Quando o Sr. Secretário referiu que só existia uma pessoa a pedir essa correção de densidade populacional, eu quero lembrar, na altura que se falou e que se discutiu aqui o diploma das pragas, que todas as associações de produtores...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Excelente documento!

A Oradora: (Que nós aprovamos!)

... referiram que a existência, nomeadamente do pombo, era uma situação preocupante para as culturas, não só da vinha, mas para todas as outras culturas que existem nos Açores.

Portanto, só uma pessoa pediu essa correção, no entanto, esta é uma preocupação de todos os agricultores desta terra, ou pelo menos aqueles que deram parecer à iniciativa.

E também gostava de dizer que, não existindo dados científicos e estudos extremamente elaborados para todas as espécies, existiu os censos, uns censos feitos pelo Governo Regional, mandados fazer pelo Governo Regional, que vieram dar razão e que referem que existem quantidades consideráveis de espécies de pombos (o censo foi feito para o pombo torcaz), nomeadamente uma população de cerca de 20 mil indivíduos e para uma densidade absoluta de cerca de 15 aves por klm^2 , nas ilhas do Pico e da Terceira. E se consideramos que este é um aspeto que deve ser tido em conta, não sendo os censos (de aves, especificamente), podendo não ser um estudo científico com, se calhar, a Sra. Deputada Zuraída Soares pretendia, mas é um estudo que se faz para as aves, como se faz para os milhafres e para outras espécies na avifauna, e que devemos ter em conta e que vem corroborar aquilo que o despacho do Governo Regional refere, porque também ficou expresso nos censos que as ilhas do Pico e da Terceira, nomeadamente na zona dos Biscoitos e na zona da paisagem da

cultura da vinha do Pico, eram as áreas em que existia mais quantidade de pombos torcazes por klm².

Por isso, era esta a informação e a nota que eu gostaria de deixar por agora.

Obrigada.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Apelo à sua capacidade de síntese. Dispõe apenas de um minuto, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo à Sra. Deputada Graça Silveira, que não está cá, mas, de qualquer maneira, vou-lhe dar a resposta, não há nenhum estudo, tanto quanto eu sei, mas há as declarações oficiais do Sr. Diretor Regional do Ambiente, que, no dia 13 de junho, disse e cito: “Um recente censo [se há um censo, há um estudo] à população do pombo torcaz evidenciou a existência de uma população estável na região, com densidades mais elevadas nas ilhas do Pico, Terceira e Graciosa”.

Respondendo ao Sr. Deputado Rendeiro sobre métodos alternativos, entregarei na Mesa uma coleção deles, mas também digo-lhe que pode ler as afirmações oficiais do Sr. Diretor Regional do Ambiente, que, neste mesmo dia, deu uma quantidade de alternativas e, aliás, está a implementá-las de forma experimental, sendo que o problema já vem, no mínimo, de há três anos. Penso que respondi à pergunta.

Depois, dizer que o Bloco de Esquerda continua a afirmar que se a situação é grave relativamente ao pombo torcaz dos Açores, ao melro-preto dos Açores e ao estorninho dos Açores, a pergunta é sempre a mesma: como é que só há um agricultor a usufruir deste despacho?

Sras. e Srs. Deputados, daqui o Bloco de Esquerda não sai.

E, finalmente, é verdade, Sr. Secretário Regional, ficou clara aos olhos dos açorianos e açorianas qual é a estratégia do Governo Regional no que diz respeito a esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação deste projeto de resolução.

(Pausa)

Vamos, então, votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Srs. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução foi rejeitado com 25 votos contra do Partido Socialista; 18 votos contra do PSD; 2 abstenções do CDS-PP; 1 abstenção do PCP; e 1 voto a favor do Bloco de Esquerda.

Presidente: Terminámos, assim, a nossa Agenda.

Vou ler a proposta de deliberação final.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada a todos. Uma boa noite e um bom regresso a casa.

Eram 20 horas.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva Contente

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto Lei n.º 151 - B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa a à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente - MAOTE - (Reg. DL.370/2015). – n.º 196/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 15;

Assunto: Estabelece as definições, denominações, requisitos de qualidade, regras de rotulagem e formas de acondicionamento a que deve obedecer a batata para consumo humano da espécie *Solanum tuberosum* L, e dos seus híbridos destina a ser comercializada e consumida no estado fresco, com exclusão das batatas de conservação destinadas à transformação industrial, assim como o respetivo regime sancionatório - MAM - (Reg. DL 341/2015). – n.º 197/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 15;

Assunto: Estabelece o regime jurídico a que devem obedecer as práticas de publicidade em saúde desenvolvidas por quaisquer intervenientes, de natureza pública ou privada, sobre as intervenções dirigidas à proteção ou manutenção da saúde ou à prevenção e tratamento de doenças, incluindo oferta de diagnósticos e quaisquer tratamentos ou terapias, independentemente da forma ou meios que se proponham utilizar. - M. Saúde - (Reg. DL 334/2015). – n.º 198/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 15;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional, bem como ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos do petróleo - MAOTE - (Reg. DL 336/2015). – n.º 199/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 27.

2 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Substituição Integral do Projeto de Resolução – Zona envolvente do Aeroporto de Santa Maria - n.º 122/X](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07;

Proveniência: [Redução da incidência de defeitos de qualidade nas carcaças de animais abatidas na Região – n.º 128/X](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Proveniência: [Revogação dos Despachos 378/2015 e 1057/20\5 – n.º 129/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

3 – Requerimentos:

Assunto: [Centro Público Internacional das Ciências do Mar](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 430/X;

Assunto: [Dados do Turismo na Terceira continuam em queda](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiros e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06

Referência: 54.03.03 – N.º 431/X;

Assunto: [O Caderno de Encargos referente ao concurso público internacional para a concessão das ligações aéreas interilhas.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 08

Referência: 54.07.00 – N.º 432/X.

4 – Resposta ao requerimento:

Assunto: [Relatório resultante da peritagem aos portos das ilhas do triângulo e processo de inquérito instaurado, pela empresa pública regional "Portos dos Açores", para averiguação das causas do acidente que envolveu a embarcação 'Gilberto Mariano' no cais do porto de São Roque do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 351/X;

Assunto: [Para quando a segunda fase da variante à cidade da Horta?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 09

Referência: 54.03.07 – N.º 367/X.

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a agradecer o recebimento do nosso ofício 2342, de 22 de junho, sobre o Descontentamento com a redução de viagens aéreas para o Continente e com o abandono das ligações com o Pico e o Faial pela TAP e informa que o assunto foi transmitido ao Gabinete da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07.

6 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07;

Assunto: [Relatório de verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa Regional Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 965/XII – Altera as Leis Eleitorais, permitindo o voto antecipado a doentes que estejam impossibilitados de se deslocar, ou de se deslocar pelos seus próprios meios, às mesas de voto – n.º 168-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 12/X – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 998/XII/4 - Encurta os prazos legais nas eleições para a Assembleia da República e elimina inelegibilidade injustificada de cidadãos com dupla nacionalidade – n.º 169/X](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 08;

Assunto: [Projeto de decreto regulamentar n.º 323/2015, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional – n.º 194-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 08

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei que reforça a proibição de criação de taxas das autarquias locais por serviços gerais e de benefício difuso procedendo à terceira alteração à Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro – n.º 167- AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 07 – 06;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à regulamentação da Lei dos Baldios, aprovada pela Lei n.º 68/93, de 4 de setembro - MAM - \(reg. DL 363/2015\).- n.º 192- OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 08.

A redatora: *Sónia Nunes*